



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe
(TerritoriAL)

ARAÊ CLAUDINEI LOMBARDI

**ANÁLISE-DIAGNÓSTICO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS NO TERRITÓRIO DO
VALE DO RIBEIRA/SP**

SÃO PAULO

2016

ARAÊ CLAUDINEI LOMBARDI

**ANÁLISE-DIAGNÓSTICO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS NO TERRITÓRIO DO
VALE DO RIBEIRA/SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, Capitalismo e Tecnologias”.
Orientador: Pedro Ivan Christoffoli.

SÃO PAULO

2016

Lombardi, Araê Claudinei.

L842 Análise-diagnóstico dos sistemas agrários no território do Vale do
Ribeira/SP / Araê Claudinei Lombardi. – São Paulo, 2016.
130 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Pedro Ivan Christoffoli.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações
Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento
Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2016.

1. Geografia rural. 2. Brasil – Desenvolvimento rural. 3. Comunidades
agrícolas – Vale do Ribeira (SP). 4. Agroindústria – Vale do Ribeira (SP). I.
Título.

CDD 301.35098161

ARAÊ CLAUDINEI LOMBARDI

**ANÁLISE-DIAGNÓSTICO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS NO TERRITÓRIO DO
VALE DO RIBEIRA/SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, capitalismo e tecnologias”.

Orientador: Pedro Ivan Christoffoli.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. JOÃO OSVALDO RODRIGUES NUNES

FCT/UNESP/Presidente Prudente (SP) / UNESP

Profª. Dra. ANA TERRA REIS

Geografia/Escola Nacional Florestan Fernandes

Prof. Dr. RAFAEL LITVIN VILLAS BOAS

Literatura/Universidade de Brasília – UnB

São Paulo, 10 de fevereiro de 2016.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, devo esse agradecimento à figura da minha mãe, Maria Ivone, fonte de sabedoria, serenidade e companheirismo, por apoiar os caminhos dos nossos sonhos, sempre estando ao lado.

Ao meu pai Zezo, pela demonstração de companheirismo e amizade nessa longa jornada. Pelo incentivo incansável para os nossos estudos e aprimoramentos nesse momento de barbárie social. E por trazer às nossas vidas três pequenas mudas para regarmos: Emily, Ana Carolina e Nicolý.

À Via Campesina, pela consolidação desse programa de mestrado e na proposta de uma Universidade mais popular. A todas as vidas que tombaram nesse caminho na luta por justiça social. Nem um passo atrás!

À construção do Movimento pela Soberania Popular na Mineração. Longa vida ao MAM, na luta por um país soberano e sério!

Ao companheiro, amigo e orientador Pedro Christoffoli, por me incentivar, desde o projeto, a aderir ao Programa TerritoriAL, como forma de buscarmos mais uma vez trabalhar esta temática. Espero que esses sejam apenas rabiscos perto dos caminhos abertos em construção.

À turma José Carlos Mariátegui por todos os momentos vivenciados, as novas amizades, os reencontros e a consolidação de um processo coletivo dentro das estruturas universitárias. Aos companheiros Luiz Zarref e Carol Gomide pelas divagações e construções muito presentes neste trabalho.

Ao Conselho Nacional de Pesquisas, CNPq, pela concessão da bolsa do programa Residência Agrária para realização de parte das pesquisas. Meus sinceros agradecimentos ao corpo docente e à estrutura do IPPRI.

A todos os parceiros e parceiras que contribuíram na construção desse conhecimento, às famílias que cederam seu tempo para as conversas e entrevistas deste trabalho desde Barra do Turvo, Sete Barras, Iporanga, Apiaí, Iguape, Pedro de Toledo, Registro e Pariquera-Açu. Ao amigo Jorge Wosniak, sempre muito solícito e aos companheiros Maria Titi e Claudionor pela vasta contribuição e por essa nova caminhada ajudando a escrever o Vale do Ribeira.

Ao amigo e irmão Pedro Ivo Rodrigues de Moraes pela contribuição nos mapas.

À materialização da palavra amor, à companheira e incansável guerreira sempre ao lado, minha tradutora e revisora predileta, Marcela Zaccari. Não poderia deixar de agradecer toda a compreensão nessas minhas jornadas.

RESUMO

Confrontar eventos históricos na formação atual de territórios no processo de consolidação do sistema capitalista de produção é o desafio colocado para a análise-diagnóstico dos sistemas agrários no presente trabalho. Consideramos assim o território enquanto um espaço de disputa e conflitos, de formação cultural e de ocupação da paisagem, em uma unidade dialética na totalidade da formação social estabelecida. Sendo assim, o presente trabalho buscou conhecer a formação histórica do território do Vale do Ribeira em sua porção paulista, passando pelos seus ciclos históricos, desde a chegada da colonização portuguesa e a mineração do ouro, o auge do ciclo do arroz que dará certo protagonismo à região, até o abandono por parte de setores do Estado após este ciclo, retomado nos projetos de colonização e na consolidação da Revolução Verde. Analisamos assim o atual estágio de contradições de um território, onde ainda há uma grande circulação de mercadorias e capital no agronegócio da banana (porém insuficiente) e na exploração minerária, ao mesmo tempo que ainda é conhecida pelos seus baixos índices sociais, apesar de sua vasta riqueza ambiental e cultural. Com essa análise pudemos perceber a viabilidade da proposta do método dos sistemas agrários que, alinhado a uma leitura materialista e dialética da história, contribua para conhecer as formações dos territórios em uma análise crítica que aponte caminhos possíveis de buscar a superação das contradições históricas, que forjaram o desenho da atualidade.

Palavras-chave: Sistemas agrários. Materialismo-histórico. Dialética. Território. Vale do Ribeira. Agroecologia.

RESUMEN

Afrontar situaciones históricas en la formación actual de territorios, en el proceso de consolidación del sistema capitalista de producción es el reto de este análisis-diagnóstico de los sistemas agrarios en el presente trabajo. Así se considera el territorio en cuanto a espacio de disputa y conflicto, de formación cultural y de ocupación del paisaje en una unidad dialéctica en la totalidad de la formación social establecida. Consciente de eso, el presente trabajo busca conocer la formación histórica del territorio de Vale do Ribeira, en la provincia de Sao Paulo, pasando por sus ciclos históricos, desde la llegada de la colonización portuguesa y la minería de oro, el auge del ciclo del arroz, que dará un protagonismo a la región, hasta el abandono por parte del Estado después de todo el ciclo, retomando los proyectos de colonización y la consolidación de la Revolución Verde. Analizamos así el actual momento de contradicciones de ese territorio donde aún se observa una circulación bastante grande de mercancías y de capital en el agronegocio del plátano (aunque insuficiente) y en la exploración minera, al mismo tiempo que la región aún se conoce por sus bajos índices sociales, a pesar de su amplia riqueza ambiental y cultural. Con este análisis, pudimos percibir la viabilidad de la propuesta del método de los sistemas agrarios que, alineado a una lectura materialista y dialéctica de la historia, contribuye al conocimiento de las formaciones históricas de los territorios en un análisis crítico, que apunte los posibles caminos para buscar la superación de esas contradicciones históricas, que son las que forjaron este diseño de la actualidad.

Palabras-clave: Sistemas agrarios. Materialismo-histórico. Dialéctica. Territorio. Vale do Ribeira. Agroecología.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 PERSPECTIVAS DA ANÁLISE-DIAGNÓSTICO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS	
 COMO FERRAMENTA DE LEITURA DIALÉTICA DOS TERRITÓRIOS.....	13
 2.1 A dialética na análise-diagnóstico dos sistemas agrários	14
 2.2 A abordagem territorial nas ciências geográficas	20
 2.3 A teoria da análise-diagnóstico dos sistemas agrários	21
2.3.1 Passos metodológicos.....	26
2.3.1.1 Análise global da região (do território).....	27
2.3.1.2 O sistema social produtivo – tipologias de produtores e/ou sistemas de produção.....	28
2.3.1.3 Conhecendo o ecossistema cultivado, as unidades produtivas – o agroecossistema....	29
 2.4 Materializando a análise diagnóstico e sua dialética na leitura de territórios	31
3 O TERRITÓRIO DO VALE DO RIBEIRA.....	32
 3.1 Clima e relevo.....	39
4 FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO E SEUS SISTEMAS AGRÁRIOS	43
 4.1 Sistema Agrário Indígena de Coivara e chegada da primeira colonização.....	43
 4.2 Século XIX e o Sistema Agrário no ciclo do arroz	46
 4.3. Decadência do arroz e imigração – início de novos ciclos.....	55
 4.4 Século XX - Sistema agrário do chá e da banana - industrialização da agricultura e	
 Revolução Verde	61
4.4.1. A cultura do chá.....	66
4.4.2 A cultura da banana	69
4.4.3. Análise dos sistemas agrários	72
4.4.3.1 Comunidades tradicionais e caipiras	76
4.4.3.2 Pequeno produtor mercantil	77
4.4.3.3 Meeiros	78
4.4.3.4 Fazendas	78
4.4.3.5 Latifúndio	78
 4.5 A atualidade do território	79

4.5.1 Concentração de terras, regularização fundiária e geração de trabalho e renda na agricultura regional	80
4.5.2 O agronegócio do chá	85
4.5.3 O agronegócio da banana	88
4.5.4 Mineração	93
4.5.5 A atuação do Estado	96
4.5.6 Organização Social e Agroecologia	101
4.5.7 Ensaio sobre as tipologias de Sistemas Agrários na agricultura atual do território	107
4.5.7.1 Comunidades tradicionais.....	108
4.5.7.2 Pequenos posseiros, caipiras (parte dos ex-produtores de chá e banana).....	112
4.5.7.3 Pequenos produtores mercantis de chá.....	114
4.5.7.4 Pequenos produtores mercantis de banana	115
4.5.7.5 Meeiros	115
4.5.7.6 Assentamentos de Reforma Agrária	116
4.5.7.7 Fazendas de chá	116
4.5.7.8 Fazendas de banana	117
4.5.7.9 Latifúndio	117
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS.....	125
ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AS ENTIDADES	
GOVERNAMENTAIS E DE CLASSE.....	129
ANEXO B – ROTEIRO PARA ENTREVISTA DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS E	
ESTUDOS DE CASO	130

1 INTRODUÇÃO

Compreender os contrastes de uma região peculiar que dentro do Estado de São Paulo, o mais rico da nação, tem índices sociais e econômicos muito abaixo das médias estaduais, porém de grande apreço ambiental e de enraizamento da cultura tradicional, caipira, cabocla, ribeirinha e etc. foi o primeiro desafio colocado para o presente trabalho. Esta região é o Vale do Ribeira, onde com grandes escarpas desde a Serra de Paranapiacaba até a Serra do Mar em São Paulo formam com grandes dimensões de áreas alagáveis e várzeas que escreveram a história de ocupação deste território.

O desafio colocado da leitura da dinâmica da realidade se confronta com eventos complexos historicamente forjados no metabolismo social e na divisão, ou “ruptura metabólica”, do ser humano-natureza, sua forja no trabalho e, especificamente no modo de produção capitalista, a contradição direta entre capital e trabalho na constante busca pela acumulação.

Com a ferramenta de análise-diagnóstico fundada no conceito dos Sistemas Agrários, a possibilidade de se confrontar eventos históricos que apontem para críticas contundentes das contradições existentes no território na consolidação do modo de produção capitalista e sua expansão na agricultura, permite leituras no âmbito regional, sem se distinguir ou se distanciar de eventos nacionais ou mundiais e sua influência na conformação dos territórios elegidos para estudo, culminando num desenho que permita compreender o quadro atual de correlação de forças na sociedade.

Sendo assim, o trabalho se dividiu em quatro capítulos para buscar nas ciências geográficas a leitura dialética aliada à teoria e metodologia dos sistemas agrários, numa forma de poder analisar, ao conhecer a história local, a dinâmica territorial estabelecida ao longo da ocupação humana e a consolidação do modo capitalista de produção em sua atualidade.

No primeiro capítulo abordamos uma leitura que, baseada nos preceitos do materialismo histórico-dialético permita construir as bases para se conhecer os espaços regionais (Harvey, 2005) forjados no seio da luta de classes no território. Isso quer dizer buscar na totalidade, ou essência, o movimento histórico da formação da sociedade, da relação do ser-humano com a natureza, consolidada no trabalho e, na singularidade e particularidade, buscar as relações, os elementos centrais das contradições históricas nos processos de construção da paisagem dos territórios.

Tomando as palavras de Mazoyer (1986), ao definir um sistema agrário como “um modo de exploração do meio historicamente constituído e durável, um conjunto de forças de

produção adaptado às condições bioclimáticas de um espaço definido e que responde às condições e às necessidades sociais do momento” (MAZOYER, 1986, p. 11), utilizaremos o conceito território enquanto um espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder na perspectiva de delimitar um espaço ou paisagem para a análise concreta.

No segundo capítulo abordamos as questões gerais do território, seu relevo, espaços físicos e biológicos e o clima no intuito de buscar na análise geográfica dos sistemas agrários a influência direta destes elementos na estrutura do território enquanto espaço social forjado historicamente.

Devido a suas variações de altitude, solos e relevo, as atividades e ocupações ao longo da bacia hidrográfica do rio Ribeira também serão diversificadas como, por exemplo, o uso das áreas de planície e terraços fluviais (ROSS, 2002), das margens de curso fluvial do rio que formam uma planície bastante suscetível a enchentes que historicamente foi utilizada como base para produção agrícola no território, o crescimento das cidades e etc.

No terceiro capítulo buscamos aprofundar os grandes períodos históricos e os sistemas agrários que se sucederam até a atualidade no território. Partindo das primeiras ocupações de

1

épocas remotas, comprovadas pela presença de sambaquis na região até a primeira ocupação colonial portuguesa, já nas primeiras décadas de 1500, estabelecendo o primeiro grande ciclo econômico baseado na mineração de ouro. Junto com eles vêm os africanos escravizados. Nessa miscigenação entre índios, negros, portugueses surgem os primeiros povoados deixando muitas marcas da época como os nomes dos municípios, as lavouras de coivara, a farinha de mandioca e mais algumas expressões que marcam o território até a atualidade.

Alguns desses escravos africanos, fugidos, posteriormente vão formar as comunidades de quilombo, áreas de resistência e território ocupado por estas famílias até os dias atuais. Famílias que hoje se organizam e conquistam vitórias significativas em reconhecimento de seus territórios, contra o processo de barragem do Rio Ribeira (único rio paulista sem barragem) e por políticas públicas, porém também com muito sofrimento e perdas, inclusive de vidas em processos de luta por terra contra fazendeiros e as Unidades de Conservação. Continuam a lutar pela manutenção da coivara como espaço de produção, porém ao mesmo

¹ Sambaquis são sítios arqueológicos assim denominados genericamente devido a um conteúdo expressivo de conchas de moluscos terrestres (*Megalobulimus* sp. e *Strophocheilus* sp.), ossadas humanas e vestígios de moradias e à proximidade a algum rio (Neves e Okumura, 2005). Esses sítios de acúmulos de conchas se dão devido ao molusco ser alimento de ancestrais que povoaram a região durante várias gerações, por isso essas descobertas terem tamanha importância arqueológica. Na região há um molusco endêmico de Iporanga, o *Megalobulimus yporanganus*, onde apesar de não haver indícios de que época surge a espécie, mostra que esse tipo de alimento podia ser encontrado na região em épocas remotas.

tempo de expressão da forma de se organizar das comunidades numa relação com as festividades e religiosidade local.

O ciclo do arroz no século XIX, o aparecimento de fazendas, o mercado crescente nos primeiros centros urbanos e na capital paulista e as ações do Estado já montam as raízes da desigualdade social no território que também não mostrou ter as condições necessárias para o acúmulo naquele momento histórico ficando à margem dos investimentos, tanto públicos quanto privados. Após a abolição da escravatura, o consequente encarecimento de mão de obra, a construção do Valo Grande em Iguape (e a perda de navegabilidade do Rio Ribeira) e a concorrência com outras regiões o território vivenciará a decadência da rizicultura.

Buscamos conhecer as bases que estabelecem, no cultivo do chá e da banana, a introdução da Revolução Verde na região, que após o estabelecimento de colônias de imigrantes com forte presença japonesa, aliados às possibilidades de investimento nestas atividades, abrem a região para o capital comercial nacional e internacional (principalmente no chá com investimentos até dos Estados Unidos) na industrialização da agricultura local.

O chá e a banana terão seus “tempos de ouro” nas décadas de 1980/90, onde a teicultura verá seu projeto desmoronar com a introdução do Plano Real e as políticas neoliberais que, com a equiparação do real ao dólar, desmonta a estrutura baseada em 90% para exportação. A banana continuará seu caminho, porém hoje, apesar da afirmação de mais de 90% dos bananicultores serem pequenos produtores mercantis, está tendendo cada vez mais para uma estrutura concentradora, visto os altos custos de produção e manutenção da forma organizacional da cadeia produtiva da fruta.

Neste mesmo caminho surgirão experiências em agroecologia como a Cooperafloresta (Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis) que comercializa seus produtos oriundos da agrofloresta em redes de comercialização e certificação como a Rede Ecovida, buscando novas relações na agricultura do território. Também surgem as propostas de assentamentos como os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) no bairro Guapiruvu em Sete Barras e do PDS Prof. Luís David de Macedo em Apiaí. O primeiro com uma ótima experiência em organização cooperativa e buscando caminhos na economia solidária e o segundo, apesar de problemas organizacionais, tem toda sua produção agroecológica com certificado, mostrando a viabilidade da prática da agricultura ecológica.

A regularização fundiária, gargalo que sempre foi apontado como um dos maiores fatores das diferenças sociais no território e tem sua raiz nas primeiras ocupações, continua na mesma morosidade que o Estado busca na estruturação do território, ou seja, sem nenhum

planejamento específico para o território, que busque dar voz às formas de ocupação e organização social.

Neste caminho, pudemos concluir que a aplicação da ferramenta de análise-diagnóstico na compreensão dialética dos territórios agrários, conjugando a leitura materialista da história que hoje, cada vez mais, se torna necessária sua afirmação enquanto opção teórica e de leitura crítica dos movimentos históricos de nossa sociedade, consegue montar uma estrutura que permite visualizar tais movimentos, organiza-los e apontar seus funcionamentos, bem como falhas contraditórias em seus caminhos.

2 PERSPECTIVAS DA ANÁLISE-DIAGNÓSTICO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS COMO FERRAMENTA DE LEITURA DIALÉTICA DOS TERRITÓRIOS

Ao realizar a leitura sobre determinado evento agrícola e sua atualidade a fim de que aponte caminhos possíveis de desenvolvimento, deve-se levar em conta a complexidade de seus sistemas no âmbito social, político, ecológico e econômico e demonstrar como historicamente se deram esses movimentos da atualidade em um caminho que considere contradições, bem como suas articulações e dualidades.

Neste capítulo pretende-se articular a proposta de análise-diagnóstico dos sistemas agrários em uma perspectiva histórica, dialética e crítica. Que considere os momentos de leitura como parte de um todo complexo forjado historicamente, em contradições passíveis de leitura, hoje sob a égide do sistema capitalista de produção. Nesse sentido, buscaremos nas leituras de Mazoyer, Roudart, Deffontaines e Miguel a questão teórica e a metodologia da análise-diagnóstico dos sistemas agrários e dialogar com alguns autores que adotam a perspectiva histórica e dialética como forma de leitura crítica da história da inserção capitalista no território.

Isto implica em buscar uma leitura que aponte onde as forças produtivas² delimitam e ao mesmo tempo constroem e fortalecem sistemas produtivos de um determinado local em suas relações de produção. Isto não quer dizer que ao apontar determinado ‘evento’, realizado na produção, isoladamente ele se constrói, mas, ao contrário, se faz ao se relacionar com as condições de produção, desde a relação com a natureza (e seus possíveis eventos complexos), até a relação de classe, cultural, religiosa que o determinará, assim como, neste instante, influencia estas relações, seja numa interferência extrativista na natureza, seja na melhoria das condições de trabalho, na organização social e etc.. Este movimento também implicará nos elementos e as formas de ocupação e a constituição das paisagens dos territórios.

Deffontaines e Brossier (2000) irão definir que os *sistemas agrários* podem ser compreendidos como um objeto de análise e observação, produto de relações históricas, em dado momento e em dado território, de uma sociedade rural com seu meio. Segundo Mazoyer (1986), um sistema agrário “é um modo de exploração do meio historicamente constituído e durável, um conjunto de forças de produção adaptado às condições bioclimáticas de um espaço definido e que responde às condições e às necessidades sociais do momento”

2 As forças produtivas incluem não apenas os meios de produção (ferramentas, máquinas, fábricas, e etc.), mas o trabalho – as habilidades, o conhecimento, a experiência na transformação da natureza. Marx sempre as analisa em unidade com as relações sociais de produção; por isso, não constituem uma variável independente.

(MAZOYER, 1986, p. 11).

A primeira definição coloca os sistemas agrários como objeto de análise e observação, enquanto o segundo irá colocar como um conjunto de forças de produção que desenham e delimitam o espaço ou território historicamente, porém, passível de leitura. Com foco nas formas de ser da agricultura em sua ocupação territorial, a análise-diagnóstico dos sistemas agrários, ao analisar o movimento das ‘forças de produção’ e as ‘necessidades sociais do momento’ coincidirá com análises do crescimento da urbanização e suas consequências sociais e ambientais, do impacto da industrialização na agricultura, a história das atividades extrativistas e a industrialização dos recursos naturais e etc., em um contínuo movimento histórico dentro do território.

A partir desta leitura, pretende-se confrontar eventos e tendências históricas que regem as grandes mudanças da agricultura (SILVA NETO, 2008, p. 134) e demais atividades que forjaram o desenho e a forma de ocupação do território do Vale do Ribeira que culminam nas dinâmicas estabelecidas na atualidade e buscar como a teoria e metodologia da análise-diagnóstico dos sistemas agrários pode contribuir para tal leitura.

2.1 A dialética na análise-diagnóstico dos sistemas agrários

O desafio colocado na leitura da dinâmica da realidade se confronta com eventos complexos historicamente forjados no metabolismo social, que hoje se forma com a divisão, ou “ruptura metabólica”, do ser humano com a natureza que, em dadas relações de produção, permitirão ou não a reconstrução e/ou manutenção de suas forças produtivas.

Pretende-se com a presente análise buscar a(s) possibilidade(s) de se confrontar eventos históricos que apontem para compreensão e crítica das contradições existentes no território, sem desconsiderar eventos nacionais ou mundiais e sua influência na formação do desenho e ocupação dos espaços. Esta leitura deve buscar formas de compreender o quadro atual de correlação de forças na sociedade e apontar possíveis caminhos e a viabilidade de alternativas (que já podem estar em curso), tomando o cuidado de não retirar a historicidade deste evento atual.

Como descreve Harvey (2005), “há processos em andamento, portanto, que definem os *espaços regionais* em que a produção e o consumo, a oferta e a procura (por mercadorias e força de trabalho), a produção e a realização, a luta de classes e a acumulação, a cultura e o estilo de vida permanecem unidos como certo tipo de coerência estruturada, em uma soma de forças produtivas e de relações sociais” (HARVEY, 2005, p. 145). Estas relações se darão na

formação da realidade em questão, da centralidade da expansão do capital em detrimento da ocupação de espaços e da disponibilidade de força de trabalho, bem como do ser humano com a natureza e a paisagem em questão.

Para a leitura da realidade, segundo Freitas (2007) a construção de conceitos e categorias é um processo do pensamento em confronto com as *singularidades* e *generalidades* de um determinado processo particular investigado. Continua o autor, que “é a genericidade do particular que marca o nascimento do conceito ou da categoria, sem descartar sua singularidade, a qual é recuperada pela análise específica em caso particular [...] essa genericidade também se denomina *essência*” (FREITAS, 2007, p. 51, grifo do autor). A totalidade, ou essência, se mostra alcançável a partir do esforço de reconhecer o movimento histórico da formação da sociedade, bem como do desenvolvimento histórico dos casos em particular estudados, confrontando-os, buscando caminhar entre o todo (suas formações e contradições) e suas influências diretas na conformação do território, bem como compreender a dinâmica real e os fluxos que perpassam nos sistemas agrários locais.

Ao refletir sobre a realidade, suas características históricas buscando revelar a complexidade do particular na totalidade, bem como da totalidade no particular, ou a ‘genericidade do particular’, “o investigador necessita caminhar desde as aparências do fenômeno até a essência da coisa, para a coisa em si. O pressuposto dialético epistemológico é que o em si das coisas é alcançável” (SANFELICE, 2005, p.84). Germer (2009) coloca que para conhecer as causas de cada movimento é necessário identificar as contradições que o impulsionam (GERMER, 2009, p. 78). Em um exercício de materializar essa busca, Harvey (2005) sugere, por exemplo, que hoje, sob o sistema capitalista de produção, essas contradições internas vão se expressar mediante a formação e a reformulação incessante das paisagens específicas (HARVEY, 2005, p. 147).

Isso quer dizer que analisar uma unidade produtiva agrícola (ou um agroecossistema) separada de suas relações externas (entrada e saída de insumos, de energia, vendas, organização social, trabalho externo, ações do Estado e etc.), ou mesmo, identificar sistemas agrários em um território dado e apenas descrevê-los, sem interpretá-los, com a história e a atualidade trará uma leitura estática e sem horizonte para as transformações vindouras. Sendo assim, confrontando essa singularidade e particularidade e os elementos centrais das contradições históricas nos processos de construção da paisagem dos territórios, buscaremos apontar as dinâmicas estabelecidas e suas consequências.

Para buscar compreender as relações e transformações nos sistemas sociais e produtivos, vale ressaltar que “o ser humano, desde o início, vive em sociedade, o que implica

que o seu trabalho é trabalho social [...] Isto significa que os indivíduos se relacionam uns com os outros, de modos definidos, ao trabalhar. Essas relações recíprocas são as relações de produção” (GERMER, 2009, p. 85). Considerando que o ser humano se forma no trabalho, onde o ser do ser humano e, portanto, o ser do trabalho é histórico (SAVIANI, 2007), ele tende a transformações no âmbito do trabalho e, portanto, na sociedade em sua forma de agir, pensar, relacionar e etc.

Marx e Engels colocam que na história,

[...] em todos os estágios, se encontra um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente criada com a natureza e dos indivíduos uns com os outros, que a cada geração é transmitida pela sua predecessora, uma massa de forças produtivas, capitais e circunstâncias que, por um lado, é de fato modificada pela nova geração. Mas que por outro também lhe prescreve as suas próprias condições de vida e lhe dá um determinado desenvolvimento, um caráter especial -, mostra, portanto que as circunstâncias fazem os homens tanto quanto os homens fazem as circunstâncias. (MARX ; ENGELS, 2009, p. 58).

Essa passagem traz à tona a importância da história, de se buscar compreender os processos sociais enquanto movimentos históricos, que mesmo ao transformar sua base social e/ou produtiva, carregará condições deixadas pela ‘etapa anterior’ e, ao mesmo tempo em que as transforma, transforma a si mesmo.

Isso influi diretamente na forma como a pesquisa irá buscar as determinações da sociedade em curso, das relações sociais que, segundo Germer (2009), “emanam das características materiais do trabalho”, onde “isso se expressa, segundo Marx, na existência de uma relação definida entre as forças produtivas e as relações de produção” (GERMER, 2009, p. 85). O desafio está em buscar compreender onde estas forças e relações estão alocadas dentro da dinâmica territorial, aprofundar o conhecimento sobre elas (particularidades) e relacioná-las nas dinâmicas da luta de classes e contradições encontradas na leitura.

Desde os tempos mais remotos de agricultura, passando pelo longo processo de rotações, pousios, terras comunais, corte e queima (também um processo de rotação e pousio), suas transformações estiveram determinadas pelo trabalho, pela relação entre o ser humano e a natureza, seja na reprodução social, na manutenção da fertilidade do agroecossistema, nas possibilidades de trocas entre comunidades, na ação extrativista³ e etc.

Na expansão e consolidação do modo capitalista de produção, novas formas de produzir vão se forjando até a subsunção real da agricultura à indústria (KAUTSKY, 1968;

3 No conhecimento tradicional, as comunidades camponesas sabem os calendários dos animais em seu período de reprodução, de engorda e assim respeitam (ou respeitavam) essas épocas para a caça. Sabem a época correta para cortar madeira, ciclo de produção das plantas e assim por diante. Com o advento da mercadoria, essa relação se dará apenas na venda, não mais respeitando seus ciclos e relações.

SILVA, 1980) num primeiro momento, e desta última ao capital financeiro, na contemporaneidade. Dentre as transformações engendradas a partir dessa mudança de qualidade, está o que Foster (2005) aponta nos estudos marxianos como *ruptura metabólica*. Em termos gerais, as sociedades agrárias, fundamentos dos diferentes modos de produção até o feudalismo, possuíam, em sua base, uma relativa relação metabólica com a natureza, onde o trabalho

[...] é, antes de qualquer outra coisa, um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através das suas próprias ações, medeia, regula e controla o metabolismo entre ele e a natureza. [...] Através deste movimento, ele atua sobre a natureza externa e a modifica, e assim simultaneamente altera a sua própria natureza... Ele [o processo do trabalho] é a condição universal da interação metabólica entre o homem e a natureza [...] (MARX apud FOSTER, 2005, p. 221).

O trabalho enquanto manifestação da relação ser humano-natureza e a ruptura desta interação na forma capitalista de produção onde o trabalho é subjugado ao capital, a relação do ser humano com a natureza estará direcionada ao capital, ou seja, ao acúmulo, rompendo assim a relação direta e dialética numa perspectiva sustentável para uma ‘ruptura metabólica’, para uma nova forma de ser do trabalho.

Sempre tendo a perspectiva de que o sistema capitalista, como diria Meszáros (1999), está orientado para expansão e impulsionado pela acumulação, esse será o princípio das políticas de desenvolvimento de um território, mediado pelo Estado e pelas correlações de forças entre forças produtivas dadas. Harvey (2005) irá completar esse pensamento, dizendo que

[...] a acumulação e a expansão, além da necessidade de produzir e absorver excedentes de força de trabalho e capital produzem pressões em uma região [...] A capacidade tanto do capital como da força de trabalho de se moverem, rapidamente e a baixo custo, de lugar para lugar depende da criação de infraestruturas físicas e sociais fixas, seguras e, em grande medida, inalteráveis. A capacidade de dominar o espaço implica na produção de espaço. (HARVEY, 2005, p. 145-147).

As determinações das decisões serão sentidas no território, pois como afirma acima, essa expansão constante que retroalimenta o modo de produção implica na produção de espaço que permita esse movimento acontecer, desde a implantação de tecnologias, inovações tecnológicas, como infraestruturas fixas (fabris, públicas e etc.) numa forma de forjar espaços de expansão e acúmulo.

Apontar o trabalho enquanto categoria de análise exige um aprofundamento de leitura, das correntes históricas do pensamento que adotam esta temática em diferentes perspectivas, que não será objetivo em si do presente estudo, sem se esquivar de sua importância e necessidade para a leitura histórica dialética. Faz-se importante neste momento apontá-lo enquanto formador e transformador do ser humano, no intuito de demonstrar a importância de

que em suas transformações, delimitarão ou permitirão a expansão e o acúmulo do território, modificando-o.

O aprofundamento da degradação ambiental e as consequências atuais da expansão da industrialização da agricultura no último século, da industrialização da exploração extrativista e minerária, e dos demais setores industriais, devem ser apontadas como parte do projeto expansivo, onde o preço é o atual alto grau de contaminação de quase a totalidade das bacias hidrográficas, seja pela ação da indústria, da urbanização ou da agricultura. A pressão dessa expansão é sentida em todas as regiões em suas etapas de consolidação, onde ao mesmo tempo em que setores e pessoas acumularam, não deram respostas à sociedade para um processo de miséria sempre crescente, justamente nesses mesmos espaços territorializados pelo capital, nas indústrias ou regiões produtoras de *commodities*, onde hoje encontramos que aproximadamente três quartos dos indivíduos subnutridos do mundo pertencem ao mundo rural (MAZOYER, 2010, p. 26).

Para isso, vale as palavras de Gonzales de Molina e Guzmán (1993) que,

[...] de la misma forma que el trabajador se ve despojado del producto de su trabajo, haciendo posible el beneficio capitalista, la naturaleza es explotada para incrementar la productividad del trabajo mediante la externalización del coste generado por el uso de unos bienes limitados cuyo consumo produce, además, residuos. Dicho en otros términos, cuanto más trabajo humano es sustituido por energía y materiales en el proceso productivo para conseguir mayores beneficios (clave de la plusvalía relativa), mayor es la necesidad del modo de producción capitalista de abaratar las materias primas y de expulsar de sus costes los creados por los desechos de la actividad productiva. Solo es posible incrementar la explotación del trabajo aumentando la explotación de la naturaleza. En la acumulación capitalista ha estado y está, pues, el origen y desarrollo de la actual crisis ecológica. (GUZMÁN; MOLINA, 1993, p.126).

Tais considerações vêm elucidar que na ruptura do trabalho em relação à natureza, a exploração constante para o crescimento do capital se dá na ligação direta da dependência do grau de exploração da natureza local e externa, que para Guzmán, é a chave para compreender a atual crise ecológica. Exemplo é a atual incorporação do mercado de carbono enquanto *commodity*, onde a “floresta em pé” passa a ter valor de troca e as compensações por danos ambientais dão outra conotação ao mercado de terras, ademais dos bens naturais em um processo de super-acumulação às custas dos bens naturais e não renováveis.

Para além da crise ecológica, Machado (2014) afirma que hoje vivemos uma insustentabilidade social, política, ambiental, técnica, ecossistêmica e ética do agronegócio, sua agricultura industrial e de seu paradigma tecnológico, processo que o próprio autor chama de *negação da natureza*, explícito nas “monoculturas, técnicas capital-intensivas, expulsão dos camponeses do campo, marginalidade e criminalidade urbanas, que emergem com o mau

uso da biotecnologia, da transgenia e da nanotecnologia” (MACHADO, 2014, p. 31) e que não deram respostas plausíveis para a população como um todo, muito menos buscam uma interação e respeito ao meio ambiente. Segundo o autor, em sua obra “A dialética da agroecologia”, movimentos de agricultura orgânica, biodinâmica, natural, ecológica e etc., são o início da *negação da negação*, em um processo de superação (dialética) do atual estágio capitalista do campo e suas consequências deletérias à saúde humana pelo uso de agrotóxicos e outros “insumos modernos” (MACHADO, 2014, p. 33, grifo do autor).

Por isso a agroecologia assume um papel importante, não apenas comprovando sua eficiência técnica e prática, mas também enquanto papel histórico no atual estágio do modelo convencional de agricultura. Aparece aqui como uma ciência que a partir de diversas correntes, culminam em projetos de transformação do modo de ser da agricultura, invertendo a lógica, o modo de ser do agrário atual desde as relações internas em um agroecossistema (manutenção da fertilidade, conservação de sementes, relação entre os cultivos e criações e etc.), até a comercialização, a distribuição de terras e etc., ou seja, do desenvolvimento rural e sua relação na sociedade.

No sentido de assumir a importância enquanto alternativa de produção, mas também de outro olhar sobre o território e o funcionamento da sociedade, buscamos experiências em agroecologia no território estudado em uma forma de analisar se processos que vivem a ‘negação da negação’ podem apontar caminhos possíveis para o desenvolvimento rural local.

Também há que se considerar que lutas por território, disputas por território, junto com uma re colocação das relações ser humano-natureza, como é o caso da agroecologia, também marcam a forma de ser da agricultura e da sociedade. Momentos em que as condições materiais propiciam esses processos marcam um enfrentamento entre classes e projetos, onde muitas vezes algum lado pode ser extinto, porém também cria a possibilidade de se erguerem e sustentarem dentro do mesmo sistema experiências com novas premissas, como a economia solidária e movimentos locais, em processos internos de sobrevivência e adaptação dentro da ordem, contestando-a. Frisando, mais uma vez, que isso não retira a necessidade do aprofundamento das questões externas e da economia política mundial, mas sim como parte e reflexo deste momento e movimento.

A complexidade que marca as possibilidades de leitura, de momentos e espaços, deve ser colocada enquanto movimento real das condições das forças produtivas dessa localidade, que será carregada de história e permitirá que nas relações de produção estabelecidas existam possibilidades de mudança. Isso quer dizer, condições sociais e ambientais que expressem essa ‘vontade’ e possibilidade. Por isso, o exercício constante da busca por métodos para leitura de

uma realidade, traz, no desafio do presente estudo, buscar considerar a análise-diagnóstico dos sistemas agrários como possibilidade de, dialeticamente, compreender o movimento histórico do território.

2.2 A abordagem territorial nas ciências geográficas

Diante dos elementos apresentados anteriormente, compreendemos que a teoria dos sistemas agrários e suas ferramentas metodológicas são valorosas para a compreensão dos territórios agrários à luz do pensamento geográfico contemporâneo. Abordando as condições históricas e dialéticas da vida no campo, é possível desenvolver leituras complexas dos territórios, seja em sua dimensão material, seja simbólica, ou na articulação de ambas.

Saquet (2011) entende o território como “resultado e determinante da reprodução da relação sociedade-natureza e da concomitante territorialização [...] produzidos pelo exercício do poder por um grupo ou classe e por suas respectivas territorialidades cotidianas” (SAQUET, 2011, p. 27). Para Fernandes (2006), território pode ser entendido como um espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e mantém a partir de uma forma de poder (FERNANDES, 2006, p.33) de classe, ou produzindo territorialidades. Por exemplo, podemos colocar as relações marcadas no território pela articulação do Estado na consolidação da “modernização do campo” e a acentuação do papel das cidades no processo de produção, de distribuição de bens e serviços e no consumo (BERNARDELLI, 2010, p. 219) que formam espaços de ocupação e distribuição espacial da paisagem, bem como as relações sociais que permitissem esse desenho se desenvolver ou não.

Como parte constituinte e braço jurídico da conformação atual do capitalismo global, o Estado e suas ações locais também devem ser estudadas, apontando a influência e participação das políticas públicas nas transformações históricas.

A atuação do Estado tem papel fundamental na consolidação dos projetos de desenvolvimento que estão estritamente ligados às demandas do capital industrial e na atualidade, aliado ao capital financeiro. Isso pode ser explicitado nas palavras do então

4

governador de São Paulo Laudo Natel, citado por Muller (1980), que diz claramente que “o investimento público será sempre dirigido para a criação das condições de atração do setor privado, que, afinal, será o principal instrumento do desenvolvimento econômico da região”

(p. 141). Esta declaração faz parte do “Programa Geral de Ação para o Vale do Ribeira, de 1971” (Idem, ibidem) em plena ditadura militar. Ou seja, há interesses de todas as esferas para desenvolver (expandir e acumular) o setor privado (capital industrial, financeiro) e seus alocamentos no território.

É inegável que nessas contradições surjam lutas sociais que também configuram a disputa dentro do território (por estrutura e território), criando espaços e aflorando essas contradições históricas, que também contribuem nos processos de desenvolvimento das relações de produção, principalmente na espacialização do trabalho e mão de obra.

Elaboração importante para a geografia brasileira é a de Milton Santos, onde para o autor, o território em si mesmo não constitui uma categoria de análise para o espaço geográfico, uma vez que é uma delimitação, uma área. A categoria seria, sim, o *território usado*, que seria sinônimo de espaço geográfico formado pelo conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS; SILVEIRA, 2001; SANTOS, 2006). Para o autor, o território usado é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida, enquanto o território por si só é um conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas.

Reforçando a distinção que faz entre paisagem e configuração territorial de espaço (ou território usado), entendendo a primeira como pressuposto, a partir da qual se efetiva e se forja o segundo, se reinventa em uma dinâmica de unidade dialética.

[...] a totalidade está sempre em movimento, num incessante processo de totalização. Assim, toda a totalidade é incompleta, porque está sempre buscando totalizar-se. [...] [É esse] o movimento que interessa à análise geográfica: totalização já perfeita, representada pela paisagem e pela configuração territorial e a totalização que se está fazendo, significada pelo que chamamos de espaço. (SANTOS, 2006, p. 77).

Trabalhamos, assim, com o território como categoria multiescalar e histórica, construída por forças internas e externas, advindas do modo de produção e na formação socioeconômica na qual estão inseridas. As relações de poder e as condições objetivas entremeiam-se constantemente no processo histórico, modificam a natureza, a paisagem e ao mesmo tempo vão modificando os sujeitos destes territórios e o trabalho, em um fundamental movimento dialético.

2.3 A teoria da análise-diagnóstico dos sistemas agrários

Ao trabalhar a dialética no intuito de compreender a dinâmica de uma realidade agrária, convém também compreender que os problemas rurais não são mais explicáveis em

seus próprios termos (apenas agrícolas) e têm de ser compreendidos em termos dos fluxos de trabalho e capital mais amplos do que a agricultura (Shanin, 1986, p. 19 *apud* Bernstein, H. 2011, p. 134). Compreender como as forças de produtivas se alocaram em determinado local, qual sua dinâmica no âmbito da produção, da circulação de capital e mão de obra (interno ou externo), qual a dinâmica histórica do mercado local e da estruturação produtiva para atender outros mercados externos (a exemplo das indústrias) e enfim a urbanização como fenômeno materializado e que se expande e se aloca segundo determinadas condições.

Este processo de ocupação histórica e a forma de atuação do modo de produção capitalista para Harvey (2005) é uma “racionalização geográfica do processo produtivo”, que vai depender de dois ‘movimentos’; uma “estrutura mutável dos recursos de transporte, das matérias primas e das demandas do mercado em relação à indústria e da tendência inerente à aglomeração e à concentração da parte do próprio capital” e uma estrutura “fixa e imóvel de recursos de transporte, instalações fabris e outros meios de produção e consumo”, sendo que “assim, o capital passa a ser representado na forma de uma paisagem física” (HARVEY, 2005, p. 50-51).

Existem diversas formas de se conseguir buscar uma leitura, que considere determinadas estruturas de funcionamento da sociedade como pilares para o desenvolvimento de pesquisas no âmbito territorial e geográfico. O presente trabalho optou pela teoria dos sistemas agrários pela compreensão de que permite uma leitura histórica das formas de ser da agricultura e sua localização em determinado momento, sem se desligar da compreensão do funcionamento da sociedade como um todo e da influência de um sobre o outro (particularidades na totalidade e vice-versa), assim como compreender onde as condições agrárias e agrícolas historicamente delimitaram as condições dos processos produtivos nos territórios.

Nesse sentido, Mazoyer e Miguel (2009) descrevem que,

[...] compreensão das dinâmicas agrícolas e agrárias passa, necessariamente, por um conhecimento aprofundado e sistemático do processo evolutivo e do contexto histórico onde operam e se articulam as sociedades agrárias [...] a compreensão do processo de formação de uma agricultura exige uma considerável apreensão das particularidades relacionadas a seus aspectos intrínsecos ou internos [...] e externos. (MAZOYER; MIGUEL, 2009, p.20).

Vale ressaltar mais uma vez, que a leitura fragmentada de uma realidade agrária (apenas descrever o funcionamento do agroecossistema ou sistema agrário, apenas focar na destruição ambiental e etc.) não trará uma real imagem de sua estrutura se não for compreendida historicamente e muito menos se for separada da dinâmica real da correlação de forças na sociedade em que se insere.

Nessa perspectiva, Mazoyer e Roudart (2010) apontam as principais demandas e necessidades por novos métodos para a compreensão de realidades agrárias, que podem ser elencadas, de forma reduzida, da seguinte maneira:

- Conhecer a estrutura e as condições reais de produção e funcionamento das sociedades agrárias;
- Compreender que as mudanças técnicas estão em estreita relação com as mudanças sociais e econômicas, nas mais diferentes escalas de análise;
- Compreender o processo de mudança na estrutura e no funcionamento das sociedades agrárias;
- Reconhecer que as transformações de realidades agrárias necessitam da real adesão dos atores sociais envolvidos (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 39-45).

Conforme debatido anteriormente, as condições materiais das forças produtivas, que permitem seu avanço ou retrocesso, são delimitadas pelo arranjo das condições da ‘etapa anterior’, onde ao mesmo tempo em que herdamos determinadas condições, as transformamos e assim se transformamos também, em uma longa espiral dialética.

Em relação às mudanças técnicas e sua ligação direta com mudanças sociais e econômicas, quer dizer que a estruturação de tal mudança exigirá novas formas de se comportar e organizar o trabalho. Esta visão será confirmada nas fases de construção dos sistemas agrários, onde a mudança de base técnica da agricultura local corresponderá ao mesmo tempo às mudanças na base industrial nacional e estadual, crescimento das cidades, e etc.

Mazoyer e Roudart (2009) afirmam que “a teoria da evolução dos sistemas agrários é o instrumento que permite representar as transformações incessantes da agricultura de uma região do mundo como uma sucessão de sistemas distintos, que constituem as etapas de uma série histórica definida” (MAZOYER; ROUDART, 2009, p. 30). Sendo assim, conseguir apontar as diferentes formações de apropriação do trabalho, de distribuição dos meios de produção, da terra e de mercadorias em determinados períodos históricos do território são objetivos desta leitura.

Um alerta importante sobre a condução da análise de sistemas agrários é colocada por Mazoyer (1992) é sobre o termo “sistema agrário” pode trazer diferentes enfoques, como por exemplo, apenas para descrever uma cadeia produtiva ou as formas de agricultura praticadas em um determinado território. Para o autor, o enfoque deve ser para apreender, analisar, ordenar, classificar, compreender e explicitar a realidade complexa das múltiplas formas evolutivas da agricultura.

Em outro estudo, intitulado “História das Agriculturas do Mundo” (2010), Mazoyer e Roudart apontam os caminhos para esta leitura, dizendo que

[...] ao analisar e conceber um objeto complexo e animado em termos de sistema é também considerar seu funcionamento como uma combinação de funções interdependentes e complementares, que asseguram a circulação interna e as mudanças com o exterior de matéria, de energia e, tratando-se de um objeto econômico, de valor [...] Desse modo, analisar e conceber, em termos de sistema agrário, a agricultura praticada em um momento e lugar consiste em decompor essa mesma agricultura em dois subsistemas principais: o *ecossistema cultivado* e o *sistema social produtivo*, estudando tanto a *organização* e o *funcionamento* de cada um desses subsistemas, como suas *interrelações* (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 72, grifo do autor).

Ora, isso quer dizer que, como método de leitura, devemos separar esses dois ‘subsistemas’ e aprofundar o conhecimento sobre cada um deles, desde a descrição da paisagem, o desenho histórico dessa paisagem, bem como descrever os passos e condições do sistema agrário em suas conexões internas (fluxo de energia, de trabalho e etc) e externas (com outros sistemas agrários, na comercialização, na aquisição de insumos, apropriação do trabalho, investimentos externos, cultura, religião e etc).

Vale reconhecer de que estes fluxos e relações sistêmicas são também determinados, além do meio social, pelo meio físico e desenhos geomorfológicos que compõe a paisagem em estudo. Conforme Cholley (1946), citado por Mazoyer (1986, p. 10) afirma, “todos os elementos físicos, biológicos, econômicos, sociais, demográficos formam uma verdadeira combinação, onde a expressão no espaço é um certo tipo de habitat, uma certa organização da região” (apud MIGUEL, 2009, p. 19) ou a “racionalização geográfica” descrita por Harvey acima.

Com certeza compreender a geomorfologia do local permitirá conhecer, por exemplo, como o relevo colabora ou não na ligação (passagem) entre regiões, como morfologia dos solos dita as aptidões produtivas, na implantação de tecnologias, a distribuição das águas nas microbacias, ou seja, analisar as possibilidades de expansão ou não de atividades industriais e da urbanização, influenciando tanto o sistema social produtivo, quanto o ecossistema cultivado na formação e desenho do território.

Isso exigirá do pesquisador métodos e abordagens que permitam analisar não apenas as origens e a atualidade no território, mas as transformações e contradições das diferentes formas de agricultura, as formas de apropriação da natureza e do trabalho, onde estão os proprietários dos meios de produção (*insumos, distribuição e etc*) e os produtores diretos (MÜLLER, 1980, p. 15, *grifos meus*), a fim de que apontem possíveis caminhos de transformações reais das contradições e sua superação histórica.

Com o intuito de compreender os sistemas agrícolas e suas complexidades, Mazoyer (1987) coloca três pontos principais, que pretendemos aprofundar:

1. A análise global da região,

2. a análise dos sistemas de produção e,
3. a análise da unidade produtiva.

Este é o sentido fundante dessa análise que, além da leitura histórica e global, deve-se conhecer o objeto, os sistemas agrários a fundo e isso implica num primeiro momento, delimitá-lo, ou seja, traçar uma fronteira, virtual entre esse objeto e o resto do mundo, e considerá-lo como um todo, composto de subsistemas hierarquizados e interdependentes (MAZOYER; ROUDART, 2010), apontá-los e interligá-los na medida em que lhe cabe.

Convém ressaltar que para compreender o que define tal estabelecimento técnico, econômico e socialmente é necessário reconhecer as relações que definem este espaço determinado com a estrutura dominante. Para Paulo Neto (2011) as *condições materiais da vida social* não envolvem apenas a produção, mas articulam ainda a distribuição, a troca (e a circulação, que é “a troca considerada em sua totalidade”) e o consumo, onde “estes momentos (produção, distribuição, troca, consumo) não são idênticos, mas todos são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma mesma unidade” (PAULO NETO, 2011, p.39). Harvey (2005) irá dizer que “Marx observa a produção, a distribuição, o consumo e o reinvestimento como fases (ou momentos) separadas na totalidade do processo capitalista de produção” (HARVEY, 2005, p. 43).

Compreender essas fases nos remeterá a conhecer as crises e apogeus de determinados sistemas agrários, buscando analisar os fatores que contribuíram para tais eventos históricos desde as particularidades do funcionamento desses sistemas agrários como da sociedade em geral, pois “resulta que as crises originárias das barreiras estruturais à acumulação podem se manifestar tanto na produção quanto no consumo, e em qualquer uma das fases de circulação e produção de valor” (HARVEY, 2005, p. 43).

Sendo uma sociedade dividida em classes, como característica do modo de produção capitalista e tendo sua base na apropriação privada dos meios de produção e na exploração do trabalho (principalmente na forma assalariada), mas que também articulam formas alternativas de extração da mais valia socialmente produzida, conhecer as relações de produção “que são caracterizados pelo *sistema de produção* que eles praticam, e pela *categoria social* a qual eles pertencem” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 73, grifo do autor) serão chave para buscar analisar as relações de classe estabelecidas.

Neste intuito, o presente trabalho buscou analisar na produção, distribuição, troca e consumo, os sistemas de produção e as unidades produtivas do território, tendo em conta que “mesmo no interior de um mesmo sistema agrário, [...] a combinação dos elementos citados não é homogênea. O ecossistema cultivado, a disponibilidade da força de trabalho e dos meios

de produção variam segundo o estatuto social e a acumulação de cada agricultor” (SILVA NETO, 2008, p. 134).

Se no sistema de produção, a forma de trabalho e sua relação com o exterior está intimamente ligado e em contradição pela categoria a qual pertence em sua relação enquanto classe, a presente análise tem o desafio de analisar como historicamente foram produzidos, distribuídos os meios de produção e trocados e consumidos, matéria e energia, retroalimentando assim a expansão e acumulação no território.

2.3.1 Passos metodológicos

Aqui buscaremos explicitar os passos guia da pesquisa em questão e a forma como se buscou explicar a formação do território do Vale do Ribeira paulista seguindo as premissas acima discutidas.

Vale ressaltar que se buscou ao máximo, no momento da análise, reter apenas aquelas informações consideradas imprescindíveis para *explicar* a realidade observada, e não para *descrevê-la* (SILVA NETO, 2007, p. 36), no intuito de que nas análises dos sistemas agrários atuais, elenquem-se apenas alguns pontos-chave encontrados, se concentrando mais em “descartar possibilidades do que de responder definitivamente às questões” (Idem, ibidem), que permita um desenho do desenvolvimento do território no “nível de detalhe desejado de forma eficiente e rigorosa” (Idem, ibidem) e permita uma relação dialética entre os movimentos históricos.

O método baseia-se em passos progressivos, partindo do geral para o particular. Ele começa pelos fenômenos e pelos níveis de análises mais gerais (mundo, país, região, etc.), terminando nos níveis mais específicos (município, assentamento e unidade de produção) e nos fenômenos particulares (subsistemas de cultivos, criação, etc.). Sendo assim, a análise histórica nos permitirá reconhecer a forma como se deu os sistemas agrários no território, sua origem e procurar explicar sua gênese (MAZOYER & ROUDART, 2010, p. 49).

Identificado o sistema agrário em questão, analisaremos em seguida sua organização, seu funcionamento e os desempenhos mais ou menos sustentáveis que decorrem daí, assim como sua dinâmica e seus limites geográficos e históricos (MAZOYER & ROUDART, 2010, p. 49). Sempre tomando o cuidado de buscar as relações entre estes ‘níveis’ de análise na explicação e compreensão dos sistemas agrários.

Este é o momento de buscar hierarquizar os eventos, em uma perspectiva de organizá-los e poder relacioná-los, no intuito de compreender as condições históricas dos processos e

contradições do território.

Para o processo de elaboração da pesquisa, informações foram coletadas da seguinte maneira:

- 8 entrevistas a campo com famílias produtoras de chá e banana (Registro, Pariquera-Açu, Sete Barras, Pedro de Toledo e Barra do Turvo);
- Conversas com lideranças em Eldorado, Sete Barras, Registro, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Iguape, Barra do Turvo e Iporanga;
- Participação em reuniões de associações como do Quilombo São Pedro/Aledia Taquari em Eldorado; Associação dos Caboclos do Ribeirão dos Camargos em Iporanga; Associação dos Agricultores Familiares de Pariquera-Açu;
- Entrevistas com lideranças da Associação dos Bananicultores do Vale do Ribeira (ABAVAR); Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis (Cooperafloresta);
- Vídeos e documentários como “Brilhando no Escuro” da Organização Prosa na Serra de Iporanga, “Os Japoneses no Vale do Ribeira e Sudoeste Paulista”, além de publicações impressas e consultas na internet.

Utilizou-se de entrevistas semi-estruturadas com um roteiro de conversa pré-estabelecido (Anexo 1 e 2), pontuando algumas questões chaves apenas como guia para as conversas, no intuito de deixar o diálogo livre, em uma relação dialógica, que possibilite a troca de informações e conhecimentos (LOMBARDI; MOURA, 2013, p. 42).

2.3.1.1 Análise global da região (do território)

Esta parte da análise tem o objetivo de conhecer tanto a paisagem natural (vegetação, geologia, clima, relevo) e a história de ocupação humana do território, bem como suas inter-relações na formação dos sistemas agrários presentes no território. Também é o momento de identificar os processos e lutas sociais, conhecer onde estão os investimentos e a produção de capital em detrimento da distribuição do trabalho no território, as contradições no curso da história e no desenho do território e dos sistemas em questão. Pontuar e conhecer os diferentes tipos de agricultura existentes, os pontos que as diferenciam, as razões históricas do acesso aos meios de produção, circulação e consumo, no processo de expansão da acumulação no território.

Sendo assim, mais uma vez cabem as palavras de Germer (2006) de que essa busca quer dizer conhecer as relações de produção em detrimento das forças produtivas, onde

[...] a dependência das relações de produção em relação às forças produtivas significa, por um lado, que a forma assumida, em cada momento histórico, pelas relações de produção, depende das formas específicas das forças produtivas (tipo e localização das matérias primas, dos instrumentos de trabalho e dos ambientes de trabalho – construções, instalações, meios de transporte e etc.); por outro lado, como as forças produtivas estão em contínuo desenvolvimento - embora mais lento em algumas épocas históricas e mais rápido em outras – segue as relações entre os indivíduos, na produção, que está também em contínuo desenvolvimento. (GERMER, 2006, p. 2).

Considerar a relação histórica da alocação das forças produtivas que permitam, nas relações de produção a distribuição do capital e do trabalho no território, reconhecer que nas transformações destas relações determinadas forças produtivas estarão em pleno desenvolvimento e outras não, porém nas duas situações, terão em suas bases suas formações anteriores.

Sendo assim,

[...] será, também, possível, com essa análise geral da região, explicar como os principais fatores ecológicos, técnicos e sociais determinaram a evolução passada e condicionam as tendências presentes das diferentes categorias sociais e de suas práticas agrícolas. Assim, pode-se progressivamente entrever os mecanismos que eventualmente permitiriam imprimir uma dinâmica diferente ao sistema agrário estudado. (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 1999, p. 20).

Nessa etapa da leitura, deve-se “ter o cuidado de buscar explicitar as causas e fatores desencadeadores do declínio/decadência e surgimento/apogeu dos diferentes sistemas agrários que se sucederam ao longo da história agrária” (MIGUEL, 2010, p. 32), permitindo que o próximo passo do diagnóstico, de aprofundar o conhecimento do funcionamento destes, esteja intimamente ligado a estas condicionantes externas e históricas.

Para buscar estes “encaixes” da análise-diagnóstico, utilizaremos o território enquanto espaço forjado historicamente pelas relações sociais de produção e seu permanente desenvolvimento.

Nesta perspectiva, determinado território poderá ter sistemas agrários distintos, fruto da configuração histórica, não apenas das formações de relevo e clima, senão também os aspectos ecológicos e sociais e, sobretudo, as relações entre eles (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 1999, p. 20).

2.3.1.2 O sistema social produtivo – tipologias de produtores e/ou sistemas de produção

Após os primeiros levantamentos e identificando os sistemas agrários, é hora de conhecer as unidades de produção e elaborar tipologias dos sistemas de produção (MIGUEL,

2009, p. 32), sem se esquecer das relações sociais e ambientais entre essas tipologias e unidades produtivas presentes no território. Também é o momento de fazer cada tipologia apontada ter suas características descritas, para posteriormente estudar a fundo cada unidade produtiva, considerando que cada “tipo de estabelecimento” ou cada “tipo de produtor” assim definido [deve] corresponder a grupos sociais relativamente homogêneos, mas distintos dos demais grupos do ponto de vista da problemática do desenvolvimento rural em análise (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 1999, p. 20).

Mazoyer e Roudart vão chamar isto de *sistema social produtivo*, que é a combinação particular de um *número limitado de tipos de estabelecimentos definidos técnica, econômica e socialmente* (MAZOYER & ROUDART, 2010, p.74). Os mesmos autores, em outro estudo, apontam que “o sistema produtivo é caracterizado pelo tipo de instrumento e de energia utilizado para desmatar o ecossistema, para renovar e para explorar sua fertilidade. O tipo de instrumento e de energia utilizado é, por sua vez, condicionado pela divisão do trabalho hegemônico na sociedade da época” (MAZOYER & ROUDART, 2009, p.30).

Vale considerar que a apropriação e/ou adoção de sistemas de produção (ecossistema cultivado) estará diretamente ligada na leitura real da sociedade de classes e na luta constante desta contradição (capital e trabalho) dentro do território, forjando seus espaços. É o momento de reconhecer onde estão alocadas as forças produtivas que delimitarão processos de apropriação e execução da produção e do trabalho em si.

Esta parte da análise também é de suma importância para demonstrar que as tipologias encontradas podem ter consonâncias em alguns aspectos (por exemplo, grande parte depender de insumos externos/sintéticos), porém grandes discrepâncias/ contradições (por exemplo, no acesso ao título da terra, créditos rurais e etc.). Por isso, também é um momento chave para a compreensão de como historicamente se distribuiu o trabalho no território.

Nesta parte do estudo, também foram utilizadas entrevistas, análises de dados secundários e/ou relatos escritos ou vídeos/documentários já existentes.

Sendo assim, este será o momento de delimitar as formas distintas de apropriação dos meios de produção e do trabalho, do acesso a terra, a informações e tecnologias, formas de consumos e troca no território e criar tipologias de grupos um pouco mais homogêneos. Isso permitirá no seguinte momento estudá-las a fundo.

2.3.1.3 Conhecendo o ecossistema cultivado, as unidades produtivas – o agroecossistema

Esta etapa visa conhecer e aprofundar o estudo dos sistemas de produção com o

objetivo de testar hipóteses elaboradas ao longo das etapas precedentes (MIGUEL, 2010, p. 32). Isso quer dizer, que nas duas etapas anteriores conhecemos a região de estudo e sua dinâmica, para posteriormente apontar os envolvidos diretos na produção agrícola e “agrupá-los”, para enfim, aprofundar nas experiências práticas de algumas unidades de produção já tipologizadas.

Para Mazoyer e Roudart (2010), o *ecossistema cultivado* é composto por vários subsistemas complementares e proporcionados, por exemplo, as hortas, as terras cultiváveis, as pastagens e as florestas. Nesse sentido, deve-se analisar e estudar as práticas agrícolas e econômicas de cada grupo de agricultores buscando relacioná-las aos recursos de que dispõem e às condições socioeconômicas e ambientais nas quais trabalham ((INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 1999, p. 27). Ou seja, não adianta apenas descrever as formas encontradas, senão relacioná-las e interpretá-las.

Nesta perspectiva, para as análises do funcionamento dos agroecossistemas⁵ dentro das tipologias definidas de produtores, optou-se em “abranger a diversidade de produtores e de sistemas de produção existentes [...] mesmo que certos grupos e sistemas ‘marginais’ ou ‘externos’ sejam pouco representativos do ponto de vista estatístico” (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 1999, p. 28). Essa escolha não é meramente estatística, mas sim uma forma de conhecer e aprofundar o funcionamento das distintas formas de agricultura forjadas dentro do território, bem como de compreender crises e/ou ápices dessas.

Essas análises direcionadas se deram por entrevistas semiestruturadas, conforme já debatido anteriormente, em visitas de campo para buscar conhecer os desenhos e práticas do agroecossistema em questão, com roteiros pré estabelecidos, porém aberto, onde se pensou nas seguintes premissas, conforme a Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 - Focos da observação e os resultados esperados no conhecimento dos agroecossistemas

Foco da observação	O que observar	Resultados esperados
Gestão e a tomada de decisão	Autonomia de decisão (na escolha de insumos, na gestão dos demais recursos, na venda).	Conhecer como se dá a relação produtiva e o arranjo das forças produtivas locais.
Recursos Disponíveis	História do local; Acesso a créditos; Manejo das áreas cultivadas; Biodiversidade	Conhecer as formas de manejo e os insumos historicamente utilizados.

⁵ O termo *agroecossistema* é também utilizado para o mesmo fim pelos teóricos da agroecologia para designar o ecossistema operado com fins agrícolas (KHATOUNIAN, 2001, p. 90) ressaltando a ação central do homem sobre os ecossistemas artificializando-os (GUZMÁN & MOLINA, 2005).

	local; mão de obra.	Interação com a natureza e o meio externo.
Conhecer cada subsistema	Cultivos (horta, culturas anuais, perenes); Criação; Extrativismo.	Itinerário técnico; Interação entre os subsistemas; Calendário produtivo; custos de produção; necessidade e acesso de mão de obra

Fonte: Adaptado de INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (1999)

2.4 Materializando a análise diagnóstica e sua dialética na leitura de territórios

O presente capítulo buscou sistematizar a proposta teórica e metodológica durante o período de pesquisa, no intuito de buscar uma forma de análise crítica das contradições vivenciadas no território, em uma perspectiva histórica que aponte para caminhos possíveis da superação tanto das dificuldades encontradas pelos camponeses e trabalhadores, como de buscar novos caminhos para uma agricultura que objetive a inclusão e a transformação dos meios de produção, em uma racionalidade mais interativa entre a natureza e o ser humano.

Observamos que a compreensão de processos históricos vivenciados no território– em uma perspectiva de relação metabólica ser humano-natureza - bem como dos itinerários técnicos dos agroecossistemas em seus sistemas agrários, trazem elementos que permitam apontar novos caminhos, bem como permite uma amplitude maior de enfoque. Outro fator muito presente e que tal diagnóstico permite a visualização é a importância dos elementos naturais (relevo e clima) em sua constante transformação e relação com o ser humano na concepção e possibilidades de reprodução dos territórios, na renovação da fertilidade dos agroecossistemas, na elaboração de políticas públicas e consequentemente influencia na possibilidade de expansão e acumulação do capital. Também facilita visualizar as formas como o capital foi se expandindo e consolidando no território em sua produção, circulação, consumo, reinvestimento, retroalimentação, conformando assim a espiral dialética na história do território.

Sendo assim, nos próximos capítulos, buscaremos aprofundar estas questões utilizando como foco o território paulista do Vale do Rio Ribeira de Iguape, ou apenas Vale do Ribeira.

3 O TERRITÓRIO DO VALE DO RIBEIRA

O Vale do Ribeira historicamente é conhecido como uma região de baixo índice de desenvolvimento social e econômico em comparação ao resto do Estado de São Paulo, porém de grande apreço ambiental e de enraizamento da cultura tradicional, caipira, cabocla, ribeirinha e etc. Uma região que remonta as primeiras ocupações em terras que viriam a se tornar o Estado de São Paulo.

Apesar de ter sua economia voltada principalmente ao setor de serviços (hospitais, escolas, demais setores públicos, comércio e etc.) como em todas as regiões paulistas, o território sempre é citado como sendo uma região basicamente agrícola, o que realmente se confirma se comparada às demais regiões do estado, seja pelo número de propriedades rurais, quanto pelo grau de urbanização dos municípios, como também por conter vastas extensões de floresta, ocupadas em grande parte por Unidades de Conservação. Outro setor que vem crescendo na região, que também historicamente esteve ligado à ocupação territorial, é a mineração e energia, que já tem projetos grandes em execução, alguns iniciando obras para instalação de indústrias e alguns grandes projetos (inclusive das barragens) parados ou em processo de licenciamento que preocupa as comunidades que vivem em torno do rio Ribeira e seus afluentes, nos entornos das Unidades de Conservação, além dos setores que se preocupam com o meio ambiente da região.

Na economia agrícola regional predomina o cultivo da banana, a pecuária extensiva (com destaque para a criação de bubalinos, maior rebanho do estado de São Paulo), e recentemente, a produção da Palmeira Pupunha para palmito, e o quase extinto chá (com plantações em declínio e restando apenas duas indústrias). Outra atividade bastante presente e crescente nas áreas rurais é a produção de plantas ornamentais, viveiros de mudas nativas e produção significativa de olerícolas em todo o território. Vale também dizer que o extrativismo ainda se faz presente na região, principalmente a extração do palmito Juçara (*Euterpe edulis*) retirado das matas ilegalmente, porém também há a exploração em áreas de manejo de musgo, turfa, caixeta (*Tabebuia cassiniodes*)⁷ e, também, extrativismo de

6 Pelas condições climáticas (precipitação bem distribuída principalmente), muitos produtores de olerícolas conseguem produzir algumas espécies durante o ano inteiro, o que faz um diferencial, visto outras regiões do Estado não conseguirem produzir, a exemplo da abobora menina ou italiana.

7 Recentemente foi baixado um decreto que não permite mais o manejo da caixeta, porém mantivemos pela sua importância na região e porque o decreto pode ser revogado a qualquer momento.

ostras na costa e a pesca artesanal⁸.

No histórico de ocupação desse território, firmam-se identidades e processos culturais muito particulares e diversos como a cultura caiçara, com seu fandango e culinária, os caboclos (agricultores tradicionais que ainda se organizam em comunidades de mais de 200 anos) e sua agricultura tradicional, comunidades quilombolas (muitas ainda não oficialmente reconhecidas), e aldeias indígenas (sem terem ainda suas terras demarcadas) também com suas formas peculiares de organização do território e da produção.

Hoje se estima aproximadamente 80 comunidades caiçaras (QUILOMBOS DO RIBEIRA, 2009) ao longo da costa, conhecida como Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá, tendo como principal atividade econômica a pesca artesanal nos canais que chegam ao mar e em mar aberto, que tem baixo impacto ambiental. Alguns também dedicam ao turismo pesqueiro e à maricultura (produção de ostra, marisco) e peixes em cativeiro. A agricultura é quase inexistente, mesmo que para subsistência, muito devido à sobreposição das Unidades de Conservação e leis ambientais.

Já as comunidades quilombolas também têm presença expressiva na região, com aproximadamente 40 quilombos, sendo 25 já titulados, outros em processo de titulação, alguns com pedido de reconhecimento, em avaliação, enfim, em processos judiciais segundo dados do ITESP (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo). A questão da regularização dessas áreas já se alonga por décadas e está longe de ser resolvida, pois ainda muitas destas terras são ocupadas por terceiros, estão em zonas de amortecimento e/ou mesmo sobrepostas por Unidades de Conservação. Essas comunidades praticam uma agricultura de subsistência e lavouras comerciais como de banana (algumas com certificado orgânico) e olerícolas, apicultura, além do turismo e artesanato também serem destaque na formação da renda.

A agricultura historicamente praticada pelas comunidades tradicionais, baseada na coivara, esteve nas últimas décadas marginalizada pelas leis ambientais e também pelas técnicas difundidas pela assistência técnica oficial no último período, tendo a agricultura tradicional como atrasada e não produtiva em detrimento das monoculturas e novas tecnologias. Ao mesmo tempo há um processo de valorização dessa cultura, onde encontramos variedades de arroz, feijão, batata doce, mandioca que estão sendo cultivadas há mais de séculos por estas comunidades. Hoje, devido a muita luta e negociação, parte

8 Pesca basicamente marítima, onde a pesca artesanal dos ribeirinhos no Rio Ribeira e seus afluentes é uma atividade muito pouco expressiva e quase extinta, devido à redução de peixes.

das comunidades têm suas roças de coivara liberadas para cultivo pela agência ambiental, desde que de forma controlada e sob acompanhamento, porém ainda é insuficiente em termos de garantir a sobrevivência destas famílias, garantir a agrobiodiversidade local e/ou em inserí-las no contexto social e econômico do território.

A concentração de terras se acentuou no último período, sendo que no último Levantamento de Unidades de Produção Agrícola (LUPA), mostra que em 2007/2008, 77% das propriedades eram pequenas unidades de produção, porém ocupavam apenas 16% das áreas produtivas do território. Esses pequenos agricultores, em sua grande maioria, são posseiros (alguns compraram pedaços de terra e outros ocuparam terras devolutas tempos atrás) que têm uma história de resistência e luta pela conquista e permanência na terra, e se sustentar economicamente na atividade agrícola.

A confluência de povos e tradições, de atividades econômicas em um contexto de exuberância da natureza deixou marcas e contradições até os dias atuais. Trazem a marca da preservação de suas matas, a valorização da água do Ribeira e seus afluentes, em detrimento da ocupação de grileiros e fazendeiros que hoje tomam boa parte das várzeas produtivas e áreas mais férteis do território, da criação de unidades de conservação, da estrutura crescente (por exemplo, com incentivo dos municípios e os projetos de barragens) para a instalação de indústrias da exploração mineral e etc.

Cabe ressaltar que não houve um processo de distribuição de terras ordenada por parte do Estado na região (após a Lei de terras de 1850), salvo nos processos de colonização, sendo que o território foi historicamente ocupado por posseiros até os dias atuais. A regularização fundiária é um dos maiores fatores das diferenças sociais no território, gargalo que se estende até os dias atuais e que sempre foi pauta de negociação com governos, inclusive sempre sendo apontada por estes como um dos principais entraves ao desenvolvimento da região.

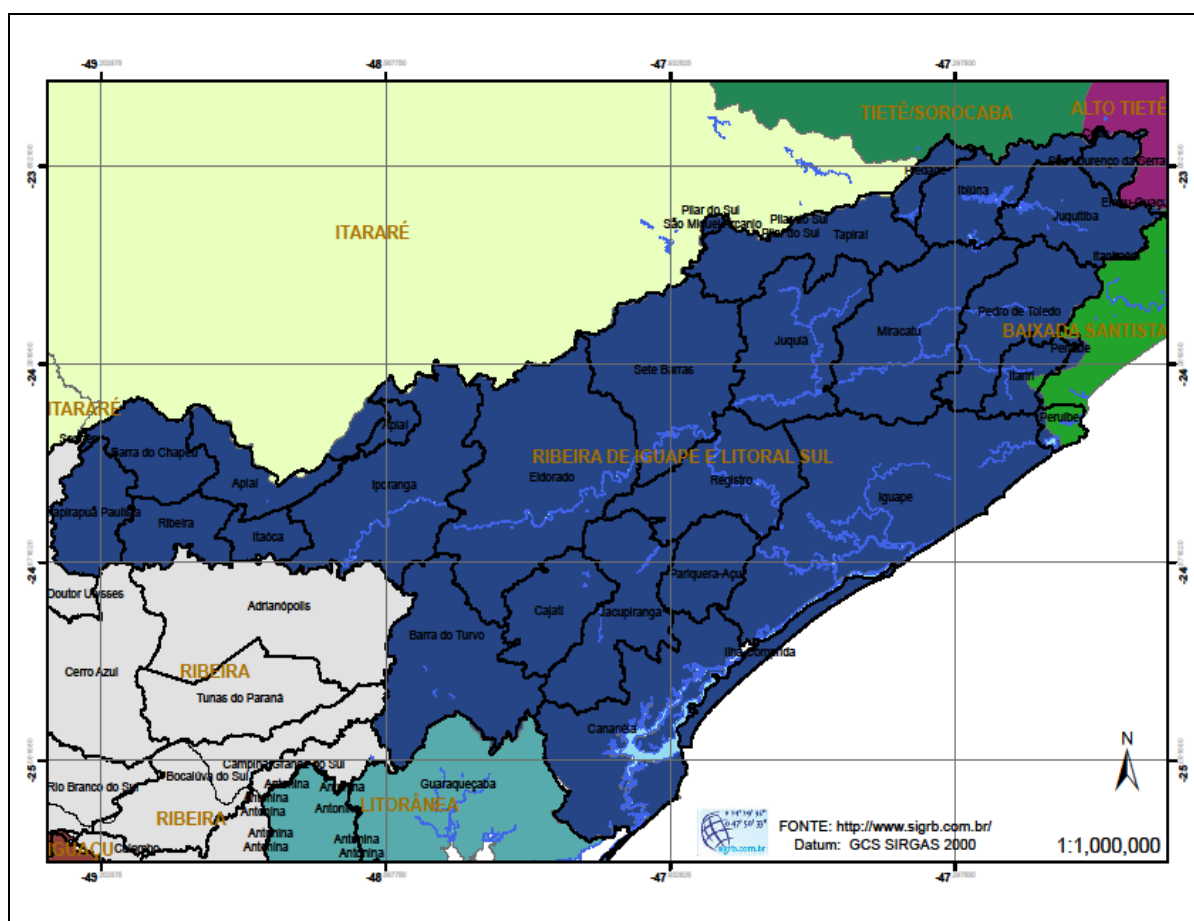
Em sua totalidade, a bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape compreende as regiões Sudeste do Estado de São Paulo e Leste do Estado do Paraná. A área total da bacia, incluindo a porção paranaense, é de 25.681 km² (COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL, 2008-11), dos quais mais de 60% integram o território Paulista.

No presente estudo, focaremos a leitura na porção ligada ao Estado de São Paulo (Mapa 1), por uma questão geográfica e temporal, ficando uma análise de toda a bacia para um segundo momento, o que não tira a importância da parte Paranaense do território que também hoje também está em processo de debate e embate em torno de grandes projetos de

barragens, de investimento na exploração minerária e do agronegócio focado na plantação de pinus que pode trazer sérias consequências para a população que depende do abastecimento de água, da biodiversidade, e das terras para seu sustento. Tanto a questão das barragens, quanto do crescimento de áreas com plantio de pinus estão intimamente ligadas à expansão dos investimentos em mineração (como é o caso do município de Adrianópolis) e em indústrias na região.

Muitas características sociais, ambientais e econômicas ligam historicamente essas duas regiões que mesmo dividida por unidades federativas, mantém semelhanças históricas. A ocupação colonial também se dá pela corrida da mineração que, após a decadência da atividade, levam estes exploradores a procurar outras regiões, pois o vale não oferecia condições físicas tão favoráveis como outras zonas de São Paulo e do Paraná (BERNARDES, 1952, p. 57) para a atividade agrícola e de pecuária extensiva que assumem papel preponderante como política econômica e de ocupação de novas áreas paranaenses por um longo período. Sendo assim, esta porção do território perde importância no interesse de expansão econômica e territorial por parte das elites investidoras e do Estado. Hoje a região, similar à porção de São Paulo, também tem forte incentivo na política de criação de Unidades de Conservação por parte do Estado, gerando intermináveis conflitos com comunidades tradicionais e posseiros que ainda lutam pela regularização fundiária e seu direito de produzir.

Mapa1- Limites municipais da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape



Fonte: Sistema de Informações Geográficas do Ribeira de Iguape e Litoral Sul, 2000.

A população do território do Vale do Ribeira paulista é de aproximadamente 443.325 habitantes, dos quais 114.995 vivem na área rural, o que corresponde a 25,94% do total .

Hoje o Vale do Ribeira conserva a maior extensão contínua de Mata Atlântica do Brasil, com aproximadamente 21% do restante deste bioma (QUILOMBOS DO RIBEIRA, 2011) que abrange toda a costa brasileira, trazendo uma importância ambiental para o território com enorme diversidade de flora e fauna, contando com algumas espécies endêmicas e em extinção.

Como podemos ver na Tabela 2, o setor industrial não tem grande participação nos PIBs (Produto Interno Bruto) dos municípios do território se compararmos com a totalidade do Estado de São Paulo, ao mesmo tempo em que a agricultura tem uma participação

9 Sistema de Informações Territoriais (<http://sit.mda.gov.br>).

expressiva (mais que oito vezes maior que o restante do Estado). Já o setor de serviços gera aproximadamente 70% do PIB regional, fato que não difere do total estadual. Isto mostra a importância da agricultura para a região na geração de capital, empregos e renda.

Tabela 2 - PIB e a participação por setor no território do Vale do Ribeira no ano de 2012.

Economia	Vale do Ribeira	Estado
PIB (Em milhões de reais correntes)	3.961,57	1.408.903,87
Participação no PIB do Estado (Em %)	0,28	100,00
Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	16,17	1,89
Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	14,00	24,99
Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	69,83	73,12

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Fundação Seade.

Irrisória é a participação do território no montante do PIB estadual (0,28%), o que mostra que a região é inexpressiva na geração de valor, dentro do montante de capital que circula em um estado como São Paulo. Isso é importante para analisarmos os propósitos e êxitos das políticas públicas historicamente instauradas no local que, devido a diversas razões não propiciou as condições de acúmulo necessárias para o setor capitalista e o Estado. Ao mesmo tempo cria a premissas e as possibilidades/oportunidades de políticas que melhor dialoguem com a questão ambiental, a diversidade e a justiça social e a agricultura local.

Aqui utilizaremos o PIB apenas como uma estatística, um balanço que possa colaborar no entendimento do arranjo territorial, tendo em consideração que estes números, frente a um processo de desenvolvimento desigual, não nos darão uma real dimensão das contradições e dinâmicas territoriais, servindo apenas para vermos o volume de arrecadação e investimento em determinados setores. Por exemplo, a produção familiar arrecada muito pouco para um município, pois sua produção quase sempre não emite nota fiscal, faz venda direta e/ou realmente não tem acesso à informação, ou seja, não entra nas estatísticas. Sendo assim, regiões com considerável quantidade de agricultura camponesa, como o Vale do Ribeira, terão uma tendência a um PIB menor.

Na Tabela 3 analisamos a geração de emprego e renda pela agricultura, que também nos figurará a distribuição e apropriação desta renda (do trabalho) por parte da população. O emprego na agricultura tem grande importância, visto que o total de empregos gerados pelo setor no território é sete vezes maior que este mesmo setor no total estadual. Já os empregos na indústria têm participação bem distinta, sendo que o setor gera 10% dos

empregos formais no território, enquanto é responsável por mais de 20% no Estado.

Tabela 3 - Participação dos empregos formais por setor, no total de empregos formais, no ano de 2013, em porcentagem.

Setor	Reg. Adm.	Estado
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	16,29	2,39
Indústria	9,23	20,15
Construção	6,24	5,33
Comércio atacadista e varejista e do comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	23,14	19,56
Serviços (inclusive administração pública)	45,10	52,57

Fonte: Adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Fundação Seade.

Na Tabela 04 também podemos ver que apesar de aproximadamente 17% dos empregos estarem na agricultura e quase 10% na indústria, o rendimento médio dos empregos agrícolas é perto de 2,5 vezes menor que o industrial, o que mostra a discrepância nos rendimentos e na distribuição de trabalho e renda nos setores.

Tabela 4 - Rendimento médio, em reais correntes, dos empregos formais por setor no ano de 2013.

Setor	Reg. Adm.	Estado
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	937,86	1.576,09
Indústria	2.303,25	2.979,77
Construção	1.692,00	2.250,68
Comércio atacadista e varejista e do comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	1.269,85	1.954,00
Serviços	1.891,42	2.682,20
Rendimento médio do total de empregos formais (em reais correntes)	1.617,47	2.549,89

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Fundação Seade.

Podemos perceber uma região/território à margem do desenvolvimento econômico colocado ao Estado de São Paulo, o mais rico da nação e que ainda sustenta um desenvolvimento desigual entre suas regiões. Desenvolvimento este que deve ser questionado permanentemente pelos intelectuais, pelas instituições de pesquisa e movimentos sociais por não dar as respostas às reais demandas sociais e suas formas de viver, em detrimento do acúmulo de determinados setores e pessoas num crescimento desigual e destrutivo.

Pretendemos assim, buscar as peculiaridades históricas e as dinâmicas sociais e

ecológicas que fazem da região ser conhecida como pouco desenvolvida (baixo IDH, “amazônia paulista”, dentre outros “apelidos”), e abrigar um vasto acervo biológico, uma agricultura ainda considerada arcaica, mas cheia de conhecimentos ecológicos/produtivos e manifestações culturais, ao mesmo tempo que há décadas é a maior região produtora de banana do Estado. Uma região onde o extrativismo e as riquezas minerais contam a história do local, em detrimento de uma apropriação dos recursos naturais que são exportados da região sem nenhum benefício à população.

Em toda essa história, configuraram-se sistemas agrários que se relacionaram na ocupação do território, seja na decadência de alguns ou no auge de outros, onde buscamos compreender a relação destes sistemas agrários com a forma de se ocupar a paisagem ou com a forma e o desenho das cidades do território, assim como a relação com o Estado e etc.

3.1 Clima e relevo

O vale do rio Ribeira de Iguape faz a ligação entre o interior e a costa devido ao percurso feito pelo Ribeira, que se forma no alto planalto paranaense e, ao contrário dos demais rios da região, atravessa a serra do Mar, terminando no oceano Atlântico. Dessa forma, a baixada do Ribeira é gradualmente invadida por trechos de serra que culminam nas escarpas da Serra de Paranapiacaba e na Serra do Mar, que a limitam a noroeste e a oeste-nordeste, respectivamente (PETRONE apud BARRETO, 1988). Portanto, a ocupação dessa rara região de transição, que é o Vale do Rio Ribeira para o planalto, poderia esclarecer diversas questões sobre o contato entre o interior e a costa em tempos pré-históricos (NEVES E OKUMURA, 2005).

A bacia hidrográfica do Rio Ribeira pode ser subdividida em dois grandes domínios: as baixadas litorâneas, constituídas principalmente por depósitos sedimentares cenozóicos (recentes, de idades até 120.000 anos), e as serranias costeiras, constituídas por rochas cristalinas antigas (ígneas e metamórficas), com idades de 2.200 a 60 Ma (milhões de anos). As rochas calcárias da região formam a maior concentração de cavernas do Estado de São Paulo, principalmente nos municípios de Apiaí e Iporanga que totalizam 257 cavernas, além dos municípios de Ribeira e Barra do Turvo, concentrando-se principalmente no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), no Parque Estadual da Caverna do Diabo e no

10

Parque Estadual Intervales (PEI) .

Na área das rochas cristalinas mais antigas ocorrem depósitos minerais de ouro, prata e metais básicos (chumbo e cobre). Também há aproveitamento das rochas graníticas para brita e de calcários para cimento, cal, corretivos de solo e brita. As jazidas de apatita e carbonatito do Complexo Alcalino de Jacupiranga, no município de Cajati e do Morro do Serrote, Complexo Alcalino de Juquiá, município de Registro, fornecem concentrados fosfáticos para fertilizantes, para uso na alimentação humana, na produção de rações para animais e na indústria cimenteira. As areias são quase exclusivamente lavradas para construção civil,
11
principalmente no leito dos rios Juquiá, São Lourenço e Ribeira .

Os solos das áreas de baixada são principalmente hidromórficos, formados em condições de excesso de água superficial e lençol freático raso (Espodossolos, antigo Podzol Hidromórfico, Solos Orgânicos). Assim, os solos das planícies a jusante são principalmente hidromórficos Orgânicos e nos trechos a montante prevalecem solos aluviais argilosos
12
destacando-se, sobretudo, os Cambissolos eutróficos .

Nas primeiras elevações, formada por baixas colinas de topos convexos e vertentes curtas, com inclinações médias entre 10 e 20% e altitudes entre 30 e 50m ao nível do mar, encontraremos solos Podzólicos Vermelho-amarelos álicos de textura argilosa e solos mais rasos do tipo Cambissolos álicos associados com Latossolos e Podzólicos, também com
13
texturas argilosas . Aqui encontraremos a maior porção da bananicultura regional.

14

Nas áreas de maior altitude predominam os Cambissolos álicos e Cambissolos distróficos, que se associam com Podzólicos Vermelho-amarelos e Latossolos Vermelho-amarelos, preferencialmente de texturas argilosas a muito argilosas, sendo pouco frequentes
15
os Litólicos e os Afloramentos Rochosos, apesar do caráter montanhoso da região .

¹⁰ Idem Nota 4.

¹¹ Caderno de informações sobre a Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul (UGRHI-11- 2008-2011).

¹²

Idem

¹³

Ibidem.

¹⁴

Aqui as altitudes vão variar de 100-200m nas partes baixas a 700-900, atingindo até 1200m nos setores mais altos.

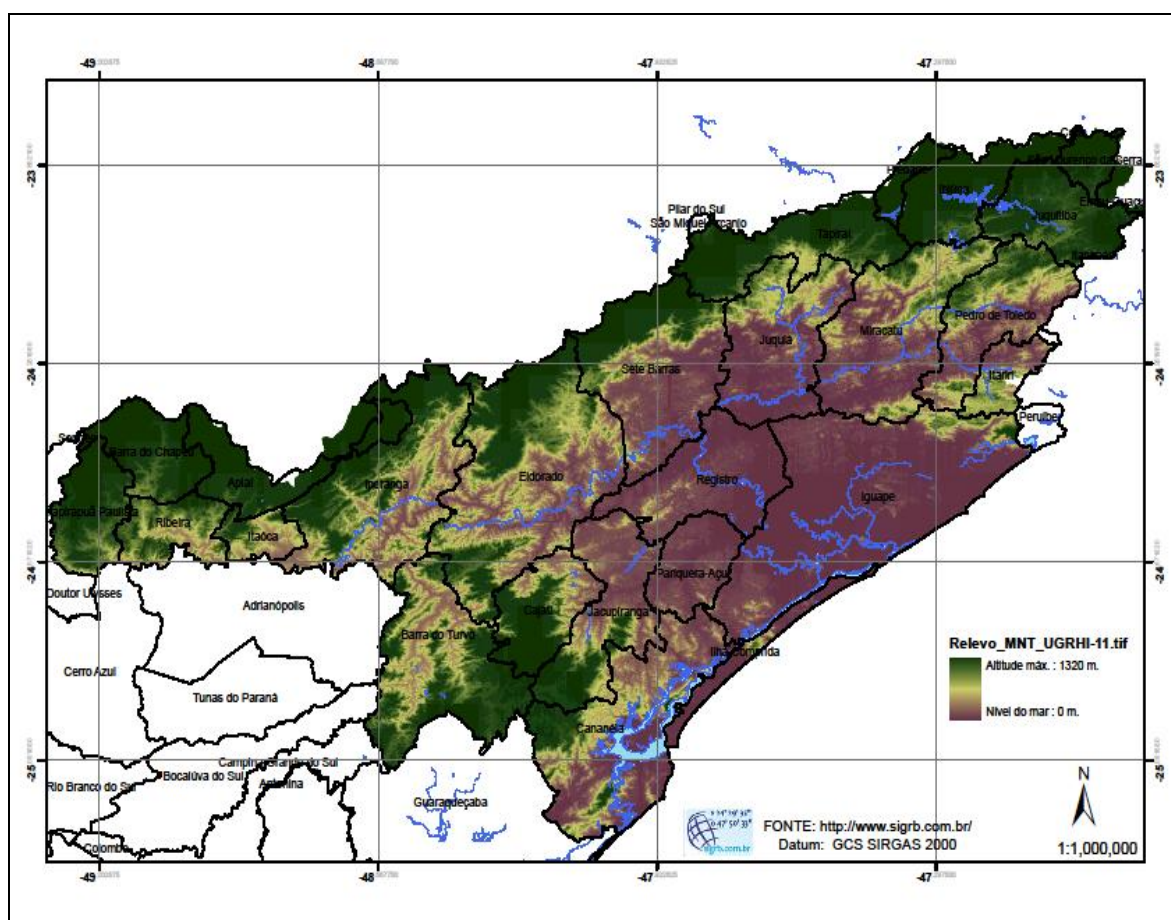
¹⁵

Caderno de informações sobre a Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul (UGRHI-11- 2008-

O clima regional é caracterizado como subtropical úmido, onde a temperatura tem valores médios anuais para as médias das mínimas entre 11 a 20 graus e médias das máximas entre 22 a 32 graus. A precipitação anual é de aproximadamente 1900mm, podendo atingir até 4000mm, sendo bem distribuídas durante o ano, não havendo muitas épocas secas. A quantidade de chuva distribuída o ano inteiro, cria mais uma particularidade do território, pela quase ausência (na grande porção do território) de estações frias completas e a baixa luminosidade (incidência de luz) devido ao longo período nublado dessas áreas que, por exemplo, influenciam também a distribuição espacial da agricultura e a escolha das culturas agrícolas mais adaptadas.

Um pouco menos da metade de área do território está situada entre 0 a 25 metros de altitude e a outra porção apresenta relevo fortemente ondulado, com altitude variando entre 100 e 1000 metros, o que caracteriza áreas de difícil acesso.

Mapa2 - Hipsometria e hidrografia do Vale do Ribeira



Fonte: Sistema de Informações Geográficas do Ribeira e Litoral Sul, 2000

Devido a suas variações de altitude, solos e relevo, as atividades e ocupações ao

longo da bacia hidrográfica do rio Ribeira também propiciará diversificação de atividades, onde as partes mais altas, em divisa com as serras de Paranapiacada e do Mar, serão menos habitadas, com maior aglomerado de áreas de florestas, ao mesmo tempo em que abrigará formações geológicas de cavernas e também de interesse de exploração minerária. As áreas de planície e terraços fluviais (ROSS, 2002), das margens de curso fluvial do rio, formam uma planície bastante suscetível a enchentes, porém que historicamente foi utilizada como base para produção agrícola no território.

Nessas condições físicas e naturais foi se forjando historicamente a ocupação do território que, seguindo as condições sociais, analisaremos esta construção e a constituição de seus sistemas agrários.

4 FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO E SEUS SISTEMAS AGRÁRIOS

A ocupação do Vale do rio Ribeira de Iguape é muito anterior à chegada da colonização portuguesa. Isso pode ser comprovado com a presença de sambaquis em alguns pontos na porção litorânea, bem como nas cavernas rio acima. O sambaqui mais antigo do Brasil foi encontrado na região, que data-se de aproximadamente nove mil anos de existência (PIVETTA, 2005, p. 38).

Com a chegada dos portugueses formam-se povoamentos em torno do que posteriormente viriam a ser as cidades de Cananéia e Iguape, sendo a mineração a primeira principal atividade econômica e propulsora desta ocupação e fixação no local. Com uso de mão de obra escrava e o escoamento do ouro facilitado por rotas fluviais que garantiam o acesso às regiões do médio e alto Vale (GALVANESE e FAVARETO, 2014), a região começou a conhecer certa prosperidade, sendo a primeira casa de fundição do Brasil instalada em Iguape (SCATAMACCHIA, 2012).

Para Claus Junior (2010), a configuração colonial da região se dá a partir das capitanias hereditárias,

[...] estabelecidas por Dom João III, em 1534, no Brasil Colônia. Seu primeiro donatário foi Martim Afonso de Sousa, sendo a capitania dividida em duas partes em decorrência da controvérsia entre os donatários Conde de Monsanto e Condessa de Vimiero (neta de Martim Afonso de Souza). Um ficou com o primeiro, que incluía São Vicente, Santos e São Paulo. A outra porção, correspondente ao litoral sul paulista, ficou com a condessa, que estabeleceu a sua sede em Itanhaém. (CLAUS JUNIOR, 2010).

Sendo assim, é uma região que tem importância histórica por suas condições de costa e hidrografia permitirem tanto a ocupação indígena de tempos bem remotos, bem como das primeiras páginas da história da colonização nacional e paulista, conhecendo tanto processos de acumulação bem acentuados, como a estagnação e o descaso por parte do Estado, chegando a ser sempre apontada na atualidade como a região mais pobre do Estado mais rico do país.

Essa contradição, objeto de análise do presente trabalho, se evidencia na ocupação do território, na distribuição do trabalho nos processos de acumulação e a forma de ser da agricultura, como propulsora de processos econômicos, da cultura local e formas distintas de relação com a natureza.

4.1 Sistema Agrário Indígena de Coivara e chegada da primeira colonização

Anterior à chegada dos europeus, os indígenas com sua característica nômade ocupavam toda a faixa litorânea brasileira. Segundo Petrone (1966), o Vale do Ribeira foi “uma área de passagem para os ameríndios que desciam, no inverno, do planalto para o litoral paulista em busca de pesca, sendo habitada permanentemente por contingentes pouco numerosos” (PETRONE, 1966, p. 69). Não se sabe ao certo, por não haver registros escritos ou muitos indícios, a forma de agricultura praticada por essas populações, onde, seguindo as palavras do pesquisador, deviam ter uma característica de coleta e caça, porém com alguma agricultura rudimentar.

Sabe-se que com a chegada da colonização e a vinda de escravos com ela, se estabelece uma relação entre os indígenas e parte desse contingente onde, apesar da repressão sobre os nativos por uma parte, haverá uma mistura em outra, onde muitas das práticas agrícolas e de caça, culinária, parte do linguajar local, como o nome de rios, plantas e animais e posteriormente de vários municípios (como Pariquera-Açú, Apiaí, Cananéia e etc.) são incorporados e/ou adaptados e são até hoje utilizados.

Para Giacomini (2010),

[...] os povos indígenas tiveram forte influência nas comunidades negras no Vale do Ribeira, por terem deixado um legado cultural, um arsenal de adaptações técnicas, organizativas, e comunicativas provenientes das culturas tupi-guaranis, que foram apropriadas e redefinidas pelas populações negras e ribeirinhas em São Paulo. (GIACOMINI, 2010, p. 94).

Na questão da agricultura, a principal técnica que passa a ser utilizada era a da coivara, onde cabe destacar a introdução de variedades exóticas neste movimento de troca. A adaptação e complexidade desta técnica marcam tanto a cultura e o modo de vida local que até hoje ainda é utilizada pelas comunidades e até recentemente (década de 1990) por camponeses, fato que será debatido mais a frente. O modo de vida da população que se estabelece no local era baseado, além destes cultivos de subsistência, na caça e na pesca ao longo do rio e seus afluentes.

Esta técnica da coivara também será chamada por Mazoyer (2010) como sistema de cultivo de derrubada-queimada que desde a Era Neolítica é praticada por povos que habitam regiões florestadas. Ela se baseia no corte e derrubada de árvores, onde posteriormente é colocado o fogo e a agricultura é praticada por um, dois ou até três ciclos produtivos entre os tocos e troncos de árvores que após esses cultivos é abandonada por décadas, dependendo da dinâmica populacional local. O autor associa a crise e inviabilidade dessa forma de agricultura de acordo com o acúmulo populacional a ser

abastecido pelos alimentos da coivara, visto ela não utilizar todo o potencial produtivo da área por conta dos troncos e restos das árvores cortadas que ficam no período de cultivo.

Outro destaque que cabe é a forma de trabalho, na maioria das vezes a derrubada e queimada é coletiva, onde posteriormente também gerou uma cultura festiva e regiliosa nesses plantios após os mutirões (ou puxirões, como dizem). Após o plantio, normalmente voltavam uma ou no máximo duas vezes para uma roçada ou algum outro trato cultural.

É importante destacar que apesar desta descrição de troca e convivência de colonizadores com os indígenas nativos, estes sofrem um processo de escravização e assassinato que desencadeiam o que podemos considerar como os primeiros processos de luta e disputa por território na localidade, visto que com a chegada da colonização e distribuição de terras nas sesmarias, os espaços de agricultura, caça e sobrevivência dos indígenas são tomados para outras atividades, principalmente com a intensificação da mineração.

Na exploração do Rio Ribeira acima, é encontrado um dos produtos de maior cobiça por parte dos portugueses nesse início de exploração da colônia brasileira: o ouro. Sendo assim, este ciclo irá marcar o início da formação de povoados na região e na abertura de novos campos para esta exploração, além da intensificação da vinda de escravos africanos e da escravização de indígenas. Numerosos povoadores acorreram a estas zonas de mineração cujo futuro parecia promissor (BERNARDES, 1952, p. 57).

Com essa intensificação da exploração aurífera, a região recebe especial atenção com a construção de um porto no crescente vilarejo de Iguape para escoar o ouro e a construção de uma casa de fundição. No século XVIII, havia dois núcleos de povoamento na região: o de Cananeia e Iguape e o de Xiririca (Eldorado). Este último representava o fator aglomerador populacional no interior da região, sendo o principal polo da mineração surgindo Rio Ribeira acima. Sendo assim, se estabelecem aglomerados populacionais formados por portugueses colonizadores da coroa, colonizadores trabalhadores dos barcos, a igreja católica, escravos africanos e indígenas com o foco na exploração do ouro.

Porém, com as expedições para o interior e a descoberta do ouro abundante em Minas Gerais e Cuiabá (BERNARDES, 1952, p. 57) e de mais fácil exploração que o encontrado na região, fez com que o Vale do Ribeira, por suas condições difíceis de relevo e também de clima (muita chuva e umidade), fosse não sendo mais prioritário na ocupação e desenvolvimento da economia da colônia que ia crescendo pelo interior brasileiro.

Sendo assim, por volta de 1763¹⁶, encerravam as atividades da Casa de Fundição de Iguape, acabando-se o período de mineração de lavagem que durou aproximadamente quase dois séculos (GIACOMINI, 2010, p. 95) e desencadeou as primeiras formações de povoados fixos no território.

Podemos descrever que neste intervalo, a agricultura praticada é a coivara adaptada por esse contingente populacional que vai se acomodando e conformando o território, baseado na produção unicamente para subsistência.

A atividade econômica que irá permitir o início de processos de acúmulo na região será a exploração minerária do ouro destinado unicamente à coroa portuguesa. Esse momento também é marcado pela distribuição de terras por parte da coroa dividindo as capitanias hereditárias, onde seus ‘donos’ repartiam as terras a gosto próprio em detrimento de um uso comum da terra e da floresta por parte das populações nativas. Essa época também é marcada pela vinda de escravos, a escravização indígena e a formação de pequenos povoados e vilas por quase toda a extensão do Rio Ribeira nestes dois séculos de ciclo da mineração.

O Vale do Ribeira de Iguape pôde conhecer o que viria a ser um de seus maiores ciclos econômicos, com grande importância histórica na consolidação da colonização nacional e paulista com a exploração do ouro rio acima, a escravização (e comércio) de africanos e indígenas, a distribuição das sesmarias e a formação de vilas importantes que se tornariam municípios. Mas também veio a conhecer a crise acentuada que também o faz perder o protagonismo de ocupação e investimento do império.

4.2 Século XIX e o Sistema Agrário no ciclo do arroz

Esta crise (da exploração aurífera), assim como as outras vindouras, não encerra por completo a atividade, mas sim tira seu protagonismo enquanto geração principal de capital e foco enquanto sistema produtivo e de ocupação do território. Sendo assim, são atividades que continuam acontecendo, porém sem grande relevância. A mineração faz parte do desenho histórico da região, onde posteriormente terá grande importância em alguns municípios, como debateremos a frente. Consideraremos que a exploração do ouro ainda teve continuidade, porém com foco secundário.

16 Apesar de muitos estudos indicarem esta data, Scatamacchia (2012) afirma em um estudo arqueológico no local que, “assim como a sua fundação o seu fechamento também não está precisamente documentado. A indicação comum é que ela tenha funcionado até 1760”.

Após um período de estagnação¹⁷, outro ciclo econômico que teve grande importância econômica para o desenvolvimento local foi o cultivo do arroz, onde,

[...] a vinda da família real para o Brasil, em 1808, deu início ao ciclo econômico que aumentou a demanda de alimentos e de outros produtos agrícolas como o arroz, o café, a cana e o fumo [...] Desse modo, quando a mineração apresentou decadência, despontou a atividade econômica do arroz nos municípios de Iporanga e Eldorado [...] O consumo de grãos estimulou o cultivo do arroz de maior escala.(GIACOMINI, 2010, p. 96-97).

Estes dois municípios acima citados tiveram grande importância durante a mineração e, junto com Iguape, formavam os aglomerados populacionais da época¹⁸, logo, também serão de grande importância para o ciclo vindouro.

Cabe ressaltar que nesse momento, conforme a autora nos esclarece, em outras regiões já exploradas e estabelecidas pela coroa portuguesa e suas capitanias já divididas, se desenham outros ciclos econômicos além do arroz. Aqui colocaremos destaque para o planalto paulista, para além das serras que dividiam o Vale do Ribeira. Tais ciclos produtivos se darão numa região com características bem distintas do Vale, com solos mais férteis, relevos mais suaves, florestas menos densas e clima mais favorável.

Estes solos mais férteis permitirão estabelecer uma agricultura mais intensiva e com ciclos mais duradouros, com maior investimento em áreas maiores (grandes fazendas), ainda utilizando a mão de obra escrava. Esta produção era destinada para exportação e para o abastecimento dos crescentes núcleos urbanos envoltos às ferrovias e estradas abertas nessa mesma época para escoamento dessa produção principalmente até o porto de Santos. O clima, além de ser favorável para cultivos distintos, também favorecia o estabelecimento das pessoas, já que no Vale do Ribeira muitos sofriam com doenças (como a malária), clima muito quente e úmido, com longos ciclos de chuvas que traziam grande sofrimento aos colonos e posteriormente dificultaria a permanência de parte da imigração vindoura.

Sendo assim, o planalto paulista, por encontrar as características positivas acima descritas, terá maior possibilidade e prioridade para os investimentos das elites paulistas, principalmente com a implantação de fazendas de café.

¹⁷ Se considerarmos o fechamento da casa de fundição como um marco para a crise profunda da exploração do ouro e a vinda da família real como condição para a expansão do arroz, podemos colocar um intervalo de aproximadamente 50 anos entre tais ciclos.

¹⁸

O Bairro Ribeirão dos Camargo é a primeira localidade povoada do município de Iporanga e sua comunidade cabocla data do ano de 1775 (<http://www.antigo.prosanaserra.org/tag/caboclos/>)

A expansão do café implicou na incorporação de terras e na drenagem de capitais e mão de obra. Com isso, marcou o modo como se impôs nacionalmente a divisão internacional do trabalho [...] a cafeicultura redimensionou os espaços econômicos, sociais, a alocação do capital comercial e financeiro, a mão de obra e as políticas estatais. Na retaguarda da expansão cafeeira [...] apareceu a decadência como produto e, com ela, os caboclos, caiçaras e capuavas. Os caipiras, enfim. (MÜLLER, 1980, p. 11).

Sobre o uso do termo caipira o autor irá dizer que:

A caipirização impõe-se no litoral [...] no período compreendido entre 1810 e 1940. Trata-se de uma forma de relações econômicas-sociais que resultam da negação das condições mercantis impostas pela cafeicultura à região e que predominará no período (MÜLLER, 1980, p. 23).

Em algumas conversas no percurso deste trabalho, o café produzido na região foi comentado, pois houve uma tentativa de implantação da cafeicultura, porém, apesar da boa qualidade, a maturação dos frutos não era homogênea, o que exigia maior mão de obra e, aliadas às condições acima colocadas, se difere do café do planalto. Aquele momento histórico não criou as condições necessárias para o desenvolvimento da cafeicultura na região.

Os exploradores de ouro que não participaram do êxodo para as novas minas de outras regiões partiram para a implantação de grandes extensões de áreas para produção de arroz, ainda utilizando do trabalho escravo. Também já se criara, durante essas gerações, a classe de trabalhadores livres também fruto já do cruzamento de colonizadores, índios e negros e que viram camponeses posseiros adentrando rio acima e ocupando seus afluentes. Encontram várzeas muito férteis, estabelecendo suas áreas produtivas de arroz para comercialização rio abaixo (beneficiando nos engenhos de arroz que cresciam na região), mandioca para farinha (originalmente uma tradição indígena), além de cultivos de subsistência e da pesca. Plantavam o arroz de várzea, mas também, na coivara plantavam toda a diversidade, incluso o arroz e a mandioca da farinha. Pode-se afirmar que ainda hoje as variedades de arroz encontradas no Vale do Ribeira provém deste período, sendo melhoradas e guardadas pelas famílias, principalmente nas comunidades tradicionais.

A comercialização do arroz dita como a circulação de mercadorias será estabelecida na região. As relações mercantis se darão via subordinação destes camponeses locais aos fazendeiros detentores dos engenhos de arroz e dos comércios locais. Eugênio Egas em 1925 descreve muito bem esse fenômeno:

[...] O lavrador em pequena escala não possui engenho para beneficiar o produto de sua lavoura, portanto, é obrigado a vendê-lo em casa aos negociantes ou proprietários de engenho [...] Esses negociantes, dispondo de alguns capitais, fornecem durante o ano aos lavradores em pequenas escalas todos os gêneros de que necessitam, e na ocasião da colheita recebem em pagamento o produto da

colheita. Desse modo estabelecem uma soberania sobre seus fregueses e monopólio parcial sobre o arroz produzido (EGAS, 1925 apud MÜLLER, 1980, p. 26).

Isto cria uma espécie de poder local com a dependência dos camponeses ao ter que beneficiar o arroz, comercializar este para o engenho (que dava o preço) e ter ali como único lugar para comprar alguns mantimentos (café, cachaça, algum calçado e etc).

Estes camponeses ao venderem sua produção no engenho já voltavam endividados, visto o preço praticado, o controle da apropriação dos excedentes de trabalho era dado pelos engenhos (pelo mercado internacional) gerando um ciclo de dependência e endividamento que muitas vezes custava a terra desses camponeses. Esta característica (relação de poder dos comerciantes) irá perdurar para além do ciclo do arroz.

Além desta forma de ocupação do trabalho e território acima descritos, comunidades indígenas também faziam sua resistência em busca de estabelecer sua vivência e sobreviviam ao massacre e escravidão continuando suas migrações territoriais. São os “sem terra” dentro de sua própria terra (PINTO, 2014, p. 84).

Ao mesmo tempo, surgem comunidades de resistência de escravos negros fugidos que se organizam, formando os quilombos (VELASQUES, 2007) e estabelecem áreas de resistência com suas formas de cultivo e cultura até hoje estabelecidos no território. Estudos antropológicos (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DE SÃO PAULO, 1998) afirmam a existência de comunidades quilombolas que possuem tradição de 300 anos de ocupação no Vale, caso da comunidade de Ivaporunduva (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2013, p. 9).

Conforme debatido acima, é o momento que surgem também comunidades caboclas, os ribeirinhos que ocupavam “individualmente” as margens ou ‘lombas’ dos rios

19

afluentes do rio Ribeira e os capuavas . Essas formas de se organizar socialmente no território faziam a coivara como agricultura de subsistência, com alguns cultivos, como o arroz, para troca e/ou comercialização.

Durante o ciclo do arroz, a região terá sua importância para a província voltada ao escoamento deste produto para os mercados europeus e latino-americanos, onde o “arroz de Iguape” destinava-se principalmente à exportação (MÜLLER, 1980, p. 24). Este ciclo também coincide com a época onde começa a se desenvolver um grande centro urbano em torno da capital da província, a cidade de São Paulo, onde parte da produção necessitaria

chegar até ali para abastecer tanto a nobreza industrial ali se estabelecendo, como dos trabalhadores das aberturas das rodovias e ferrovias que ligavam a capital às áreas minerárias e produtivas de café.

Cabe ressaltar que o Vale do Ribeira não fora incluído nessa expansão, muito creditado pelo seu relevo e demais características já citadas, porém para Müller (1980), também pela região não apresentar condições econômicas mínimas relativamente à expansão da cafeicultura, que para o autor era a atividade para a qual fora direcionado o fluxo de investimento e capital, consequentemente da mão de obra, do trabalho.

A Tabela 5 abaixo busca elucidar um pouco deste período em relação à população regional e o restante da província. A região estudada, durante aproximadamente o século XIX representará a média de 3,4% de toda a população da província e também uma média de 3,6% da população escrava total da província, chegando a 2,5% no final do século, o que nos demonstra todo fluxo de capital e trabalho para o planalto paulista.

20

Tabela 5 - Indicadores da população e da população escrava na província e no Litoral Sul Paulista – 1772, 1828, 1836 e 1874.

	1772	1828	1836	1874
% da população regional na população da província	3,0	3,9	3,4	3,2
% da população escrava regional na população escrava da província	3,6	4,4	3,9	2,5
% da população escrava regional na população regional total	26,2	29,7	31,1	14,8
População da província (milhares)	101,4	247,9	326,9	837,3

Fonte: Muller (1980, p. 24)

Também nos mostra que a população escrava na região da Baixada se faz muito presente, chegando a 31,1% em 1836, porém caindo drasticamente para 14,8% no período até 1874, mesma época em que quase triplica a população total da província, pela recém-chegada de imigrantes ao planalto. Em relação à população escrava, provavelmente alguma movimentação onde, sendo tratados como mercadoria, foram conduzidos a essas regiões durante a movimentação pela abolição da escravatura.

Este ciclo perdurará durante o século XIX, onde o Brasil passava por reformulações também em sua estrutura legal, como a Lei de Terras em 1850, a abolição da escravidão

(Lei Áurea em 1888), que transformam as características da relação de trabalho, processo que podemos considerar a germinação para a consolidação da agricultura como braço do capital industrial. Dominados pelas oligarquias que continuaram sobre o domínio das terras, do comércio e do setor produtivo, os camponeses ficam com poucas alternativas de se integrarem ao sistema imposto, estando fadados a sobreviverem resistindo em suas terras ou ser mão de obra desqualificada no crescente mercado de trabalho fabril das cidades. Duarte (2012) resume bem essa passagem histórica:

As Oligarquias Fundiárias, proprietárias de grandes extensões de terras, foram sendo formadas nos séculos anteriores e adquirindo terras em sesmarias ou comprando terras devolutas, no regime de Lei N° 601/1850 [...] Assim, no momento em que a Constituição de 1891 transferiu as terras devolutas para os Estados, entregou o poder de distribuição, exatamente, para as elites fundiárias, que tinham interesse na manutenção do *status quo* ((DUARTE, 2012, p. 27).

A discrepância entre os emergentes fazendeiros e os camponeses, quilombolas, ribeirinhos e demais famílias que habitavam a região (que até então tinham a terra apenas como meio de subsistência/produção e passam a ter a possibilidade de perdê-la em dívidas ou mesmo vendê-las para buscar outra vida) marcam a distribuição espacial e social do território. É o momento em que “a caipirização da vida regional irá predominar, como produto da estagnação crescente dos fluxos mercantis” (MÜLLER, 1980, p. 35).

A estrutura fundiária que se estabeleceu no final do século XIX – não apenas no Vale do Ribeira, mas em todo o país – por meio do surgimento do mercado de terra [...] excluiu grande parcela dessa população denominada tradicional da propriedade formal de terras, facilitando que mais tarde se configurasse um processo de expropriação justa sem indenização, em que o acesso a terra passava a depender do acesso ao cartório (SÃO PAULO, 1989, apud FILIPIM; RESENDE; RIBEIRA, 2000, p. 114).

Estes camponeses, como não participavam do ciclo econômico ativamente, muitos altamente endividados com os fazendeiros e engenhos, também não conseguem acesso legal à terra, o que automaticamente os excluem de novas possibilidades de expansão e acumulação dentro do processo econômico, ou mesmo de sua reprodução social simples.

Outro fato de relevância é que também neste final de século há a grande expansão e construção da malha ferroviária que ligava o interior aos crescentes grandes centros urbanos e de escoamento de produtos, principalmente no porto de Santos. Porém, mais uma vez o Vale do Ribeira por diversos fatores como o relevo local ou por a região não fazer parte do grande centro de expansão agrícola (no caso café e cana) e industrial, ficará a margem desse processo.

O final do século também será marcado, com o processo de fim da escravidão, pela crescente política de imigração, em que grandes contingentes de população vindas de diversas

partes do mundo vieram substituir o trabalho escravo. Em São Paulo esse processo se inicia com a vinda famílias italianas para trabalhar nas fazendas de café²¹.

Na região, há registros do início do interesse de fundar Núcleos coloniais em Pariquera-Açu (ou Assú, na época) e Cananéia em 1861 e 1862 respectivamente²², projetos que só serão efetivados por volta de 1892.

Apesar do cultivo do arroz ser um ciclo de prosperidade para a região, onde as oligarquias locais se enriquecem e fortalecem sua estrutura, não será duradouro, conhecendo logo sua queda. O processo de decadência é explicado por leituras diferenciadas, porém complementares.

Estudos da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTDAO DE SÃO PAULO, 2000) apontam que tal decadência deu-se com a construção do Valo Grande e consequente assoreamento do canal do Mar Pequeno, inviabilizando a navegação e aportagem de embarcações no Porto de Iguape; Müller (1980) dirá que o produto declinou devido a fatores econômicos, como a concorrência com outras regiões e países e pela construção do Valo Grande; Giacomini (2010) irá citar o encarecimento de mão de obra escrava, a procura e política de imigrantes para o café e a abertura do mercado de arroz de outras regiões do país (Minas Gerais e Rio de Janeiro).

A construção da obra do Valo Grande é tida até hoje como uma das grandes vilãs para a região. Este canal foi feito para reduzir distâncias, “cortando” o caminho entre o Rio Ribeira e o braço de mar, facilitando o acesso ao porto. O que não se esperava era que “sua construção teria causado a deterioração do sistema de transportes regional baseado nas vias fluviais para exportação pelo porto de Iguape” (MULLER, 1980).

[...] Construído em 1855, o canal levou à formação do delta do Valo Grande no interior da laguna costeira. Isso, segundo os pesquisadores, se deu em função do intenso processo de assoreamento causado pela erosão das margens do canal e pelos sedimentos provenientes do rio Ribeira [...] Quando concluído, o Valo Grande tinha 4,4 metros de largura, dois de profundidade e aproximadamente quatro quilômetros de extensão. Ao longo de 150 anos desde a sua abertura, contudo, a força das águas do rio Ribeira aumentou a largura do canal, que hoje chega a quase 300 metros e sete metros de profundidade, [que] causou alterações ambientais progressivas que se agravaram no passado recente. (ANDRADE, 2014).

21 Maiores informações em: <http://museudaimigracao.org.br/>

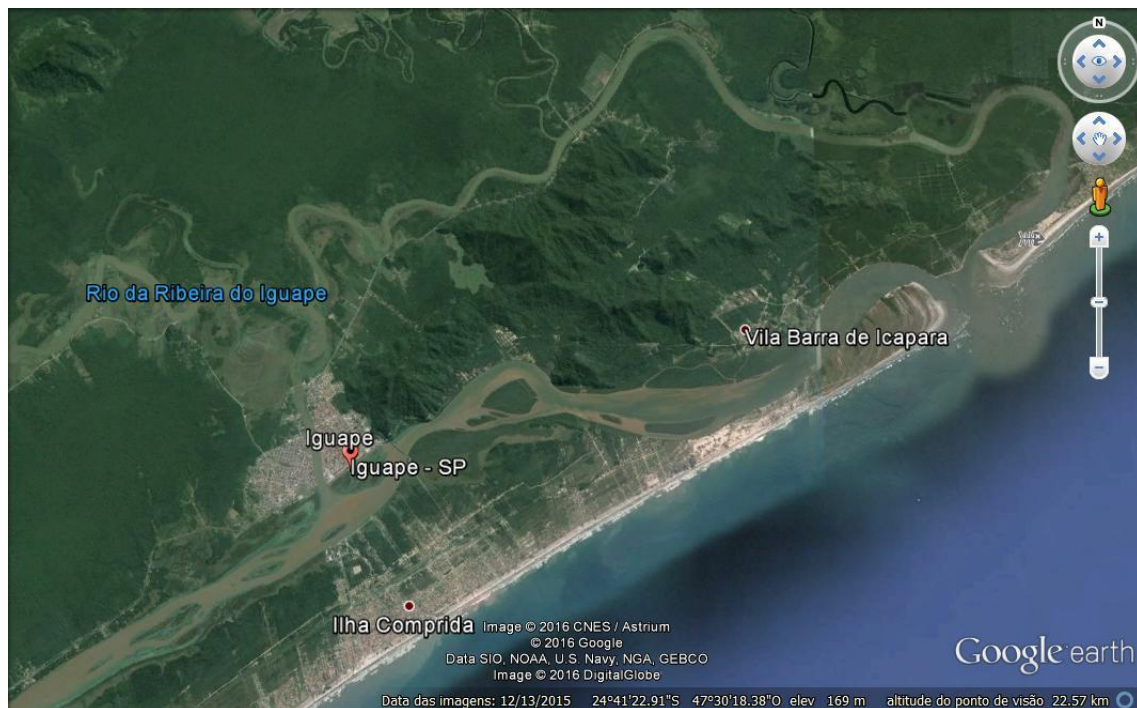
22 <http://diariodeiguape.com/2010/03/28/arquivo-publico-resgata-a-historia-da-imigracao-no-vale-do-ribeira/>

Fig.1 - Mapa que demonstra o canal do Valo Grande



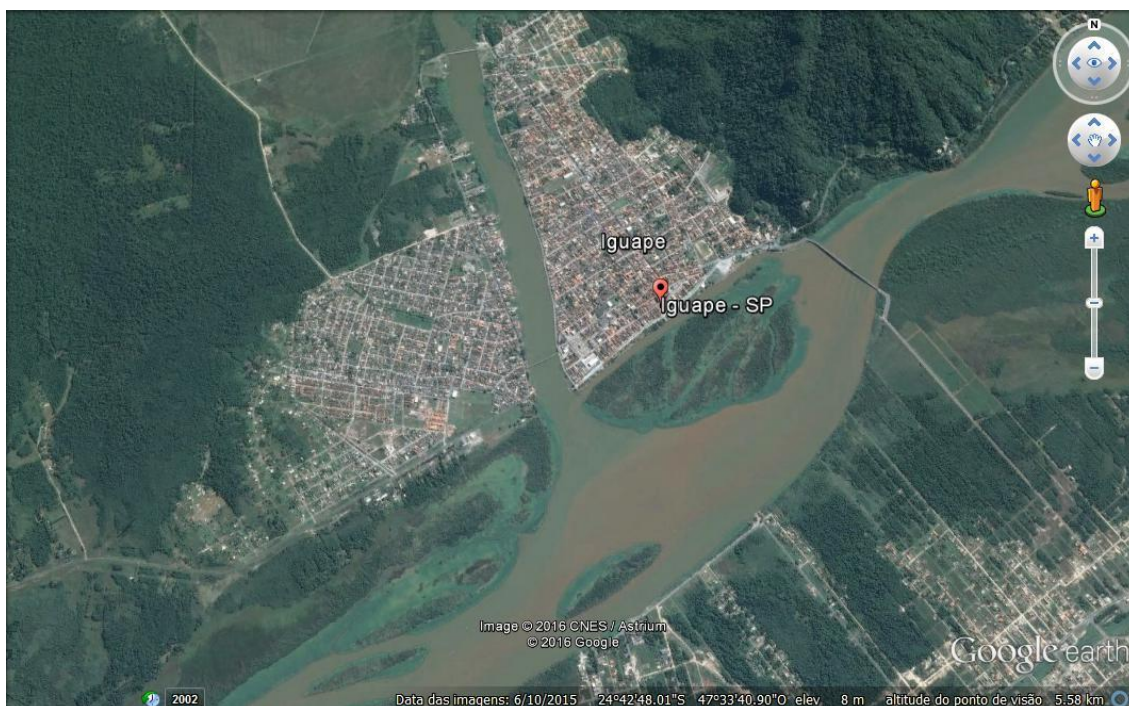
Fonte: Revista FAPESP

Foto 1 - Vista geral do Rio Ribeira e sua foz e o Valo Grande.



Fonte: do Autor

Foto 2 - Vista geral da ocupação de Iguape (Bairro Rocio) em torno do Valo Grande, 2015.



Fonte: do Autor.

Podemos ver nas duas fotos que a região do Valo teve uma grande ocupação populacional entre Iguape e o braço de mar. Também foi feita uma ponte que liga o município ao município de Ilha Comprida, travessia antes feita por balsa.

Outra questão importante sobre o declínio do ciclo do arroz é a mudança do regime de trabalho implantado na produção agrícola da região onde, com o fim da escravidão, as fazendas têm que começar a utilizar mão de obra de camponeses locais (seja de meeiros, parceiros ou mesmo funcionários), ou dos ex-escravos, além dos recém-chegados imigrantes que encarecem a produção e a faz perder concorrência com outras regiões, conforme citado.

Neste período histórico, a organização produtiva, as forças produtivas arranjadas para o projeto de desenvolvimento do Estado de São Paulo foram direcionadas para a implantação do café. Como a região em estudo não apresentou as características requeridas neste processo acabará por permanecer à margem do eixo de acumulação capitalista e desenvolvendo características peculiares periféricas.

Isto não quer dizer que na região não houve um processo de acúmulo em alguns setores na região. No caso, estes setores foram ligados à cultura do arroz, onde também se buscou desenvolver espaços para viabilizar este processo, como a ferrovia e o Valo Grande. Também, a região passou pelo mesmo processo de divisão de terras das sesmarias e após a Lei de Terras, onde, neste período histórico, a luta por território e por terra (que passa a ter

valor, sendo também cobrada em dívidas, fato até então inexistente) se acentua, que para muitos autores faz nascer a figura do caipira na região que ao não fazer parte do circuito comercial (inclusive a posse da terra) forjará seu modo de vida, suas manifestações culturais, modo de trabalho, de linguagem e etc.

Ao mesmo tempo a rizicultura na região verá, com a não possibilidade mais da escravização do trabalhador, sua base se exaurir sem um projeto de continuidade. Uma medida tomada por estes governos em uma fase de reestruturação do capitalismo mundial, industrialização na Europa e reestruturação na divisão internacional do trabalho, serão os projetos de imigração. No planalto paulista, tal medida é tomada para trazer mão de obra assalariada para as fazendas em substituição ao trabalho escravo. A colonização no território terá o caráter de fixar o imigrante na terra e não para trabalhar nas fazendas, prejudicando ainda mais a estrutura criada para a rizicultura.

Na primeira fase da imigração na região a cultura do arroz será incentivada, porém, as condições acima discutidas não deram a estrutura que a cadeia demandava, sendo que a região novamente passará por um período de estagnação até se encontrar nas possibilidades criadas pelo chá e pela banana.

4.3. Decadência do arroz e imigração – início de novos ciclos

Andrade (2003) faz uma interessante análise sobre esse período de crise do arroz:

[...] Ao mesmo tempo em que o declínio econômico da cultura do arroz fez com que parte da aristocracia de proprietários rurais se desinteressasse de suas terras, levou muitas famílias a permanecer e se organizar para viver dela interior adentro, plantar também o arroz e se orgulhar de sua produção. O período que se configurou foi marcado pela transformação na organização do trabalho, fracionamento de antigas propriedades, concessão de posses e formação de outras novas por uma população, provavelmente, formada por agregados nativos da região, cuja mão de obra não era mais absorvida pela grande fazenda de arroz, além de sitiantes livres e descendentes de escravos. (ANDRADE, 2003, p. 32).

Segundo a autora, a produção de arroz na região continuará tomando essa nova forma e que, apesar de não fazer mais parte do grande ciclo ligado à nascente república, continua com certa expressão para a região “tanto que, por incrível que pareça, a produção de arroz no século XX foi tão grande, ou maior que a dos tempos áureos, embora as vantagens comerciais não fossem mais as mesmas, gerando lucros menores (por sua vez, não apropriados pela classe produtora)” (ANDRADE, 2003, p. 65).

As mudanças no regime de mão de obra, o início de uma urbanização e industrialização nacional e a nova política de colonização, se espalham pelo território

brasileiro como políticas do Estado visando promover o desenvolvimento na perspectiva do latifúndio dominante. Para Aoki (2011), os projetos de imigração desta época tiveram dois objetivos, o primeiro de suprir a mão de obra escrava nas lavouras de café; e a segunda, mais implícita, de promover o “branqueamento” da população brasileira (AOKI, 2011, p. 34), visto agora os negros serem trabalhadores “livres”.

Este processo de imigração na região do Vale do Ribeira, inicia por volta de 1860, mas vai se intensificar a partir de 1908. Arquivos históricos datam de 1911 a primeira ²³ autorização de contrato para o estabelecimento da colonização japonesa na região . Contrato esse que será firmado entre o governo do Estado e o Sindicato de Tokyo, por intermédio de uma companhia que se estabelecerá com o nome Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha S/A Industrial de Além-Mar (KKKK).

[...] A política de incentivo à imigração, que vem do início do Século XIX, ainda na época da cultura do arroz, intensifica-se logo após a decadência desta [...] No Vale do Ribeira, a imigração, fundamentalmente japonesa, passa a ser feita através de uma companhia própria, a KKKK (Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha S/A Industrial de Além-Mar) [...] Esta passou a se responsabilizar pelo assentamento dos imigrantes na região, mediante a isenção de impostos nos cinco primeiros anos, e cessão de 50.000 hectares de terras devolutas. Nesse período, os principais assentamentos ocorrem em Jipowra (colônia de Katzura), estendendo-se de Iguape para Registro e Sete Barras. (FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2000, p. 85).

Logo, os objetivos tanto dos caipiras, quanto dos vindouros imigrantes de produzir e reproduzir sua forma de vida fica a margem dos objetivos do modelo econômico na época e apenas alguns conseguiram seu título de propriedade, onde a grande maioria das famílias continuou a ter apenas a posse da terra (Idem, ibidem).

Com exceção de parte das famílias imigrantes (que conseguiam o título por intermédio das “empresas” de imigração como a KKKK) que já vieram com condições de comprá-las (além dos benefícios por parte do Estado brasileiro), apenas os grandes proprietários conseguiram título das terras devolutas, muitas vezes sobrepondo-se às terras de antigas famílias, comunidades, aldeias e etc.

Assim, paralelamente ao surgimento dos dois grupos sociais nativos, o ‘caipira’ da região e o latifundiário, surge o outro grupo: o pequeno proprietário imigrante, que aos poucos, vai comprando as terras do caipira posseiro endividado, ao mesmo tempo em que passa a empregá-lo como assalariado, diarista ou meeiro (FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2000, p. 85).

Sendo assim, se conforma, em cada um desses grupos, uma diferenciação de relação com a natureza, de apropriação dessa e consequentemente da apropriação do trabalho nestes

23 http://www.al.sp.gov.br/repositorioAH/Acervo/Alesp/Documentos/C_lt100/0104_1911.pdf

grupos acima descritos. Müller (1980) vai apontar que

[...] a diversidade de atividades do caipira não provém do dinamismo de uma produção baseada na propriedade privada dos meios de produção e no trabalho familiar dos produtores que elaboram coisas para venderem no mercado, semelhante à produção mercantil simples (MULLER, 1980).

Em seu livro intitulado “Parceiros do Rio Bonito”, Antônio Cândido fará uma leitura muito interessante sobre as condições de formação e transformações dos meios de vida do caipira paulista, mais especificamente na região de Bofete, mas que tem ligação com o processo que ocorreu por todo o Estado de São Paulo. Dizendo sobre a relação destes com a natureza, o autor irá enfatizar que

[...] A sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio (embora em nível que reputaríamos hoje como precário), mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais, a sua exploração sistemática e o estabelecimento de uma dieta compatível com o mínimo vital – tudo relacionado a uma vida social do tipo fechado, com base na economia de subsistência. (CANDIDO, 1964, p. 36).

Já Andrade (2003) em um estudo do histórico rural do município de Iguape irá descrever o caipira local da seguinte maneira:

[...] Enquanto permaneceu a mata a sua disposição e nada lhe perturbou, pressionando-o a trabalhar mais e intensificar sua lavoura, viveu sob o rígido equilíbrio estabelecido entre a produção e consumo, sem que houvesse um esforço consciente para alterar seu padrão de produção. – um padrão de vida restrito às suas necessidades elementares foi o que coube ao caboclo (ANDRADE, 2003, p. 44).

Historicamente, as famílias da região se acostumaram a viver da pesca e da caça, cultivos de subsistência em coivaras e ter uma atividade voltada para renda para compra de algumas provisões, vestimentas, etc. O que pretendemos analisar no próximo período é que esta relação com a natureza será rompida, devido às condições do acesso à mesma (mudança do regime de propriedade) e do trabalho também, a circulação de mercadorias e as relações de produção se alterarão, fortalecendo a implantação de monoculturas que passarão a dominar a paisagem.

O processo de imigração de maior destaque na região, o dos japoneses, acontece em um momento em que o Japão vivia uma crise e ao mesmo tempo uma reformulação de seu sistema econômico, que com a implantação do modo de produção capitalista no país e as reformas políticas que se seguiram, gerou uma massa de camponeses sem terra e desempregados na cidade, onde a imigração veio como uma forma de minimizar esse impacto e ao mesmo tempo buscar gerar divisas das colônias para o império. Neste intuito a imigração no Vale do Ribeira teve um caráter de colonização mais permanente, de uma imigração definitiva (AOKI, 2011, p. 46) onde vários acordos foram firmados entre o governo brasileiro

e a empresa responsável pela vinda e permanência dos imigrantes.

Petrone (1966) descreve esse momento e esses acordos:

[...] A companhia japonesa recebeu, por esse contrato, as seguintes vantagens: 1. Concessão de 50.000 hectares de terras devolutas na zona do Ribeira, a fim de criar uma área de colonização com elementos japoneses; 2. isenção de impostos durante cinco anos; 3. recebimento da quantia de 10 contos de réis por grupo de 50 famílias instaladas na área de colonização, desde que aí residissem há um ano, tivessem pago a primeira prestação do lote, cultivadas as primeiras parcelas de solo e erguido a casa. Em compensação a Companhia japonesa deveria, no prazo de 4 anos, introduzir 2.000 famílias e localizá-las nas terras da Colônia que deveriam ser divididas em lotes com 25 hectares cada um. (PETRONE, 1966, p.153).

Além dessas condições, o governo brasileiro se comprometeu a abrir estradas que ligassem à ferrovia e portos, além da manutenção de um centro de zootécnica e assistência técnica . O contrato referente à isenção de impostos se postergou por mais duas vezes, tendo referência até sua última renovação em 1921 por mais cinco anos.

A maior parte dos imigrantes veio com uma pequena economia, o que permitiu a compra de terras, inicialmente como pequeno agricultor (AOKI, 2011, p. 47). A Kaigai escolheu o município de Registro como sua sede administrativa por razões estratégicas como o local oferecer condições naturais favoráveis para a navegação no rio Ribeira de Iguape. A partir das condições favoráveis, construíram um porto fluvial e um conjunto de galpões, que incluía a maior fábrica de beneficiamento de arroz da América Latina (HANDA, 1987), pois a empresa apostava no arroz naquele momento.

O projeto de imigração da companhia obteve êxito em arregimentar os japoneses e distribuí-los no local e até intensificou o fluxo de imigração em meados dos anos de 1920 (AOKI, 2011, p. 50), sendo que entre 1924 e 1941, foi o que concentrou os elementos mais significativos da imigração japonesa. Nesse período chegaram mais da metade de todos os japoneses que vieram para o Brasil ao longo dos 90 anos de imigração (SAKURAI, 2000).

Vale destacar que determinados costumes culturais e a religiosos se diferiam das tradições locais, do modo de ser do capira. Por exemplo, o contato diário entre a população residente no município de Registro era basicamente entre compatriotas (AOKI, 2011, p. 32) japoneses que somavam aproximadamente 75% da população local. Isto cria uma identidade e uma forma de organização próprias, em grande medida transplantadas do Japão .

Aoki (2001) ainda destaca que, apesar da diferença de língua e cultura que afastavam

²⁴ http://www.al.sp.gov.br/repositorioAH/Acervo/Alesp/Documentos/051/0104_1911.pdf , acessado em 05/08/2015.

²⁵

Os japoneses se organizaram da mesma forma que sua terra natal, divididos em bairros, com os chefes de família à frente das decisões e assim por diante

os grupos, “os japoneses se assemelhavam aos caipiras, quanto á organização do grupo, a cooperação entre os mesmos” (p. 32), onde os últimos também tinham sua forma de se organizar como os mutirões nas derrubadas das roças, na construção das casas, festas, religião e etc.

Para Müller (1980), há dois momentos essenciais para conhecer a imigração japonesa e seu êxito: um até 1930-40, na qual a colonização é largamente afetada pela estagnação e outra entre 1940-50, na qual a teicultura e a bananicultura, junto com as comunicações disponíveis, abre campo para a realização dos interesses dos colonos na Baixada (MULLER, 1980, p. 49).

É um momento com uma parca intervenção do Estado em grandes projetos, com ações que partem para cumprir os compromissos com as colônias imigrantes e projeto para ligar São Paulo às capitais do Sul do Brasil (com a construção da rodovia e ferrovia).

O comércio vai se reorganizar com o aumento de trabalhadores assalariados por conta da abertura de estradas e rodovias e das nascentes agroindústrias locais. A agricultura também passa a especializar-se em um processo de industrialização (instalação da monocultura de chá e banana, uso de mão de obra assalariada, agroindustrialização no caso do chá) que atingirá as formas de organização rural. Destaco aqui alguns pontos citados por autores em relação a esse período:

Paiva (1993) vai dizer que “a reordenação fundiária proposta pelo Governo do Estado na região não possuía qualquer interesse no sentido de manter naquelas áreas os antigos pequenos produtores” (PAIVA, 1993, p. 179), que para Martinez (1995), “nos planos governamentais, as culturas caipiras e caiçaras da região se apresentavam como motivo de atraso econômico em função do modo de produção e comercialização, que não se enquadrava nos moldes capitalistas” (MARTINEZ, 1995 apud GIACOMINI, 2010, p. 144).

Giacomini (2010) irá dizer que esta política de colonização, principalmente no período de estagnação produtiva da região, irá trazer sérios problemas fundiários,

[...] uma vez que grande parte das terras consideradas devolutas e destinadas aos novos colonos já estavam ocupadas por pequenos posseiros, muitos dos quais foram obrigados a desocupá-las” onde “não foram dadas condições para que esse colono se mantivesse na terra. Todavia, o Estado conseguiu o objetivo de ocupar terras “devolutas”, instalando grandes proprietários e dando incentivos para a produção ser inserida no mercado. (GIACOMINI, 2010, p. 143).

Porém também não foi um processo tão rápido e de fácil implantação, vide o tempo que levou para se consolidar, onde alguns núcleos da imigração não atingiram seus objetivos, sendo que das “sete tentativas de colonização durante o período compreendido entre 1865 e 1930, tão somente duas parcelas alcançaram parcialmente seus objetivos: as colônias de

Pariquera-Açu e de Registro, sendo esta última bem mais expressiva” (MÜLLER, 1980, p. 41). Os demais núcleos se dissiparam ou continuaram a se organizar, porém sem fazer parte do processo de incorporação.

Podemos ver esse acréscimo populacional advindo das políticas de imigração, conforme a Tabela 6 abaixo. Porém também podemos perceber que o montante da imigração deu-se em outras áreas paulistas, visto a taxa de crescimento populacional na região estar na metade da média estadual.

Tabela 6 - Participação da população da Baixada do Ribeira na população do Estado e taxas geométricas de crescimento na Baixada e no município de Santos – 1886, 1900, 1920 e 1940.

	1886	1900	1920	1940
% população da baixada na do Estado	2,4	1,6	1,3	1,0
População do Estado (milhares)	1221,4	2279,6	4600,0	7180,3
Taxas geométricas anuais de crescimento da população	1847-86	1886-1900	1900-20	1920-40
Baixada	0,63	4,55	2,5	0,96
Santos	4,51	8,73	3,63	2,42

Fonte: Muller (1980, p. 30).

Vimos que a participação do território no total da população estadual diminui pela metade nesses 50 anos analisados pelo autor, o que demonstra que o foco da política de imigração se centrará em outras regiões.

Müller (1980) também coloca que além da distribuição de terras e regularização fundiária, este momento histórico será marcado pelo que ele chama de “negação da vida caipira” que, para além da questão da ordenação e ocupação fundiária, este processo traz consigo um ramo de industrialização com a abertura de ferrovias e rodovias, que exige uso de mão de obra e posteriormente a organização da agricultura baseada num itinerário industrial na organização produtiva, fatos fortalecidos com o estabelecimento de colônias de imigrantes na região.

Na agricultura, esse novo estágio de desenvolvimento acompanha a tendência mundial onde os estabelecimentos agrícolas se especializam (MAZOYER E ROUDART, 2010, p. 420) e as agriculturas de subsistência e ou de abastecimento local continuam a existir, porém são deixadas de lado enquanto estratégias produtivas dos agricultores que irão se direcionar aos mercados. Continuam os autores que “ao final do século XIX e início do século XX, a indústria produziu novos meios de transporte (estradas de ferro, barcos a vapor) e novos equipamentos mecânicos [...] que conduziram a agricultura desses países” (Idem, ibidem).

Isso também revela, conforme debatido em capítulo anteriores o que David Harvey

(2005) debate sobre as condicionantes da inserção capitalista e suas formas de driblar as crises com a produção de espaços, como estruturas físicas e sociais fixas que possibilitem a reprodução e expansão do acúmulo capitalista no território.

É nesta passagem da estagnação para uma organização produtiva mais alinhada com a crescente industrialização nacional e principalmente do Estado de São Paulo que o Vale do Ribeira volta a ter algum direcionamento de políticas estatais, com um aprofundamento da industrialização do setor agrícola e uma ocupação territorial ligando as regiões com obras de

26

estradas e ferrovia . Na região, diferentemente de outras regiões paulistas, não haverá instalação de indústrias de bens duráveis, focando na industrialização da agricultura.

[...] Entre 1930 e 1940, o comércio regional reorganiza-se: ocorre uma diminuição dos postos de troca e as grandes casas de venda concentram-se em mãos de comerciantes lotados nos núcleos maiores e vinculados às cooperativas; os engenhos diminuem, elevando-se, no entanto, o número daqueles movidos a vapor. Assim, a nova base técnica (ferrovias e rodovias), as cooperativas locais e paulistanas e exportadores de Santos, nada mais têm a ver com o antigo *capital comercial local*, mas sim com o *capital industrial*. (MÜLLER, 1980, p. 52, grifo do autor).

Sendo assim, as políticas de imigração ao ocupar o território, ao gerar novas condições de trabalho e, porque não, de “branquear” a população (já que no final de 1800 quase 20% da população do Ribeira era negra), também criam as condições para a reprodução da organização capitalista na região, seja a nível mundial (exportações) e local (investimentos da burguesia industrial). Nesse contexto se dará uma nova reorganização/rearranjo das forças produtivas na região, mudanças em sua base de comércio e do trabalho agrícola.

4.4 Século XX - Sistema agrário do chá e da banana - industrialização da agricultura e Revolução Verde

Mazoyer e Roudart (2010) vão chamar esse momento na agricultura de segunda revolução agrícola²⁷ que ao longo do século XX

[...] apoiou-se no desenvolvimento de novos meios de produção agrícola originários da segunda revolução industrial: a *motorização* (motores a explosão ou elétricos, tratores e engenhos automotivos cada vez mais potentes), a *grande mecanização* (máquinas cada vez mais complexas e

²⁶ O processo de construção da ferrovia que liga a capital “ao ponto mais conveniente do rio Ribeira de Iguape” se data de 1900 e vai perdurar por um longo período, sendo posteriormente de pouco uso, quase não operando para seus fins. Ver mais em

<http://www.al.sp.gov.br/repositorioAH/Acervo/Alesp/Documentos/C_lt045/0081_1900.pdf>

²⁷ Para os autores, a primeira revolução agrícola, dos séculos XVI ao XIX foi baseada na substituição do alqueive por pastagens artificiais e por plantas montadas e sobre o aumento do rebanho (MAZOYER E ROUDART, 2010, p. 418).

eficientes); e a *quimificação* (adubos minerais e produtos de tratamento). (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 420, grifo do autor).

Continuam os autores que isso não se dará apenas na técnica agrícola, mas sim na reorganização do trabalho, onde,

[...] a divisão horizontal (inter-regional) e a divisão vertical (entre produção agrícola e entre atividades a montante e a jusante) do trabalho, próprias a esse sistema, desdobram-se em uma separação desenvolvida entre as tarefas de concepção, organização, difusão e de utilização dos novos meio de produção. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 420).

Isto quer dizer que a divisão do trabalho, a correlação de forças na sociedade, tanto regionalmente, quanto externamente (a montante e a jusante) estarão direcionadas para a acumulação capitalista, onde a agricultura também cumprirá seu papel de criar mecanismos de acúmulo em seus sistemas de produção. É o momento que o ritmo da agricultura é ditado pela indústria.

Podemos considerar que o chá e a banana configuram a estrutura agrária que permitiu, devido ao seu momento histórico e correlação de forças na sociedade no território, o acontecimento e estabelecimento dessas premissas. Estrutura essa que se estende até os dias atuais.

Inicialmente, conforme confirmado nas entrevistas e conversas na pesquisa, a consolidação desses cultivos na região (consideraremos esse início a partir da década de 1930/40) se deu com recursos próprios dos agricultores, negando uma tendência muitas vezes citada de que foram subsidiados pelos governos. Porém, cabe ressaltar, que o estímulo à incorporação das técnicas advindas da Revolução Verde, intensificadas na década de 1970, sim virão acompanhadas da junção do crédito agrícola para a aquisição dos insumos e etc.

Convém também ressaltar que o início de um ciclo não necessariamente encerra o anterior totalmente, mas sim utiliza suas bases e o recria. Neste sentido, quando falamos de decadência do arroz, não quer dizer um ponto final do cultivo no território, mas sim que ele não é mais o fator central do acúmulo capitalista no território. Por exemplo, Andrade (2003) levanta que no município de Iguape, na década de 1960 o arroz ainda era “o principal produto agrícola do município, pois detinha a maior área cultivada e era produzido na maioria dos estabelecimentos rurais” (ANDRADE, 2003, p. 72).

A partir da implantação do governo civil-militar no Brasil (após 1964), as políticas de internacionalização do capital seguirão premissas que desencadeiam a possibilidade de mundialização da economia e da circulação de capital. Essa nova fase será chamada de “modernização conservadora” visto as políticas serem voltadas a uma tecnificação

“modernizada” com o uso de mecanização, alta dosagem de insumos sintéticos, sementes melhoradas, que em suma irá ser chamada de Revolução Verde, claramente ligada ao setor industrial e suas demandas de expansão e acúmulo.

Este pacote tecnológico também é político no momento em que beneficia um setor da sociedade deixando os caipiras, posseiros, indígenas e ex-escravos (parte organizados em quilombos) à margem das políticas estruturantes e sem qualquer política compensatória. Demonstra essa vontade de um grupo político majoritário e seus interesses nas ações de melhoria das estradas de acesso à região que criam um mercado imobiliário ou o mercado de terras; da política de créditos agrícolas e a tecnificação intensa da agricultura que formarão a base dessa modernização conservadora (DELGADO, 2000).

Para o mesmo autor,

[...] o processo de modernização somente encontrará dinamismo e abrangência significativa a partir dos anos 60, até o final dos anos 70, quando a conjugação de um sistema financeiro apropriado – o Sistema Nacional de Crédito Rural a implantação de novos blocos de substituição de importações de meios de produção da agricultura, patrocinada pelo II PND, e uma certa folga cambial nas transações externas – possibilita a introdução maciça das transformações na base técnica da agricultura. (DELGADO, 1985, p. 80).

Aqui estão as bases políticas mais importantes para uma análise do processo de transformação do território neste período. A política de créditos trará a possibilidade do acesso a investimentos no setor que, casados com os pacotes tecnológicos da Revolução Verde aprofundarão o processo de industrialização e exploração capitalista no campo. A folga cambial permitirá o favorecimento para importações de tecnologias e produtos estratégicos para a implantação da modernização conservadora.

Sendo assim, grupos de agricultores que optam por uma agricultura exclusivamente para o mercado e têm a possibilidade de acesso às políticas da época, conseguem se destacar e viabilizar este projeto por um determinado período. Este grupo será principalmente dos imigrantes que conseguem o título de suas terras e de setores do capital comercial de fora da região que decidem investir na compra de terras e adoção da agricultura comercial. Alguns agricultores locais também incentivados por essa crescente, também buscarão formas de se estruturar.

Ao mesmo tempo parte da população ficará alheia a esse processo por não possuir as condições materiais de se tornarem agricultores mercantis. Muitos por não ter a posse legalizada da terra, porém também por estarem mais próximos do que Ploeg (2008) aponta como “condição camponesa”, ou seja, relações sociais, culturais, econômicas e políticas específicas, condição histórica de sua forma de viver e conviver com a natureza, discrepantes

em relação à agricultura comercial.

O chá e sua expressão comercial, baseado na estrutura da industrialização e integração da indústria e produtores, representará a economia que estruturou a comunidade japonesa do Vale do Ribeira (AOKI, 2011, p. 62). Abrirá para o território a condição para investimentos estrangeiros, tanto no setor industrial como no produtivo, este segundo baseado na aquisição de terras e investimento em grandes áreas.

A banana igualmente passa a fazer parte da história econômica local quando plantada com fins estritamente comerciais, onde estes plantios se distribuirão por praticamente todo o território e até hoje é predominante na área rural. Majoritariamente destinada para abastecimento do mercado interno, a banana ocupará principalmente as áreas de várzeas, mas também parte dos morros, diferentemente do chá que é apenas cultivado em áreas secas.

A partir de 1950, algumas ações de ‘territorialização’ na região, focadas no estabelecimento de estruturas regionais, principalmente de serviços públicos como escolas, o Hospital Regional em Pariquera-Açu, a usina termoeletrica no município de Juquiá em fins de 1958, que passou a atender as demandas de 11 municípios (MULLER, 1980, p. 132) serão parte dos investimentos estatais no território.

[...] No ano de 1969, foi criada a SUDELPA (Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista), dando início ao Plano de Desenvolvimento do Litoral (PLADEL), com atuação no Vale do Ribeira e em todo litoral de São Paulo [...] [onde] nesse mesmo período, foi lançado o Plano diretor de desenvolvimento do Vale e Litoral Sul e o Centro de Desenvolvimento Agrícola do Vale (CEDAVAL), iniciativa do governo japonês em fomento ao desenvolvimento de uma agricultura altamente capitalizada e tecnicamente sofisticada. (GIACOMINI, 2010, p. 150-51).

Um momento importante vivido na região durante o período militar está ligado à vinda da guerrilha do grupo organizado VAR-Palmares, capitaneada por Carlos Lamarca que adquirem uma fazenda para treinamentos guerrilheiros no final de 1969. Após denúncias da presença da guerrilha na região é montado um esquema do Exército Nacional, que destaca aproximadamente 2500 homens para a operação. Na maior operação da história do II Exército²⁸, 04 (quatro) guerrilheiros, incluindo Lamarca, escapam do cerco sendo o restante presos durante algumas etapas da operação que durou 41 dias.

Essa ação desencadeia um alerta para o Estado que acentua os investimentos e a ocupação do território (ou territorialização) em ações principalmente nas áreas de transporte, comunicação e energia, utilizando a Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA) como agente desse processo, para eles uma questão de Segurança Nacional²⁹.

²⁸ GASPARI, Elio. In: Companhia das Letras. As Ilusões Armadas: A Ditadura Escancarada.

²⁹ segundo o Relatório Anual de Atividades de 1970 (MULLER, 1980, p. 136)

Alguns relatos nas entrevistas confirmam a maior presença do Estado na região após o conflito com o foco guerrilheiro.

A SUDELPA terá duas fases bem distintas: a “empreiteira” nos anos 1970 e a “socioambiental” após 1982 (INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CIDADANIA DO VALE DO RIBEIRA, 2005). De início, a SUDELPA pretendia elaborar o Plano de Desenvolvimento do Litoral (PLADEL), o qual deveria traçar as metas, diretrizes e estratégias para o desenvolvimento da região. No entanto, em 1970, o governo decreta que antes da elaboração deste plano, a SUDELPA deveria implementar o *Programa de Ação de Emergência – PAE*. A autarquia, portanto, ao invés de planejadora do desenvolvimento de sua área de atuação é relegada a mera executora de obras pontuais, principalmente de infra-estrutura viária (TODESCO, 2006).

O citado PLADEL foi sendo adiado e substituído por programas de ações emergenciais e será retomado no final da década de 1980, período com uma agenda mais focada no desenvolvimento econômico e social das comunidades e populações do território. Porém a SUDELPA será extinta em 1993³⁰, não efetivando esses planejamentos.

Já o CEDAVAL, também criado no mesmo período, virá para fomentar a intensificação da agricultura de cunho empresarial incentivado pelo governo japonês com vistas a incrementar a experimentação e a pesquisa na Fazenda Experimental de Pariquera-Açu (criada em 1955), incentivar financeira e agronomicamente a elevação da produtividade dos chazais e bananais e expandir a olericultura e piscicultura (MULLER, 1980, p. 134).

Carril (1995) coloca que os projetos implantados no Vale do Ribeira, especialmente em comunidades rurais, partiram do princípio de que faltava modernização nas estruturas econômicas regionais, tais como estradas e uma produção agrícola diversificada, atraindo para o Vale diversos setores de empresas de reflorestamento, empresas de mineração, agroindústrias, criando-se incentivos para o desenvolvimento do turismo, de projetos hidrelétricos e criação de Unidades de Conservação.

Outro setor que terá destaque na região nessa etapa da industrialização nacional será a mineração, principalmente a exploração do fosfato e cimento no município de Jacupiranga (que depois se desmembrará para formar o município de Cajati) e a criação de um complexo de indústria química ligadas ao adubo, ao cimento e seus subprodutos (ácido fosfórico, gesso e etc). Para atender esses interesses se inicia a construção da ferrovia Juquiá-Cajati (para posteriormente a carga seguir pelo ramal Juquiá-Santos), também parte dos projetos de

³⁰ Decreto nº 37.546, de 28 de setembro de 1993.

expansão, gerando uma grande demanda de mão de obra.

As Unidades de Conservação começam a aparecer na região com a criação do PETAR (Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira) e da Estação Ecológica Juréia-Itatins no fim da década de 1950 sobrepondo áreas de comunidades tradicionais (quilombos e caboclos no Petar e caiçaras e ribeirinhos na Juréia) e suas consequências serão debatidas adiante.

Essas condições mostram o papel do Estado enquanto uma das forças estruturantes do desenvolvimento do capitalismo nacional e internacional, propulsor e promotor do desenvolvimento privado, criando para isso serviços públicos necessários para o avanço deste acúmulo. Citando a política de criação da SUDELPA como exemplo, Muller irá afirmar que a superintendência visou capacitar a região ao aproveitamento privado daqueles incentivos públicos, de criar as condições de acelerar a integração da região ao nível e ritmo do patamar geral de acumulação (MULLER, 1980, p. 129). Uma questão de reflexão é que, tomando esses preceitos, a que fim se destinava a criação das Unidades de Conservação? Estritamente para compensação ambiental? Analisaremos essa questão mais adiante.

4.4.1. A cultura do chá

O cultivo da *Camellia sinensis*, ou chá-da-índia, planta de origem asiática, entrou no Brasil junto com a vinda de Dom João VI, sendo difundida pela cultura européia, inicialmente no Rio de Janeiro, local onde ainda se encontram bosques com plantas bem antigas. Em São Paulo começa a ser cultivada na capital em uma fazenda onde hoje é o bairro do Morumbi. O nome do famoso Viaduto do Chá na capital paulista também é devido a esta produção na época.

Na região do Vale do Ribeira, a entrada do cultivo ganha corpo enquanto alternativa produtiva, principalmente para os japoneses, a partir da década de 1930 e rapidamente se torna o cultivo principal de boa parte da colônia, principalmente no município de Registro. Inicialmente, a instalação dos campos da cultura é, conforme relatos dos entrevistados, feita com recursos próprios, utilizando mão de obra das próprias famílias (desde os tratos culturais até a colheita), que foi feita manualmente até meados da década de 1970. Época das transformações das bases produtivas e aprofundamento da industrialização da agricultura regional.

Para Petrone (1966), “inicialmente os japoneses se dedicaram aos trabalhos de colheita; em seguida, em virtude da expansão das plantações, e da disponibilidade de mão-de-obra nativa, a colheita passou a interessar apenas a este último” (PETRONE, 1966). Além

dos trabalhadores assalariados, surgirá a figura do meeiro³¹ e também do arrendatário.

A industrialização artesanal já se inicia na década de 1930³². Alessandro Aoki, em seu estudo sobre os japoneses e a teicultura no município do Registro dirá que em 1944, havia aproximadamente 45 fábricas, sendo 34 de pequeno porte que apenas secavam e moíam a folha do chá, ficando o beneficiamento (do chá preto) às fábricas maiores (AOKI, 2010, p. 68).

Durante a Segunda Guerra Mundial foram anos de estagnação na região, onde a relação comercial do chá também é interrompida. As famílias relatam que foram momentos difíceis para quem dependia do mercado interno, que praticamente cessou, além de uma onda repressiva sobre os japoneses no Brasil³³. Posteriormente à guerra, estas relações serão retomadas, com novas políticas para a região.

Foto3 - Primeiras mudas de chá da variedade Assam plantadas em Registro³⁴



Fonte: Portal NIPPOBRASIL Online.

Essa retomada também trará mudanças substanciais na estrutura organizativa e na forma de ser do trabalho no território. Algumas famílias japonesas que conseguiram adquirir mais terras de outros imigrantes (na maioria pequenos proprietários que se retiram da atividade agrícola) ou de posseiros locais passaram a gerenciar as atividades agrícolas (AOKI, 2011, p. 64), ou seja, adotam a postura mercantil na agricultura, utilizando da mão de obra e da terra (como meio de produção e mercadoria) para a produção de mercadoria. Outra

³¹ Famílias que utilizavam a terra da fazenda, onde metade da produção ficava para o fazendeiro.

³² Por exemplo, a família Amaya, entrevistada no trabalho, inicia sua industrialização do chá preto em 1936.

³³ O Japão fazia parte da aliança com a Alemanha. No Brasil o governo Getúlio Vargas instaura mecanismos de repressão às colônias alemãs, italianas e japonesas, proibindo por exemplo, o ensino do idioma, além de outras iniciativas repressivas.

³⁴ Plantadas em 1935 por Torazo Okamoto, imigrante japonês estabelecido na colônia de Registro. Hoje estas plantas são tombadas como Patrimônio Paisagístico Histórico pelo IPHAN.

característica será que os sítios e fazendas se especializarão na monocultura do chá, diminuindo cada vez mais o espaço para cultivos anuais e de subsistência.

No fim da década de 1960 a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC)³⁵, se instala na região e tem no chá um dos seus braços mais fortes e irá apostar nos seguintes pontos:

- financiamento aos produtores (sem juros),
- difusão das tecnologias da Revolução Verde (comprados com o financiamento), principalmente a adubação química no chá e adubo e outros insumos (como o óleo mineral) na banana. As indústrias de chá não gostavam que aplicasse agrotóxicos no chá pelo sabor no produto final;
- acesso ao mercado externo.

[...] Esse foi o momento em que o chá passou a fazer parte dos interesses dos estrangeiros, principalmente dos norte americanos, que investiram seu capital em fábricas de chá localizadas em Registro [...] os processos produtivos desencadearam mudanças nas relações de trabalho: os grandes teicultores acumularam riqueza; o mesmo não ocorreu com o pequeno teicultor. (AOKI, 2011, p. 70-71).

Também é o momento que o cultivo se expande para outros municípios e para além da cultura nipônica, como no caso da família Wosniak entrevistada no município de Pariquera-Açu (que iniciam o plantio na década de 1960) por ser uma família de imigrantes poloneses que teve destaque na tericultura do município, onde a cultura do chá ocupou boa parte do território.

Uma questão importante nessa crescente da expansão do cultivo do chá está na mecanização da produção. Primeiramente, o chá era colhido de forma manual, onde os trabalhadores retiravam os brotos com as mãos e colocavam em um cesto amarrado ao corpo. Na década de 1970 inicia-se um processo de mecanização, onde relatam uma viagem de um grupo de produtores/fabricantes para a Argentina para ver maquinários relacionados a isso e desde então boa parte da colheita passa a ser mecanizada.

Outro ponto levantado pelos entrevistados é que com a vinda das cooperativas e indústrias maiores, o investimento nas plantações passa a ser financiado por estas entidades, onde este já era descontado no pagamento da produção sem juros. E o ciclo de dependência do capital comercial/industrial se aprofunda, onde já vimos que o crédito é uma das bases da constituição e consolidação da Revolução Verde (eles financiavam a compra de insumos, onde parte também era comprado nas cooperativas/indústrias), tanto nacional, como regionalmente, conforme afirmação nas entrevistas.

³⁵ A Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC) foi criada por japoneses do bairro de Cotia na capital paulista, na década de 1930 e se expandiram por todo o interior, inclusive chegando no Paraná.

Estas condições trarão mudanças profundas e crônicas à organização produtiva regional, destacando:

- a forma como produzir: implantação de monoculturas e diminuição de cultivos anuais e de subsistência nessas áreas; novas técnicas agrícolas de espaçamento e introdução de variedades desenvolvidas por órgãos de pesquisa; uso de adubos sintéticos e agrotóxicos (como o controle do ácaro); Não há mais pousio de áreas e a ‘renovação’ da fertilidade será feita com adubos sintéticos.

- a difusão dessas tecnologias pelo Estado e pelas empresas colonizadoras com assistência técnica dirigida para essas políticas;

- A produtividade do trabalho ao qual o camponês local estava habituado e sua relação direta com a natureza é quebrada pelo ímpeto da possibilidade da agricultura de mercado. Estes viram mão de obra para as fazendas ou tentam um processo de meeiro ou arrendamento das fazendas, porém são os primeiros a não aguentarem e serem incorporados pelas fazendas. Outros irão mudar de ramo e atividade, às vezes fora da região.

Nas duas décadas seguintes o chá conhecerá seu auge até o começo dos anos 1990, onde a teicultura gerou, tanto na produção quanto no processamento, investimento produtivo (capital industrial e internacional) na região, muito acúmulo, ou seja, a circulação de dinheiro, de trabalho e mercadorias na região se altera para atender toda essa condição.

4.4.2 A cultura da banana

A bananicultura na região vai se tornando uma atividade comercial acompanhando as obras da ferrovia Santos-Juquiá, desde a nascente cidade de Cubatão subindo até o Vale, onde se consolida com o advento da colonização, como alternativa às crises do arroz.

Uma questão importante para a compreensão do crescimento e viabilidade da bananicultura está associada aos baixos salários pagos na indústria e no comércio paulistano (MULLER, 1980, p. 55). Ou seja, a crescente massa de trabalhadores, muitos migrantes de outras regiões do país, terá parte da sua dieta baseada na fruta, por ser barata e bem energética. É onde nasce a expressão “preço de banana”, pois a fruta consegue chegar a São Paulo num preço acessível aos trabalhadores.

O cultivo da banana será também incorporado por pequenos produtores locais, além do destaque da incorporação do cultivo pela colônia nipônica, sendo que hoje todos os municípios da região têm seu cultivo presente. Sendo assim, também haverá uma diferenciação no nível de produção, uso de mão de obra e tecnologia.

Estudos da Secretaria de Serviços e Obras de 1969, citada por Muller (1980) concluirá que há duas distinções na produção da fruta na região: Rio Ribeira acima (Registro, Sete Barras e Eldorado) sendo mais intensa e utilizando uma agricultura mais moderna³⁶ e Rio Ribeira abaixo (de Registro até Iguape), com uma agricultura mais rudimentar³⁷ em relação ao tratamento da banana³⁸. Estes primeiros tiveram uma política de incentivo maior com a vinda da imigração e consolidação das áreas de várzea com o cultivo, além de também terem solos mais férteis que os segundos que estariam em áreas de influência de solos de restinga na proximidade ao litoral.

As técnicas de plantio e produção são difundidas tanto em fazendas como nas pequenas propriedades, desde que estes conseguissem ter condições materiais para esta implantação e manutenção e/ou acessar os créditos disponíveis. Ao mesmo tempo também se formam bananais com um nível menor de investimentos, usando parcialmente estas técnicas, porém também conseguirão bons faturamentos.

Conforme entrevista com pessoas mais antigas do município de Sete Barras, no início, a banana é cultivada por moradores locais (aqui incluso os imigrantes) nos meados de 1940 e 1950. Porém, com a viabilidade da produção e o baixo preço das terras na região, atrai setores do capitalismo comercial que compram áreas nas várzeas do Rio Ribeira: “Nessa época, um alqueire da beira do Ribeira começa a valer muito. Muitos vendem suas terras e compram áreas mais para dentro³⁹”. Outro fator que irá crescer a especulação de terra na região é a melhoria nas condições da BR-116.

Alguns fazendeiros investirão na estrutura comercial e logística, porém a grande maioria (incluindo médios e pequenos) dependerá (e depende) destes e demais atravessadores da produção. Com a chegada da CAC ela se tornará também uma dinamizadora na comercialização da fruta.

Também encontraremos o pequeno produtor capitalista, com áreas menores que a fazenda, adotando as práticas intensivas de cultivo, empregadores de mão de obra externa e com título da terra. Estes irão se diferenciar da fazenda por praticar uma agricultura não tão intensiva, com menos investimento e utilizando de mão obra familiar e eventualmente externa. Diferencia do agricultor tradicional ou caipira, pois sua área de produção é destinada para fins estritamente comerciais, praticamente sem nenhum plantio de subsistência, utiliza

³⁶ Utilizando o termo da citação.

³⁷ Idem.

³⁸ Idem.

³⁹ Relatado por uma liderança local durante uma roda de conversa em Sete Barras.

mão de obra externa, enquanto o caipira depende exclusivamente do trabalho familiar ou coletivo em mutirões. O pequeno capitalista na região também, em sua maioria, terá título da propriedade enquanto o caipira e as comunidades brigam por território.

Muller (1980), citando a análise de Goldman em 1950, onde observou que as fazendas de banana do município de Itanhaém não forneciam terras aos trabalhadores para pequenos plantios como acontecia nas fazendas de café do planalto. O abastecimento alimentar provinha de fora. Isso também demonstra o porque da diminuição de áreas de plantios de subsistência nas áreas de adoção do cultivo intensivo.

Segundo a Associação dos bananicultores do Vale do Ribeira, a primeira reunião de organização dos bananicultores na região ocorre em 1964, mesma época da vinda da Cooperativa Agrícola de Cotia para a região, onde, segundo os mesmos, acontece uma intensificação da produção com a entrada maior de tecnologias e insumos na produção. Seguindo as premissas do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), o Estado aplica políticas de crédito para agricultura. A estrutura de comercialização circulação de mercadorias se direciona para a bananicultura/chá no território.

É um momento de incorporação e ao mesmo tempo exclusão de uma parcela de pequenos posseiros camponeses e agricultores tradicionais que, impossibilitados de manter uma agricultura de cunho familiar nas bases industriais daquele momento e sem condições de arcar com a nova intensidade da agricultura (em mão de obra, insumos e investimentos), muitos terão que buscar formas de trabalho acessório (KAUTSKY 1986), agrícola e não agrícola, que lhes permita manter sua reprodução social, se tornando trabalhadores assalariados das fazendas, ou das usinas (de chá), da crescente construção civil, nas obras estatais ou migrar para os grandes centros urbanos como mão de obra desqualificada.

Ao mesmo tempo, incentivos em demais regiões do país vão abrir concorrência direta com a banana regional, o que faz os bananicultores buscarem formas de melhorar a produção da fruta e a incorporação de tecnologias, variedades melhoradas, diminuição do espaçamento e uso de adubação pesada. Também as fazendas e as cooperativas maiores vão se industrializar, criando áreas para maturação e embalagem da banana seguindo as tendências, tanto de exportação, quanto do comércio interno.

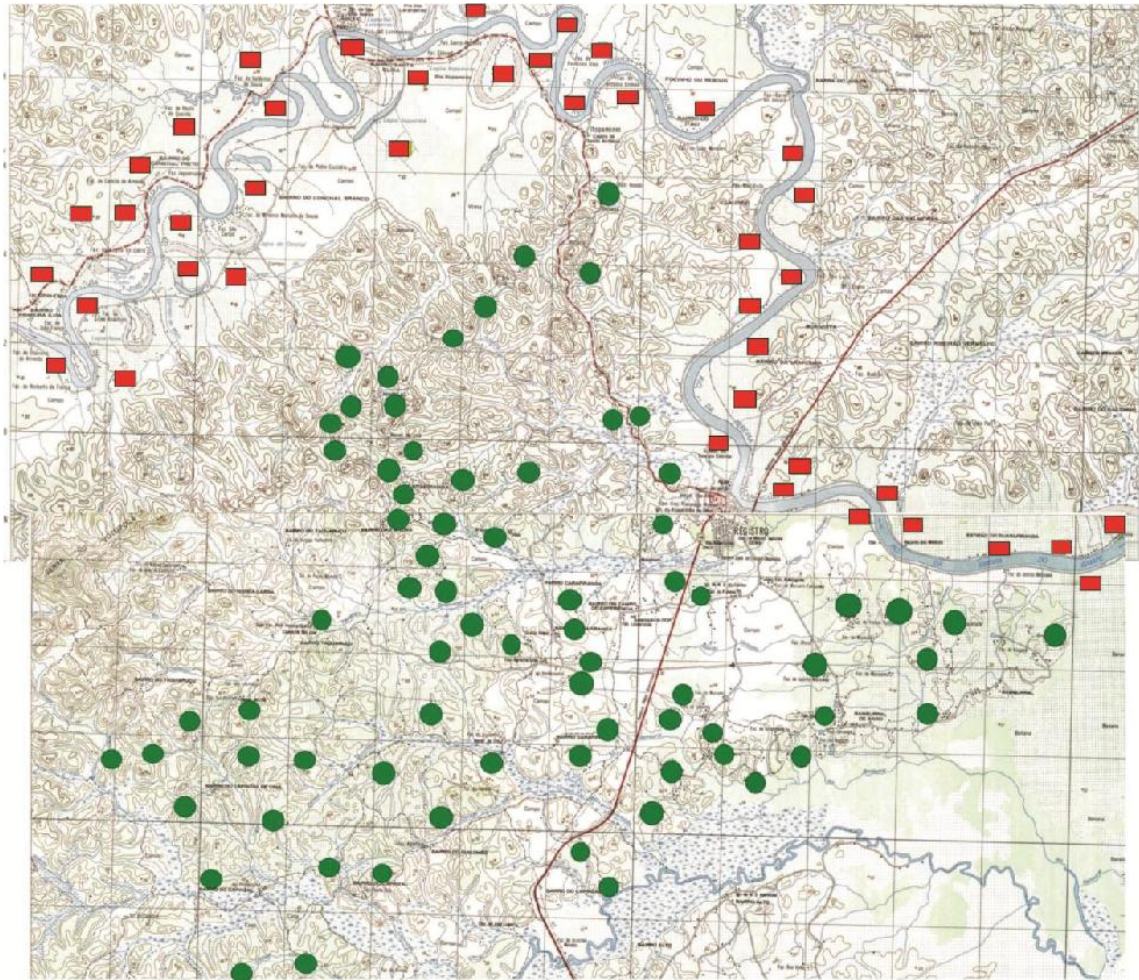
Muller dirá que no final dos anos 1970 tal processo trará “concentração de riqueza sob a forma natural (terras) e sob a forma social (ampliação de setores não-produtivos) e concentração de capital (fazendas e empresas)”, completando que foi visível a “diminuição relativa e absoluta dos parceiros e arrendatários” e uma subsunção dos pequenos proprietários “quer pelas usinas, quer pelos intermediários da fruta” (MULLER, 1980, p. 120). Ou seja, o

arrendamento, que também foi um regime de trabalho com a terra que surge com esta nova estrutura, não leva muito tempo para se inviabilizar e o pequeno produtor (tanto o caipira que busca sobreviver quanto o capitalista mercantil) é explorado pelas usinas de chá e/ou atravessadores da banana, que dão o preço das mercadorias.

4.4.3. Análise dos sistemas agrários

Como bem explicita o mapa abaixo, majoritariamente, a banana se concentra em áreas de várzeas, antes ocupadas pelo arroz e com ótima fertilidade. Já o plantio do chá ficará nas áreas mais declivosas, visto necessitar de áreas mais secas.

Mapa 3 - Produção no entorno do município de Registro, com destaque para o cultivo da banana e do chá, no ano de 1974.



LEGENDA

- BANANA
- ChÁ

Fonte: Aoki (2011)

Outra diferenciação entre os dois cultivos na década de 1970 é que na banana, 87,5% dos imóveis são sítios e no chá 41,8%⁴⁰ (MÜLLER, 1980, p. 120), mostrando um predomínio de fazendas capitalistas na cultura de chá (mais de 50%) muito superior ao encontrado no cultivo da banana (de um pouco mais de 10%), mostrando a centralidade no acúmulo do chá, baseado nas fazendas /indústrias e entrada de capital estrangeiro.

Importante ressaltar que a implantação de monoculturas intensivas causa uma ruptura com a forma de ser e se organizar da agricultura local. Com a adoção de novas formas de renovação da fertilidade do solo, baseado em adubos químicos, em detrimento da queima e manejo de matéria orgânica, ocorrerá um processo desenfreado de desmatamento para

⁴⁰ Preferimos utilizar o termo pequeno produtor capitalista, porém foi mantido o termo da citação original.

implantação de monocultivos (Foto 4), quebrando o ciclo de rotações em detrimento do uso intensivo da terra e de insumos.

Como cita Aoki (2011): “Registro seria o município onde praticamente a vegetação foi dizimada para a implantação da colônia japonesa e das atividades agrícolas desenvolvidas por esse grupo” (AOKI, 2011, p. 20).

Foto 4 - Campo experimental da companhia KKKK em Sete Barras⁴¹



42

Fonte: Álbum da imigração - 1913-1933 ;

A banana e o chá irão se destacar também pela tendência positiva dos mercados emergentes (crescimento dos centros urbanos e industrialização) e, no caso do chá, o acesso ao mercado externo com produto industrializado. A questão da diminuição das áreas de cultivos anuais e de subsistência em detrimento da nova base de circulação de mercadorias, baseadas nos dois produtos se evidencia na seguinte passagem:

[...] de 56% do valor do produto agrícola (da região) em 1950, [...], o arroz, o feijão, o milho e mandioca, caem para 12%. Nesse mesmo tempo, as lavouras de banana e de chá elevam sua participação de 44% para 88% no valor da produção agrícola. (MÜLLER, 1980, p.71).

O mesmo autor coloca que nesse período (1960-1970), apesar do crescimento de áreas de plantios intensivos, o número de trabalhadores elevou-se menos de 0,2%a.a, o que comprova “haver ocorrido modificações na composição técnica e de valor dos elementos

⁴¹<https://patrimoniovaledoribeira.files.wordpress.com/2015/03/album-imigrac3a7c3a3o-1913-1933-victor.pdf>

⁴²<https://patrimoniovaledoribeira.files.wordpress.com/2015/03/album-imigrac3a7c3a3o-1913-1933-victor.pdf> - acessado em 15/10/2015.

produtivos das unidades rurais” (MÜLLER, 1980, p. 66). Se parte dos camponeses e caipiras tradicionais não conseguem se incorporar a esta lógica e viram trabalhadores ao mesmo tempo em que os setores capitalistas não suprem a demanda de trabalho, muitos têm que migrar da região ou trabalhar em outros setores.

Na Tabela 7 podemos ver que a taxa de crescimento da população local continua sendo muito abaixo comparada à de Santos até a década de 1960 onde praticamente se igualam. Provavelmente este empate esteja ligado às questões das obras e estruturas instaladas na região que se fortalece no final desta década.

Tabela 7 - Taxa geométrica anual de crescimento na Baixada e no município de Santos – 1940, 1950, 1960 e 1970.

	1940/50	1950/60	1960/70
Baixada	1,27	1,20	2,54
Santos	2,09	2,64	2,73

Fonte: Adaptado de Muller (1980, p. 121).

Também vemos a porcentagem da população na região continuar a diminuir em relação ao Estado de São Paulo (Tabela 8), continuando a tendência do período anterior. Isso também é relacionado à possibilidade de circular trabalho e capital no território e as ações do Estado para criar as condições para fortalecer o acúmulo nessa etapa da circulação.

Tabela 8 - Porcentagem da população na Baixada na do Estado – 1940, 1950, 1960 e 1970

	1940	1950	1960	1970
em %	1,0	0,9	0,7	0,6

Fonte: Adaptado de Muller (1980, p. 121).

Para Todeschini (2002) no final de década de 1970 já transpareciam os resultados dos planos, onde o crescimento econômico foi visível, justamente com a desigualdade de distribuição de renda e agravamento dos desequilíbrios regionais.

Porém também cabe a reflexão de que muitas dessas fazendas adquiridas no território estariam apenas cumprindo papel especulativo visto que os investimentos externos, bem como obras como a rodovia BR, onde observa-se que em cerca de 40% dos estabelecimentos não se desenvolve atividade alguma (Idem, ibidem).

Também aponta que o processo de exclusão não se dá somente na questão do acesso a

políticas de crédito e outros benefícios, mas também no acesso à terra, onde o mercado imobiliário, uma das bases da acumulação capitalista na agricultura faz com que fazendas sejam compradas e até mesmo ainda griladas por pessoas e/ou grupos econômicos não com o fim da produção, mas sim da especulação imobiliária. Esta lógica de financeirizar a mercadoria terra e seu preço, com base na especulação que, para além da sua capacidade em produzir lucros, a terra parada (sem produção) pode gerar mais lucro no valor dado a essa possibilidade (do lucro), do que na ação (gerar lucro na produção) em si.

Sendo assim, faremos abaixo o exercício de diferir as seguintes tipologias:

4.4.3.1 Comunidades tradicionais e caipiras

Este grupo continua com a adoção da prática da coivara de subsistência e não participam do processo de incorporação, sendo que com forte descaso por parte do Estado, por não serem necessários e nem atores da acumulação no território, dividirão seu trabalho entre os plantios de subsistência e o extrativismo (madeira, carvão, palmito juçara principalmente) como complemento de renda devido ao grande conhecimento sobre a floresta e seus usos, atenuando um pouco o fluxo migratório, o êxodo rural.

Ao mesmo tempo, essa condição do extrativismo pode ser considerada uma quebra na relação com a natureza, visto que, como visa estritamente o valor econômico, algumas premissas como o respeito aos ciclos das plantas e animais não serão mais tão respeitados o que faz, por exemplo, com que hoje não se encontre a abundância de palmeira juçara que existia na época.

Será o momento que iniciam conflitos socioambientais com o acirramento das políticas ambientais, criação de Unidades de Conservação, em um processo que culmina em várias mortes, muitas até hoje não investigadas. Esta premissa da conflitualidade, porém, fortalece as comunidades e seu processo organizativo, aonde estas vão ganhando mais espaço, conseguindo seus títulos e algumas políticas básicas como abertura de estradas e etc.

Outro destaque sobre estes dois grupos é a questão da acentuação do êxodo que, com a perda da possibilidade de sua cultura de subsistência, alguns endividados pelos engenhos de arroz, vão buscar trabalho nos grandes centros urbanos, na nascente indústria, ou mesmo nas estradas de ferro (como a Santos-Juquiá) e rodovias e demais estruturas (hospital, escolas e etc) que vinham sendo construídas na região. Também vale considerar a parcela que irá trabalhar nas fazendas e sítios do chá e banana, onde mesmo tendo um pedaço de terra, a única possibilidade de buscarem renda no trabalho agrícola é ao se tornar trabalhador dos

setores que adotam a agricultura mercantil.

Cabe ressaltar a possibilidade de determinadas famílias “ascenderem” e utilizando as bases do ciclo do arroz conseguem acompanhar o processo de incorporação e seus investimentos e forma de produzir. Ao mesmo tempo, alguns imigrantes que não conseguem se incorporar à nova forma de organização agrícola, adotarão práticas mais ligadas à agricultura tradicional local, não aderindo à agricultura de mercado.

Tanto a adoção de modos tradicionais por famílias de imigrantes, quanto a adoção do extrativismo enquanto alternativa econômica, podem ser interpretados como estratégias defensivas visando a reprodução social familiar no meio rural das unidades camponesas em períodos de crise.

4.4.3.2 Pequeno produtor mercantil

Este é um grupo que será forjado neste período histórico. Tendo determinadas condições como a possibilidade de acesso a créditos e disponibilidade de mão de obra, irão incorporar as técnicas e tendências da agricultura empresarial, onde muitos conseguem êxito e outros não. Estes últimos retornarão à condição citada anteriormente, numa “recaipirização” ou recampesinização, como diria Ploeg (2008).

Neste grupo estará boa parcela de imigrantes, porém também de produtores locais que conseguem êxito, além de algumas pessoas do setor comercial de outras regiões que são atraídos pela viabilidade inicial do cultivo da banana e as terras baratas na região.

Isto cria as premissas para a consolidação da industrialização da agricultura, tanto na adoção de técnicas mais ligadas ao setor que cria as condições para a difusão da Revolução Verde, como no investimento da agroindustrialização do chá com entrada de capitais estrangeiros e etc.

Muitos continuarão a utilizar mão de obra familiar, além de ter mão de obra assalariada contratada. Isso lhes dá a condição do que aqui estamos chamando de agricultor mercantil, pois como tiveram que pagar pela pelas terras “recebidas”, se viram obrigados a se integrarem imediatamente na produção para o mercado (STEDILE, 2005, p. 25).

A diferenciação principal entre os que aderem à banana em relação aos que apostam na teicultura estará na forma de comercializar onde, apesar de nos dois casos haver a dependência, no caso do chá eles estarão integrados com as indústrias instaladas na região. Estas proverão a eles, além da compra das folhas do chá, insumos, com empréstimos direto aos produtores. Ambos também terão envolvimento com a CAC, cada um em seu nível

organizacional dentro da cadeia produtiva.

4.4.3.3 Meeiros

Esta forma de ocupação da terra e do trabalho se dá diretamente entre uma das possibilidades de trabalho que caminha entre as duas tipologias acima apresentadas. Consiste no sistema de contrato, onde o proprietário de terra (na maioria fazendeiros) permite o uso e exploração da atividade agrícola mercantil em determinada área da propriedade, onde metade da produção ficaria para ele e a outra metade para a família que trabalhou na atividade. Por adotar este tipo de contrato, os trabalhadores adotam o pacote tecnológico que as demais áreas ocupadas pela cultura desenvolviam. Esta tipologia irá acontecer tanto nas produções de chá, quanto de banana.

4.4.3.4 Fazendas

Durante os ciclos da mineração e do arroz, muitas fazendas serão abertas, acentuando um processo de derrubada de matas para venda para carvão para a nascente indústria onde posteriormente irão transformar em pasto ou investir no chá ou banana.

Dois grupos sociais ascendem econômica e politicamente no período. Comerciantes locais e imigrantes capitalizados, que tendo condições de adquirir terras e titulação⁴³ conseguem utilizar dos estímulos dados às cadeias da banana e do chá e serão beneficiados diretos da políticas de abertura de estradas e rodovias.

Outra parte irá dominar todas as etapas da cadeia produtiva da banana e se tornam os atravessadores. Os que investem no chá, também investirão em indústrias de médio e grande porte, se tornando grandes responsáveis pelo acúmulo centralizado desta cadeia.

4.4.3.5 Latifúndio

O latifúndio, enquanto estrutura histórica na formação rural brasileira irá se configurar na região nas grandes extensões de terra com pouca ou nenhuma exploração agrícola, demonstrados pelos 40% das terras de fazendas que se encontravam na época sem nenhuma atividade agrícola o que comprova que para além das atividades produtivas crescentes na

⁴³ É importante destacar que a grilagem de terras se torna uma prática, porém não há dados ou registros históricos que permitam afirmar onde e o tamanho dessas áreas.

região, o mercado de terras será valorizado, principalmente as várzeas do Rio Ribeira e seus afluentes e as beiras da abertura da rodovia federal.

Este grupo também comprova a concentração de terras, pois ao mesmo tempo em que parte da população local não consegue o acesso legal à terra, o latifúndio configura o conservadorismo da classe dominante, tendo domínio sobre as terras e o capital que circula, na junção da burguesia comercial e industrial nesta etapa de industrialização da agricultura, na disputa de projeto e poder com as demais tipologias, principalmente dos caipiras e comunidades tradicionais.

4.5 A atualidade do território

Nesta parte pretende-se demonstrar, através de dados coletados e baseados nas entrevistas, a atualidade dos Sistemas Agrários do Vale do Ribeira e as tipologias das principais formas de agricultura, bem como aprofundar o esforço de se visualizar onde se alocam os processos de acumulação no território e o funcionamento de suas dinâmicas, o nível de desenvolvimento das forças produtivas na correlação de forças na sociedade atualmente. Sendo assim, consideraremos o período histórico que vai do final da ditadura civil-militar no Brasil, o início da transição para a democracia no país após a Constituinte de 1988 e a implantação do neoliberalismo e a continuidade desse projeto nos governos sucessórios até a atualidade.

Percorre-se uma trajetória por momentos de mudanças políticas e institucionais que refletem diretamente nas dinâmicas do território. O processo de incorporação regional no fluxo da economia de mercado com a industrialização da agricultura impulsionado pelas políticas da Revolução Verde (crédito, assistência técnica e agricultura intensiva em insumos) na banana e no chá terá seu auge, bem como verá a decadência da estrutura produtiva e organizativa do chá, criando mais uma lacuna na agenda rural da região.

Também é um momento de consolidação de algumas estruturas criadas no território como a continuidade da estruturação das estradas que ligam a região a outros centros urbanos (a duplicação da BR-116 está por vias de ser concluída), das estradas rurais, melhorias mínimas no setor de saúde e educação, porém com políticas públicas focadas principalmente no desenvolvimento urbano. Após as tentativas de projetos como Pladel, a instigação da Sudelpa e Cedaval, a região não terá um projeto direcionado ao público rural até a construção

do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira⁴⁴ na primeira década de 2000 em uma construção mais participativa com a população do campo, porém sem resultados efetivos na perspectiva de alterar a correlação de forças na sociedade do território, continuando o processo de exclusão e êxodo.

Políticas nacionais do final da década de 1990 até a atualidade, com destaque ao Pronaf (Programa Nacional da Agricultura Familiar, instituído em 1995), o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos, instituído em 2003) e a política de garantia de aquisição da produção de agricultores familiares para a alimentação escolar no PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) terão uma inserção significativa na estrutura produtiva forjada pelas organizações de pequenos agricultores camponeses e tradicionais no território na última década.

Cabe à agricultura, como um braço da acumulação regional, produzir o espaço de inserção industrial no campo, especializando as fazendas e sítios que optam pela economia de mercado, ao mesmo tempo em que inviabiliza a produção camponesa de pequena escala e subsistência, justamente disputando espaços e políticas com o Estado. O acirramento de leis ambientais juntamente com a instituição de Unidades de Conservação das diversas modalidades sobre áreas já há muito ocupadas por comunidades tradicionais e camponeses posseiros é um dos fatores que praticamente inviabilizam a coivara em um momento de crise profunda dessa forma de agricultura, em detrimento de sua imensa agrobiodiversidade e cultura guardadas nesse tipo de roça e nessas comunidades.

Ao mesmo tempo, tais condições criam espaços de disputa de outras formas de agricultura em processos de luta e consolidação de assentamentos de reforma agrária e de organizações que apostam na agroecologia e na agrofloresta como tendência regional e possibilidade de construir uma nova relação com o meio ambiente, ou mesmo reconstruir as formas locais de convivência com a natureza.

4.5.1 Concentração de terras, regularização fundiária e geração de trabalho e renda na agricultura regional

Faremos aqui uma pequena análise sobre as condições do acesso à terra na região. Dados da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo indicam que no

⁴⁴ Outros projetos de relevância como os Planos de Uso da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira, produzido pelo Comitê de Bacias Hidrográficas, o Plano Diretor das Matas Ciliares do Rio Ribeira, produzido pelo Instituto Socioambiental também são de suma importância, mas são pontuais a determinados assuntos, apesar de serem transversais aos projetos de desenvolvimento do território.

último período acentuou a concentração de terras, sendo apontada como forte a muito forte. Conforme a Tabela 9 indica, na década de 1990, aproximadamente 86% das Upas são pequenas (até 50ha⁴⁵) e detém 38% das terras. Já no período seguinte do levantamento, em uma década, o número de Upas diminuiu para 77% e a área ocupada por estas para 16,4%. Isso mostra não apenas a concentração, porém também o abandono da atividade agrícola por muitas famílias, consequentemente aponta para o êxodo rural já constatado neste estudo.

Tabela 9 - Estrutura fundiária, Regional Agrícola de Registro anos de 1995/96 e 2007/08.

ITEM	N. DE UPAs		TOTAL	
	1995/96	2007/08	1995/96	2007/08
UPAs com (2,5) ha	1069	1.143	3850,5	4.187,3
UPAs com (5,10) ha	1088	1.204	8462,7	9.423,5
UPAs com (10,20] ha	1519	1.599	22386,4	23.680,2
UPAs com (20,50] ha	2550	2.564	79360,9	80.690,8
UPAs com (50,100) ha	-	966	-	68.882,6
UPAs com (100, 200) ha	519	541	72954,3	75.917,3
UPAs com (200, 500) ha	352	407	109.643,2	126.397,6
UPAs com (500, 1000) ha	119	109	83.468,8	73.768,9
UPAs com (1000, 2000) ha	46	49	64.756,6	68.022,7
UPAs com (2000, 5000) ha	22	20	71.823,4	63.293,9
UPAs com (5000, 10000) ha	6	3	45.974,8	22.520,0
UPAs acima de 10000 ha	4	4	65.946,2	104.378,4

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Projeto LUPA.

É relevante considerar que houve aumento significativo no tamanho das áreas pertencentes ao estrato de mais de 10.000ha, com um aumento de 40.000ha da área que ocupam, mesmo não alterando o número de UPAs.

Outra análise que pode ser feita com a Tabela 10 é a constatação de que a área de vegetação natural aumenta aproximadamente 47.000ha no mesmo período. Isso pode ter relação direta com a compra de terras para compensação ambiental de empreendimentos, fato

⁴⁵ O módulo fiscal na região é de 16ha. Seguindo a legislação onde o agricultor familiar corresponde a 4 módulos fiscais, equivale a 64ha no território estudado. Como o dado seguinte do levantamento corresponde a propriedades de 50 a 100ha, optou-se por considerar para fins dessa análise, UPAs da agricultura familiar os dados de unidades com até 50ha.

que vem crescendo na região, com a aquisição de terras por empresas e/ou grupos empresariais para esse fim. Ou seja, a mercantilização da floresta e o valor da terra agregado a isso traz uma nova relação na especulação imobiliária e da relação com a natureza.

Se em um período da história a relação era direta e dialógica entre o ser humano e natureza, num segundo momento, com a expansão da industrialização da agricultura, a floresta passara a não ter mais importância para os setores capitalista visto não produzir riqueza, a não ser no seu extrativismo inicial de madeira e era derrubada para a produção de suas mercadorias. Concomitante a isso presenciamos a proteção integral da floresta com a criação dos Parques (por intervenção do Estado e seus braços legais), retirando a possibilidade de convívio de parte da população rural que historicamente se relacionou com a floresta. Hoje temos essa perspectiva mercadológica de valoração da floresta, inclusive enquanto *commodity*, onde mais uma vez por vias legais (lê-se intervenção do Estado) possibilita a aquisição da floresta para uma “proteção” integral visando a compensação ambiental, ou seja, para dirimir impactos já realizados por estas empresas que adquirem estas novas áreas.

Este é um fator de grande relevância, visto que, enquanto camponeses familiares e comunidades tradicionais lutam ainda pela regularização e titulação de suas terras, propriedades são adquiridas para fins estritamente de “compensação ambiental”⁴⁶ em um local onde a preservação se deu pela forma de ocupação e uso das terras pela população local.

Pode-se aliar também a esse crescimento de áreas com vegetação natural o abandono, neste intervalo de dez anos, de aproximadamente 7.000 ha de agricultura permanente permitindo a regeneração da floresta.

Tabela 10 - Ocupação do solo (em hectares) na Regional Agrícola de Registro em 1995/96 e 2007/08.

	N. de UPAs		TOTAL (ha)	
	1995/96	2007/08	1995/96	2007/08
Área total	8597	8972	692.962,40	721.553,7
Área com cultura perene	4601	4052	48.946,60	41.419,2
Área com cultura semi-perene	2164	3040	21.273,20	14.632,2
Área com cultura anual	2008	4978	7.176,1	164.864,0
Área com pastagens	4704	270	165.838,60	6.048,0
Área com reflorestamento	240	7628	6.365,10	448.002,8
Área com vegetação natural	7157		401.740,70	

⁴⁶ Uso das aspas, pois são terras para compensação ambiental, ou seja, para compensar o impacto ambiental em outra localidade.

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Projeto LUPA.

O número de unidades produtivas aumenta perto de 400 e uma área de aproximadamente 30.000 ha é acrescida ao total ocupado por estas neste período. Como se registraram estas novas propriedades e o que indica este aumento mereceria um estudo especial.

Outra questão relevante e que provavelmente alterou seus números desde o último levantamento LUPA (2007/08), são os trabalhadores assalariados e a distribuição do trabalho na agricultura. Aproximadamente 1700 trabalhadores permanentes perderam seus postos de trabalho e 759 propriedades deixaram de declarar ter trabalhador permanente. Algumas questões merecem atenção nessa situação:

- muitos desses trabalhadores possivelmente vivem na área rural e podem ter abandonado a atividade agrícola indo para a área urbana enfrentar trabalhos desqualificados ou informais,
- outros podem ter entrado para o trabalho informal nos sítios e fazendas, onde não têm qualquer seguridade social e/ou segurança no trabalho e demais direitos trabalhistas;
- alguns também podem ter optado pelo trabalho na própria unidade produtiva, entrando para a estatística das unidades familiares.

Em detrimento, o número de unidades produtivas que adquirem o caráter familiar aumenta em mais de 600 unidades produtivas, onde o número de familiares trabalhando na Upa se mantém praticamente o mesmo. Isso também pode ter se elevado devido a programas e ou políticas públicas como a aquisição da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que permite acessos a essas políticas, bem como comprovações da atividade agrícola para processos de aposentadoria, fator que fez mais pequenos agricultores e/ou posseiros irem atrás dessas documentações e entrarem em estatísticas oficiais.

Na década de 1990, os trabalhadores permanentes⁴⁷ eram aproximadamente 50% da mão de obra empregada na agricultura, enquanto os outros 50% eram de cunho familiar. O levantamento do ano de 2007 mostra que o quadro se altera pouco, onde a mão de obra familiar assume uma maior importância, ocupando 55% dos trabalhos gerados na agricultura. É importante salientar que esses números, se comparado ao restante do Estado de São Paulo, onde os trabalhadores permanentes somam 31,5%, mostram que a as formas de agricultura no território do Vale do Ribeira, têm ainda uma importância significativa no emprego de mão de

⁴⁷ Trabalhadores assalariados registrados.

obra. E ao mesmo tempo nos remete de que esse setor agrícola ainda mantém um caráter intensivo e lucrativo para o setor capitalista local.

Esses dados indicam mais uma evidência do conflito direto entre os interesses do capital, o Estado enquanto seu executor e os camponeses posseiros, comunidades tradicionais, bem como pequenos proprietários de terra. Estes últimos, impossibilitados de acesso a políticas públicas, do direito à terra e território, abandonam a atividade ou resistem buscando formas de se organizar. Mesmo quando optam pela agricultura de mercado (convencional), continuam dependentes de políticas públicas ou se rendem a atravessadores.

Ao mesmo tempo nos mostra a lucratividade do setor sobre o trabalho em comparação ao mesmo setor no restante do Estado, visto a exploração agrícola nestas localidades estar focada na produção de cana e laranja que ou utilizam trabalho temporário ou praticamente não há trabalhador no campo. Já a banana, principalmente no Vale do Ribeira, exige trabalhadores constantemente onde demonstra que o lucro das fazendas e propriedades desta cadeia produtiva estão na exploração e utilização do trabalho.

Abaixo, na Tabela 11, vemos a evolução do contingente populacional residente no território nos últimos 20 anos:

Tabela 11 - Evolução do contingente populacional entre 1992-2010 .

	População residente - urbana	População residente – rural	População residente - total
1992			366.710,00
2000	294.437,00	138.106,00	432.543,00
2010	328.410,00	114.821,00	443.231,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Vemos um aumento populacional significativo na década de 1990, onde em um período de aproximadamente oito anos teve um acréscimo de mais de 65mil pessoas na região, enquanto nos dez anos seguintes, esse valor seria um pouco acima de 10mil. Este fenômeno pode estar atrelado aos investimentos (por parte do Estado e capital privado) em grandes obras como o início da duplicação da rodovia BR-116, que atrai a especulação imobiliária e novas empresas para investir na infraestrutura, além de políticas de incentivo a agricultura para a região durante este período devido à alta lucratividade das duas cadeias produtivas – chá e banana- nas décadas de 1980 e primeira metade de 1990.

Se o acréscimo da população a partir dos anos 2000 não passa muito de dez mil pessoas, vemos um acréscimo significativo de população a viver na área urbana e um decréscimo de mais de vinte mil pessoas que saem das áreas rurais, o que quer dizer que mais de 15% da população rural se desloca tanto para área urbana local, como para outras

regiões. Essa questão da migração para outras regiões do Estado ou mesmo do país, também pode indicar o porquê de, nesse intervalo, aumentar apenas dez mil pessoas no total da região, em detrimento do alto crescimento da década anterior. Praticamente toda a população acrescida no território é da área urbana, diferente do debate do período anterior.

4.5.2 O agronegócio do chá

É importante ressaltar que a agenda neoliberal e a implantação do Plano Real foram as principais causas do desmonte do chá como atividade econômica no Vale do Ribeira, e que praticamente se extingue na última década, restando apenas duas unidades fabris que operam quase artesanalmente com produção própria, acabando toda a estrutura forjada no período anterior já mencionado.

Este ciclo verá sua decadência com a política cambial de equiparar a nova moeda (Real) ao dólar americano (sobrevalorizando o Real), onde, tendo boa parte da cadeia produtiva voltada ao comércio externo, acaba com a possibilidade de disputa com chás de outros países, principalmente da Ásia (China, Índia e Sri Lanka). Por exemplo, em 2012, o chá preto tinha um custo de produção de mais de cinco reais o quilo, enquanto no Sri Lanka, ele estava na média de um dólar e sessenta centavos⁴⁸, conforme afirma Riogo Amaya, um dos donos da indústria de chá Amaya, em entrevista ao programa Globo Rural⁴⁹.

A indústria manteve até este período (início da década de 1990) praticamente a mesma estrutura fabril, sem investimentos na infraestrutura, utilizando o mesmo maquinário da década de 1970 que, segundo os entrevistados como a família Amaya, além de exigir mais emprego de trabalho assalariado, também traz altos custos de energia elétrica.

Tecnicamente a produção agrícola também manteve a mesma estrutura. Fora constatado que a última variedade de chá pesquisada e introduzida na região data-se da década de 1970 (IAC 259) e na década de 1990 a tentativa de introduzir uma nova variedade (AF1550), ou seja, os campos de produção de chá também foram ficando atrasados no sentido de pesquisas e melhorias de campo.

Outra questão de suma importância que se evidenciou na crise do setor foi o processo de dependência dos agricultores às cooperativas e às indústrias, com uma ressalva à forma de

⁴⁸ Na época o dólar estava perto dos dois reais. Sendo assim, o custo de produção no Sri Lanka, equiparado em reais, seria de R\$3,20.

⁴⁹ <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2012/10/agricultores-desistem-do-cultivo-de-cha-preto-no-vale-do-ribeira-sp.html>

⁵⁰ O nome não pode ser confirmado pelos entrevistados.

implantação da organização cooperativa.

Em detrimento de construir uma organização local com base nos princípios cooperativos no intuito de alcançar objetivos de melhorias da qualidade de vida de seus cooperados, para além das questões comerciais, ou seja, na luta por educação, por terra - como no caso dos caipiras, e etc., a forma de organização da CAC tem cunho estritamente capitalista, ou seja, apenas com foco no lucro que é retirado na relação com seus cooperados da base. Foi criada uma estrutura na seguinte base:

- A Cooperativa ditava o preço pago aos produtores,
- revendia os insumos “necessários” para os cultivos;
- forneciam créditos - para formação dos chazais ou para a compra de boa parte desses insumos.

Com essa estrutura empresarial e com o foco unicamente na lucratividade, com a queda do setor, uma das primeiras iniciativas da Cooperativa foi se retirar da região, deixando a marca do Chá Tupy com uma empresa regional e toda a sua estrutura e cooperados foram deixados, ficando um enorme passivo de estrutura física e cooperados.

Podemos acompanhar um aumento significativo da produtividade por área, conforme a Tabela 12, que pode ser atrelado à adoção de práticas agrícolas intensivas (baseadas no pacote da Revolução Verde), pois a área plantada será praticamente a mesma (Tabela 13). Nestas tabelas os valores que aparecem pertencendo a São Paulo podem ser totalmente creditados ao Vale do Ribeira, visto ser onde se concentrava a totalidade da produção de chá no Estado.

Tabela 12 - Rendimento Médio (kg/ha), período de 1975-1994.

	ANO						
	1975	1978	1981	1984	1987	1988	1994
BRASIL	1.445	2.002	2.011	7.664	2.226	7.911	8.483
SÃO PAULO	1.450	2.002	2.011	7.594	2.215	7.829	8.483

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal 1975-1994

Tabela 13 - Área total cultivada com chá (*Camelia sinensis*), período de 1975-1994.

	ANO						
	1975	1978	1981	1984	1987	1988	1994
BRASIL	5.315	4.593	5.013	5.281	5.466	5.176	4.972
SÃO PAULO	5.290	4.555	5.010	5.195	5.380	5.090	4.940

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal 1975-1994

A Tabela 14 mostra o avanço no ganho da cadeia, numa valorização absurda na metade

da década de 1980, chegando a faturar mais de 150 vezes em um intervalo de aproximadamente dez anos (de 1975 a 1984 conforme a tabela), mostrando que, se vemos que não houve muita mudança no tamanho da área cultivada, com um aumento de praticamente três vezes no rendimento da cultura a campo, o mercado valorizou consideravelmente a produção do chá, onde esse montante faturado ficará na mão do das unidades fabris e no uso do trabalho nos sítios ou fazendas durante a década de 1980.

Tabela14 - Valor da Produção de chá (em R\$1000), período de 1975-1994

	ANO						
	1975 ⁵¹	⁵² 1978	⁵³ 1981	⁵⁴ 1984	1987 ⁵⁵	⁵⁶ 1988	1994
Brasil	30.734	25.128	91.070	5.477.844	56.530	12.246.604	2.556
São Paulo	30.700	24.612	90.470	5.182.000	50.711	12.206.604	2.517

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal 1975-1994

Podemos ver a queda drástica no valor da produção do chá que ocorre em 1994, onde, além da implantação do Plano Real e todo o pacote neoliberal, também coincidirá com a falência da Cooperativa Agrícola de Cotia (também fruto da política macroeconômica e então principal articuladora entre o ramo industrial e os produtores). O capital internacional se retira, refletindo esse processo de inviabilização da cadeia e acentuando sua decadência. Toda a estrutura da cadeia é abandonada na região.

O início da década de 2000 é marcado pelo abandono de grandes extensões de chazais que aos poucos vão dando lugar a outras culturas ou viram florestas em estágio inicial que dificilmente consegue-se reverter para voltar a cultivar algo⁵⁷. Agricultores que optam pela troca da cultura continuam com a prática convencional, buscando novas possibilidades como olericultura e fruticultura. Nos últimos dez anos muitos optam pelo plantio do palmito pupunha, também baseado nos mesmos preceitos tecnológicos convencionais. Certamente levantamentos mais recentes indicariam expansão ainda maior desse cultivo, pois no último período o palmito ganhou muitos adeptos e é visível o plantio de grandes áreas ao longo do

⁵¹ Valores expressos em mil cruzeiros

⁵² Valores expressos em mil cruzeiros

⁵³ Valores expressos em mil cruzeiros

⁵⁴ Valores expressos em mil cruzeiros

⁵⁵ Valores expressos em mil cruzados

⁵⁶ Valores expressos em mil cruzados

⁵⁷ Para substituir uma plantação de chá é um processo caro, necessitando de tratores de esteira para destoca, e alguns anos para estabilizar a área.

território.

Cabe destaque para a questão da alocação da força de trabalho que era utilizada tanto no campo, como nas indústrias. Conforme entrevista com a família Wosniak, produtores de chá de Pariquera-Açu, uma família com aproximadamente 6 (seis) alqueires do cultivo, empregava de 3 a 5 trabalhadores. Ou seja, na cadeia, a subsunção ao capital estava tanto na produção (sitiantes e fazendeiros explorando mão de obra e o lucro sobre esta), como no modo de produzir, com a dependência direta dos agricultores em relação às grandes empresas de insumos e maquinários, além da exploração do trabalho nas indústrias. Com a crise, mais de mil postos de trabalho teriam sido dispensados.

4.5.3 O agronegócio da banana

A produção da banana com certeza é o setor agrícola que mais acumula no território e engloba boa parte da força de trabalho empregado, bem como da sua área cultivada, conforme nos indica a tabela 15.

Tabela 15 - Área total cultivada com banana, período de 1975-2010

	ANO							
	1975	1978	1981	1989	1992	1994	2008	2010
Brasil	313.650	328.287	387.828	483.242	515.844	516.087	513.097	494.460
São Paulo	33.552	28.550	35.378	44.201	42.867	44.900	56.226	56.226

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal 1975-1994; Produção Agrícola Municipal 2010.

As variações das áreas podem ter relação também com grandes cheias e perdas de áreas produtivas no Vale do Ribeira, que sempre correspondeu a 65 a 70% da produção estadual. Segundo censo, no ano 2000 o território do Vale do Ribeira tinha uma área plantada de banana de 41.997 ha e, no Estado de São Paulo 56.737 ha.

Convém ressaltar que os ganhos com a produção da banana se alteram durante essas décadas, onde a implantação do Plano Real exige uma reestruturação do setor que, como vemos na Tabela 16 abaixo sofre uma perda com a mudança de moeda e abertura do mercado. Porém, mesmo com pouca variação na área plantada os ganhos crescem consideravelmente, se compararmos a Tabela 15 e 16. Entre os anos de 2008 e 2010, o levantamento aponta que não houve quase nenhuma alteração no tamanho de área plantada, mas dobra o valor ganho na produção.

Tabela 16 - Valor da Produção de banana (em R\$1000), período de 1975-2010

	Brasil	São Paulo
1975 ⁵⁸	1.890.550	214.872
1978 ⁵⁹	6.158.821	1.075.178
1981 ⁶⁰	38.227.364	6.519.298
1989 ⁶¹	1.913.736	140.686
1992 ⁶²	2.085.054.303	185.602.397
1994	662.231	13.709
2008	3.165.312	427.618
2010	3.788.936	921.336

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal 1975-1994/ Produção Agrícola Municipal 2010. Elaborado pelo autor.

Se observarmos o rendimento médio da cultura na Tabela 17, durante as décadas que se seguiram, pouco ganho houve a partir da década de 1970, sendo que no censo dos anos 2000 o rendimento também se manteve na média de 1079 cachos/ha, ou seja, muito pouca variação, onde logo já descartamos que o ganho do setor viria da tecnologia implantada via aumento da produtividade por área da cultura. Ou seja, o lucro vem da taxa de exploração do trabalho, do setor de logística (atravessadores e das variações de mercado de preços como Ceasa e Ceagesp.

Segundo entrevista com a Associação dos bananicultores do Vale do Ribeira (Abavar), nos últimos quinze anos já se perderam aproximadamente 15.000 ha por abandono da atividade e ainda se estima que no próximo período mais de 6.000 ha deverão ser convertidos enquanto áreas de proteção permanente.

Tabela 17 - Rendimento médio da banana (em cachos/ha), período de 1975-1994

	ANO			
	1978	1981	1989	1992
Brasil	1267	1153	1139	1090
São Paulo	1874	1216	1492	1368

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal 1975-1994;

Outra questão muito levantada pelos bananicultores entrevistados é o aumento do custo da produção. Estima-se que no último ano (2014/15) o custo com insumos tenha aumentado 30% em relação aos anos anteriores, causado pela alta do dólar e pela infestação das bananas da região com a doença da Sigatoka Negra, um fungo que se espalhou pela região por volta de 2004 e até hoje não há uma resposta plausível da agricultura convencional para o controle da doença.

⁵⁸ Valores expressos em mil cruzeiros

⁵⁹ Valores expressos em mil cruzeiros

⁶⁰ Valores expressos em mil cruzados

⁶¹ Valores expressos em mil cruzados novos

⁶² Valores expressos em mil cruzeiros

Com essa doença, se expande o setor de aviação agrícola na região (já existente desde a década de 1980 aproximadamente), que está presente em praticamente todos os municípios com cultivo de banana. No início da infestação do fungo se faziam na média 4 (quatro) pulverizações aéreas com fungicidas por ano, onde hoje já se fala normalmente em 8 (oito) aplicações anuais, com alguns produtores fazendo até 12 aplicações. A dose de fungicidas e a alternância de produtos também aumentaram nesse período. Esta é uma questão muito importante, tanto ambientalmente quanto socialmente, pois é praticada sem muito controle ou fiscalização por parte dos órgãos regulatórios, onde para o território é um grande desafio para o próximo período.

Isso nos remete a constatar que os ganhos com o cultivo vêm da exploração do lucro sobre o trabalho e na constante disputa de preço de mercado, dependente de estruturas como centrais de abastecimento (Ceasa, Ceagesp) que trabalham seus preços na lógica de mercado e não do preço de produção. As condições de trabalho durante esse período continuam degradantes e, se como constatado anteriormente, é uma cultura que emprega razoável quantidade de mão de obra, esta questão se torna de suma importância para o próximo período.

Vale ressaltar que o trabalho nas fazendas de banana já foi fruto de investigação do Ministério Público desde 2007. Naquela época foram encontradas dezenas de trabalhadores sem registro em carteira, sem equipamentos de proteção, tendo que arcar com os custos das ferramentas de trabalho, além de serem vítimas de pulverização de agrotóxicos. Na época, o procurador Gustavo Rizzo Ricardo declarou que “A pulverização de agrotóxicos por via aérea demanda a evacuação da área de plantio para a proteção coletiva dos trabalhadores. Contudo, segundo o que já apuramos, os trabalhadores permanecem no local de trabalho e, com isso, recebem uma grande carga de veneno, o que pode levar ao adoecimento em massa, conforme dados levantados pelo Cerest de Registro”.

Procurador do trabalho, Dimas Moreira da Silva também irá declarar que “na região, também existem falsas parcerias entre produtor e trabalhador. Os produtores alojam as pessoas, dizem que são parceiros e pagam o que querem. Isso ocorre na maioria dos sítios da região” e, segundo Lucíola Rodrigues Jaime, delegada do Trabalho de São Paulo, “e de longe uma das situações mais degradantes que já presenciamos⁶³”. Hoje se busca uma integração e diálogo maior entre o setor bananicultor e o Estado, porém, sem nenhuma organização dos trabalhadores, muitas dessas condições continuam sendo praticadas impunemente.

⁶³ Fonte: Jornal Folha de São Paulo. Acessado em 11/11/2015.

Foto 5 - Pulverização aérea sobre bananal



Fonte: Portal O vale do Ribeira <<http://www.ovaledoribeira.com.br/>>

A questão dos agrotóxicos também atinge, além dos trabalhadores assalariados, pequenos produtores onde suas casas e águas de uso doméstico são próximas aos bananais, no quintal de suas casas. Esta é uma característica do cultivo da banana, onde as unidades produtivas têm praticamente só este cultivo em toda a área, inclusive em volta de casa, conforme nos mostra a Foto 6.

Foto 6 - Exemplo de área de produção de banana em 7 Barras



Fonte: Foto do autor

Foto 7 - Ocupação das várzeas com a cultura da banana



Fonte: Foto do autor

Foto 8 – Ocupação das margens do Rio Ribeira com o cultivo da banana



Fonte: Foto do autor

4.5.4 Mineração

Outra ocupação que continua com certa relevância no território é a mineração, por ocupar grandes áreas, comportar uma mineradora de grande porte, como em Cajati, por enfrentar problemas ambientais e com a volta da mineração no Alto Vale que também já sofreu e ainda sofre com passivos, pela disputa de território com comunidades tradicionais e pequenos agricultores posseiros e obter lucros exorbitantes não distribuídos dentro do território.

A mineração industrial no Alto Vale tem início no município de Adrianópolis/PR no ano de 1954 com a exploração de chumbo e prata atingindo também os municípios de Ribeira e Iporanga, porém devido ao esgotamento das jazidas, a empresa fechou em 1995, deixando grande passivo ambiental (CETEM/MCTI, 2014, p. 360) e social (contaminação da população⁶⁴) que ainda permanece.

Exploração de grande relevância para a região está no município de Cajati, onde desde 1938, se inicia a exploração de calcário e a vila que cresce em volta a essa indústria

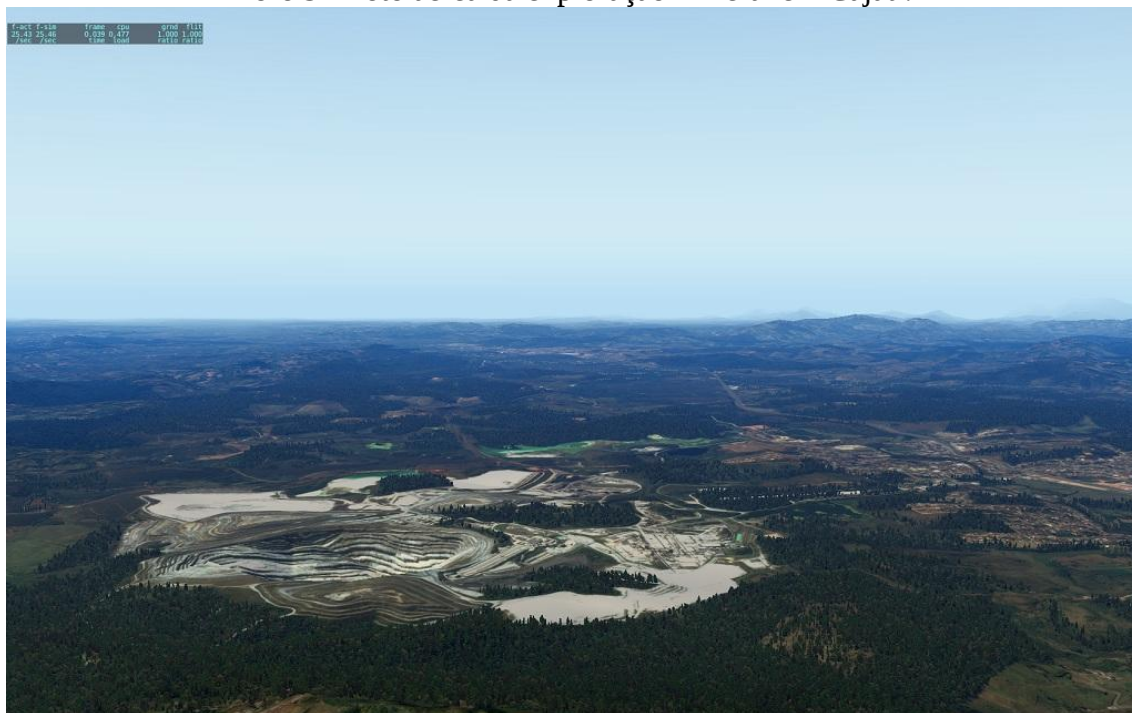
⁶⁴ Para maiores informações: CUNHA et al., 2006; SAKUMA et al., 2010 e CETEM/MCTI, 2014.

posteriormente virará o município de Cajati na década de 1990. Durante a década de 1980 foi ativada a estrada de ferro que ligava o município ao porto de Santos e o transporte de cargas durou até 2003, encerrando as atividades do ramal ferroviário. Hoje se fala e há processos em andamento para a retomada das ferrovias.

Fora instalado um complexo industrial de mineração, beneficiamento e indústria química (BONAS, 2007 apud CETEM/MCTI, 2014, p. 346) que atende tanto o setor industrial, alimentício e agricultura. Em maio de 2010, a Vale adquiriu por US\$1,7 bilhão os ativos da Bunge no Brasil, incluindo a mina de Cajati, que agora pertencem a Vale Fosfatados (VALE, 2011). A empresa gera milhares de toneladas de rejeito, fato preocupante para a região de entorno da mina⁶⁵. Outra questão é que o número de óbitos por câncer no município é acima da média da região, fato que também deixa um alerta em relação a essa atividade.

Apesar de todo o montante de capital gerado pela mineração no município, mesmo assim os índices sociais se assemelham aos dos demais municípios não minerários do território que, ou seja, “a mineração mudou drasticamente a paisagem de Cajati, deixando uma marca indelével em seu relevo, uma mudança, contudo, que não teve correspondência nas condições de vida de sua população” (SILVA-SANCHÉS & SANCHÉZ, s/d, p. 189).

Foro 9 - Foto aérea da exploração mineral em Cajati.

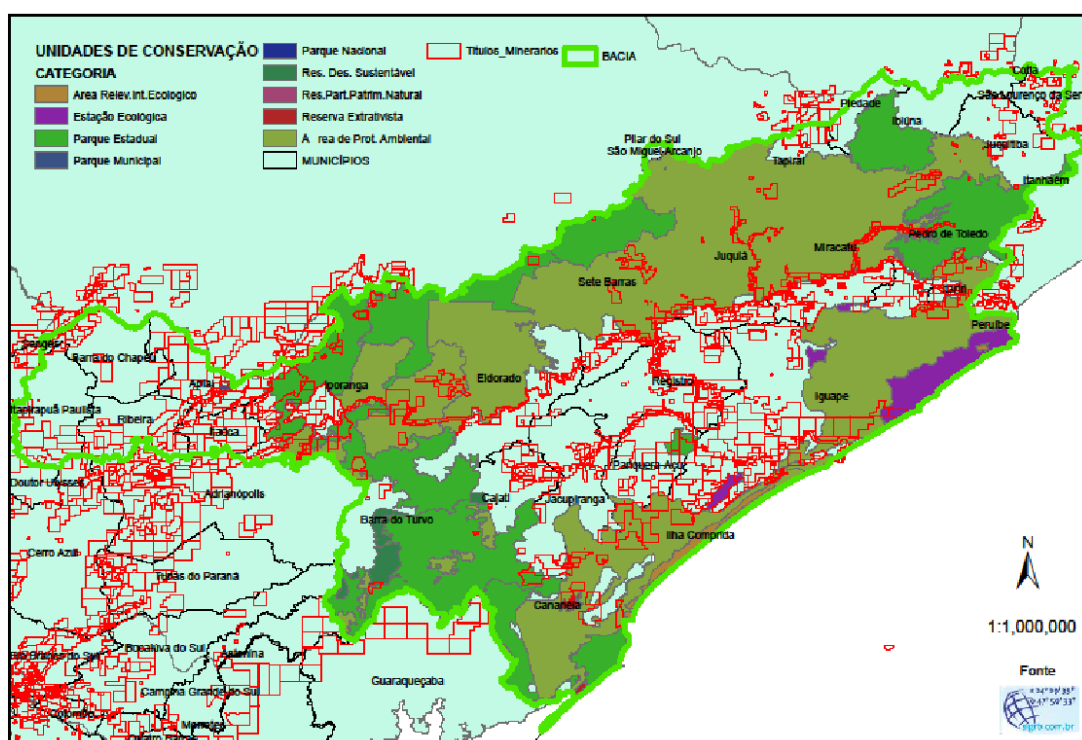


Fonte: Fórum Voo Virtual <<http://www.voovirtual.com/t33618p15-regiao-do-vale-do-ribeira>>

⁶⁵ Maiores informações, CETEM/MCTI, 2014.

A atividade da extração de areia do leito do rio é também desenvolvida por todo o percurso do Rio Ribeira, que pode ser observado no mapa abaixo. Apesar de ser um setor bem controverso em termos de impactos ambientais, se faz muito presente em toda a extensão e não há muitos estudos cerca destes impactos, tendo na Associação dos Mineradores de Areia do Vale do Ribeira e Baixada Santista (AMAVALES) seu principal articulador que inclusive patrocina estudos do Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul (CBH-RB) onde apontam que na água superficial não há impactos sobre a flora e fauna na Bacia Hidrográfica.

Mapa 4 - Pedidos de lavra de mineração na bacia hidrográfica do Rio Ribeira e Unidades de Conservação.



Fonte: Sistema de Informações Geográficas do Ribeira e Litoral Sul, 2000

Neste mapa também buscamos localizar as Unidades de Conservação implantadas na região em suas diversas categorias. A coincidência discutível é de que muitas áreas em estudo e pedido de lavra (como a região do alto vale) coincidem com áreas de Unidades de Conservação que, conforme mostraremos adiante, estão em conflito direto com os territórios de comunidades tradicionais. Porém também podemos constatar que as áreas sem Unidades de Conservação também estão demasiadamente requeridas para fins minerários.

Outra questão sempre presente e fruto de muitos estudos no território, são as barragens, sempre ligadas à produção de energia para a indústria mineral. Se o rio principal

ainda não foi barrado, em outros rios da mesma bacia funcionam hoje 12 usinas, a maioria no Rio Juquiá (SP), que é o seu maior afluente. Mais da metade dessa capacidade instalada pertence a uma única empresa, a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do grupo Votorantim, cuja energia é destinada exclusivamente a essa fábrica localizada nas proximidades de Sorocaba (SEVÁ FILHO e KALINOWSKI, 2012, p. 271). Hoje volta à tona um novo projeto de barragem na altura de Itaóca, também para abastecer a indústria mineral que se encontra em crescimento na região do Alto Vale.

Esse processo de construção das barragens é um tema que marca um processo importante na história das lutas sociais no Vale do Ribeira. Com a ameaça constante da efetivação desses projetos no final da década de 1980, agricultores, ribeirinhos e principalmente a organização das comunidades quilombolas que se agregam no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e no Movimento dos Ameaçados por Barragens (MOAB). Organizados e conhecendo os malefícios dos 4 (quatro) projetos (Tijuco Alto, Funil, Itaoca e Bananal) previstos para o Rio Ribeira, iniciam processo de resistência que segue até hoje, atuando constantemente pela preservação do Rio Ribeira e suas formas de viver. Neste período, este processo de organização também contribuiu para as comunidades tradicionais se organizarem para reivindicar território e melhoria das condições de vida em suas terras, que há muito protegem e de onde tiram seu sustento e modo de vida.

Mais uma vez cabe ressaltar que estes processos de luta, porém também de violência mortes ainda impunes na região.

4.5.5 A atuação do Estado

As ações do Estado na região neste período pós-ditadura será de continuidade das ações na ferrovia, melhorias de rodovias que ligam a região a grandes centros urbanos (a tão sonhada duplicação da BR-116), o estabelecimento de setores ligados a serviços públicos que trouxeram melhorias significativas em alguns setores da saúde e educação.

Com a entrada de Franco Montoro no governo do Estado de São Paulo (1983-1987), busca-se um maior diálogo com a população rural local, onde ele contrata Plínio de Arruda Sampaio para desenvolver o chamado MASTERPLAN, um plano de referência para o entendimento da realidade regional. Neste estudo é constatado que fatores limitantes do desenvolvimento da agricultura na região estariam diretamente ligados à questão do meio físico e a necessidade de regularização fundiária (GIACOMINI, 2010, p. 151).

Além de ações que visavam o cumprimento de contratos do Governo e o investimento

para a consolidação da Revolução Verde no território, diversas ações de capacitação com foco no desenvolvimento sustentável, com princípios da agricultura ecológica são lembrados até hoje por muitos que se tornaram lideranças comunitárias e/ou municipais e técnicos que participaram do processo como uma fase de grande importância para a organização atual de pequenos agricultores no território.

Com a extinção da Sudelpa no começo dos anos 1990, muitos planos ficam sem efetivação e os dois principais gargalos levantados pelo Masterplan se arrastam até os dias atuais.

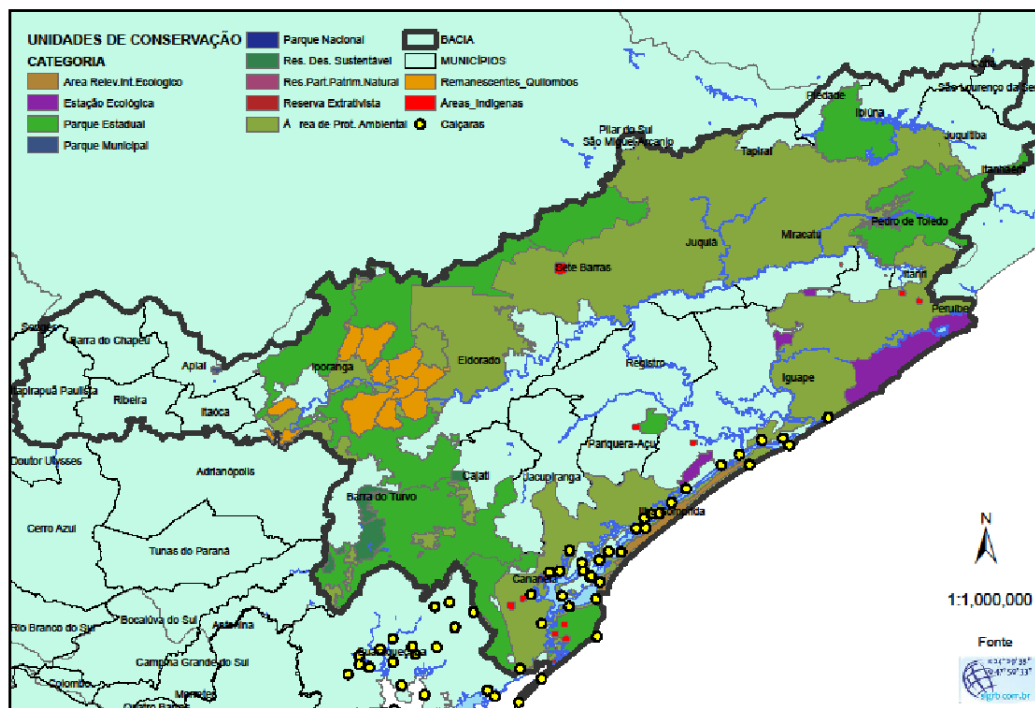
Isso mostra que ações de inserção e envolvimento das comunidades e população do território sempre são interrompidas em trocas de governos e de prioridades. O que tem continuidade são as ações de desenvolvimento de cadeias produtivas como a construção civil (implantação de infraestruturas sociais e aumento das cidades), apoio aos grupos internacionais da mineração e do agronegócio na região, e o crescente mercado de especulação imobiliária, num processo de territorialização do capital debatido por Harvey (2005).

Temos que destacar o estabelecimento de Unidades de Conservação (UCs), que desde 1958 com a criação do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR) e também da Reserva Estadual de Itatins (que culminará na criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins) inicia um processo de disputa e conflito de territórios das comunidades tradicionais (quilombolas, caboclos e ribeirinhos no PETAR e pescadores artesanais e caiçaras da Juréia) e os diversos estilos de Unidade de Conservação implementados na região. O Vale do Ribeira tem 45 Unidades de Conservação (INSTITUTO SOCIAMBIENTAL, 2014) que, conforme o Mapa 5 mostra, são sobrepostas às áreas historicamente ocupadas e manejadas por essas comunidades.

As comunidades e seu modo de agricultura e estilo de vida preservaram toda essa extensão de floresta que o Estado reivindica para as UCs. Isso também cria o preceito de se debater qual a forma de compensação ambiental esses parques trazem se não incluírem as pessoas que contribuíram com essa preservação em detrimento das grandes áreas derrubadas pela intensividade da agricultura industrial-capitalista da região.

Diversas formas de convivência (comunidades e parques) vem sendo buscadas ao mesmo tempo em que processos repressivos sobre as comunidades também vêm sendo relatados. Apesar de toda a resistência e luta, muitas comunidades acabam tendo que negociar e ceder área de seu território aos parques.

Mapa 5 - Unidades de Conservação e territórios de remanescentes de quilombos e comunidades caiçaras no Vale do Ribeira.



Fonte: Sistema de Informações Geográficas do Ribeira e Litoral Sul, 2000

A questão do território para essas comunidades tem relação com seus antepassados e toda a história de vida construída, desde o manejo da coivara, as danças e manifestações religiosas e a manutenção dos recursos naturais como essência do modo de vida tradicional, fruto de muitos estudos antropológicos.

Com o acirramento da legislação ambiental do Bioma Mata Atlântica, aliada às políticas conservacionistas das UCs, cria o preceito de que ao mesmo tempo em que freia o processo de desmatamento intenso do período anterior, proíbe a coivara, um elemento central do modo de vida tradicional da região. Com isso a cultura e religiosidade associada à coivara como os puxirões (ou mutirões) para a derrubada e queima e as festas associadas a estes eventos passam a ser ameaçadas e perdem sentido. Ou seja, a roça de coivara tem um aspecto além das considerações econômicas e de produtividade da agricultura atual.

Nos últimos anos, algumas comunidades, depois de muito debate e disputa de espaço nas leis ambientais, vêm conseguindo liberação do órgão ambiental para a coivara em áreas delimitadas e inspecionadas pela instituição. Porém é um processo que não vem atingindo muito resultado, seja pela demora da burocracia que atrasa as safras agrícolas, mas também por muitas variedades e sementes tradicionais virem perdendo o vigor e germinação, prejudicando os plantios, bem como as mudanças climáticas atuais também atuarem na não

viabilidade dos cultivos.

Muitas políticas de incentivo a algumas cadeias produtivas foram criadas, como o do desenvolvimento da bubalinocultura, da piscicultura, cultivo de maracujá e cítricos, porém nenhuma de fato buscou debater as condições da estrutura fundiária na região e suas problemáticas, não alterando as bases da desigualdade regional.

A partir dos anos 2000, algumas iniciativas que buscaram uma maior participação social e protagonismo das comunidades na elaboração de políticas públicas para o setor. Sendo assim, em 2004, com o incentivo do programa Territórios da Cidadania do Governo Federal se instaura o Território da Cidadania do Vale do Ribeira e o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad) em uma iniciativa de integrar as políticas de diversos Ministérios. As demandas debatidas nesse fórum que consegue por um período mobilizar a sociedade rural a debater suas demandas. É o momento de que algumas demandas de crédito são acionadas através do Programa Nacional da agricultura Familiar (Pronaf), projetos de agroindústrias locais e algumas demandas referentes a acesso à energia elétrica e moradia também conseguem avanços.

Um fruto desse momento é o Plano de Desenvolvimento Territorial do Projeto Vale do Ribeira Sustentável, coordenado pelo Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira (IDESC) que buscou mobilizar e conscientizar a população local sobre suas demandas e possibilidades de acesso a políticas públicas. Contudo, até hoje as demandas estruturantes constatadas no Masterplan (como a regularização fundiária/titulação de territórios tradicionais) continuam como principais gargalos e mais uma vez, ao que parece, não passaram de um plano de desenvolvimento no reino das boas intenções, que não se efetivam. Hoje há a tentativa de retomada desse processo por intermédio do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Vale do Ribeira (Codeter) implementado em 2015.

Mais uma vez os reais conflitos e a questão da distribuição de renda e território não são colocados enquanto prioridade das políticas públicas, deixando claro que o Estado não está interessado em reverter a lógica do acúmulo centralizado e da concentração de renda e território, mas sim ao mesmo tempo que debate o desenvolvimento sustentável, concede áreas a parques penalizando populações camponesas tradicionais, legitima a grilagem de terras e atua para a expansão de setores destrutivos como a mineração.

Outra questão estruturante para as organizações da agricultura familiar e camponesa na região foram as políticas de compras públicas que no último período contribuíram muito para a inclusão produtiva desses setores, criando possibilidade de organização e acesso a

mercado. Políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) estabelecem a partir da segunda metade da década de 2000 as chamadas compras institucionais, que faz com que as organizações tenham um mínimo de compra garantida pelos setores governamentais que, além de se tornarem parte importante da renda dessas famílias, constituem fator indutor para a organização desse setor de forma cooperada.

A alimentação escolar, principalmente dos grandes centros urbanos, ainda é um grande desafio, da forma e possibilidade dessas organizações conseguirem fazer seus produtos chegarem até esses municípios, garantirem a logística, ter uma produção constante e em quantidade suficiente. Algumas tentativas vêm sendo construídas nos últimos anos, incluso o debate de uma cooperativa de segundo grau que congregue as cooperativas locais, porém é uma iniciativa ainda recente para uma análise mais profunda.

Apesar de todo o benefício e possibilidades acima citados, a dependência dessas políticas ou programas de compra pública é uma preocupação. Considerando-as como formas de inclusão e acesso a mercados, ao mesmo tempo não podem ser a única forma de comercialização, visto que em momentos em que há problemas em repasse de verbas ou prestação de contas, deixam uma base de famílias agricultoras sem recurso e pagamento de sua produção o que, além da questão financeira das famílias, pode prejudicar o processo organizativo das instituições e comunidades, gerando descrédito na organização cooperativa.

Estudo do Instituto Socioambiental (ISA), o Projeto Cílios do Ribeira, constatou que no último período houve um aumento de Áreas de Proteção Permanente (APPs) que, mais do que por preocupação ambiental, pode ser atribuída ao abandono de atividades agrícolas, principalmente a banana. Salientam também que apesar de a bacia possuir elevada cobertura de vegetação nativa quando comparada com as demais regiões do estado de São Paulo, é importante salientar que a distribuição desta vegetação não se apresenta de forma homogênea (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2014). Ou seja, apesar da presença maciça de vegetação e corredores importantes de floresta no território, algumas regiões têm menor porcentagem de vegetação como nos municípios de Cajati, Itaóca e Registro⁶⁶ (INSTITUTO

⁶⁶ Como já demonstrado, o município de Cajati aparece nessa estatística por conta da mineração presente no município, fato que também coincide com o município de Itaóca que também tem mineração de calcário e indústria de cimento. Já na cidade de Registro, podemos atribuir essa hipótese no grande crescimento urbano, porém também ao processo vivido pela implantação da monocultura do chá, conforme citado por AOKI (2001).

SOCIOAMBIENTAL, 2014).

Sendo assim, percebe-se que o último período foi de avanços para determinado setor produtivo, com destaque para um crescimento acentuado da atividade minerária na região do Alto Vale e para o desmanche da estrutura produtiva da cadeia do chá, porém com acentuação do processo de concentração fundiária.

As políticas de dinamização da região se basearam em um primeiro momento na estruturação da malha rodoviária e também de funcionamento até os anos 2000 da estrada de ferro para escoamento da mineração de Cajati, se confirmando que foram políticas voltadas a dinamizar a economia de mercado presente no território, baseada no agronegócio (da banana e por um período voltada ao chá) e na atividade minerária. Alguns setores (como o setor da bananicultura entrevistados para o trabalho) ainda acreditam que com a conclusão das obras de duplicação da BR-116 irá dinamizar os setores produtivos e baratear o custo de logística, facilitando o acesso a mercados.

4.5.6 Organização Social e Agroecologia

Ao mesmo tempo em que setores produtivos ligados ao capital comercial, industrial e financeiro se fortalecem no último período, a resistência e organização de setores ligados às comunidades tradicionais e agricultura camponesa que ainda continuam a disputar espaços nas políticas públicas, bem como território que garantam a reprodução de seu modo de vida. Porém ainda há muitas questões ainda sem solução, desde a titulação das comunidades tradicionais, a disputa por território com parques e fazendas, bem como políticas de acesso a educação e saúde e a mercados. Ainda há situações, como a comunidade quilombola de Bombas que ainda não tem estrada que ligue a comunidade ao município de Iporanga onde as famílias apenas chegam à cidade por uma trilha de aproximadamente uma hora caminhando ou a cavalo. Disputam com a Fundação Florestal a possibilidade de uma estrada, porém a burocracia e a falta de vontade política ainda prejudicam a comunidade que também busca formas de licenciar a chegada de energia elétrica para as famílias.

Cabe ressaltar que importantes experiências de organização das comunidades se produziram no território, onde, além de suas associações comunitárias, buscam se organizar em Cooperativas de produção, como a Cooperquivale (Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira) que hoje conta com mais de 200 cooperados das diversas comunidades quilombolas dos municípios de Eldorado e Iporanga.

A cooperação crescente no município de Sete Barras, com experiências como a

Coopafasb (Cooperativa da agricultura Familiar de Sete Barras) com 113 cooperados do município também vem acessando políticas para agroindustrialização de seus produtos, focados na produção de banana e palmito pupunha que também agrega a Rede Sete Barras de Empreendimentos Solidários em uma iniciativa de debater a economia solidária como viabilidade para a cooperação e organização dos agricultores familiares.

É neste meio que se faz o debate da agroecologia hoje no território. Muitos projetos e iniciativas vêm crescendo neste setor, principalmente focados na agricultura familiar. Cabe destaque à Aovale (Associação dos Produtores Orgânicos do Vale do Ribeira) que hoje conta com poucos mais de 30 membros que se organizam principalmente em torno das culturas da banana e do palmito pupunha, buscando acesso a mercados de venda direta, como feiras na baixada santista e na capital, além de acesso a mercados da alimentação escolar.

Outra iniciativa de grande relevância para a região é a Cooperafloresta (Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis), que desde 1998 vem trabalhando a agrofloresta enquanto projeto viável para a agricultura regional, com ótimos resultados até os dias atuais. Hoje, com mais de 100 cooperados, maioria (em torno de 80%) de comunidades quilombolas do entorno, a cooperativa tem se tornando um importante instrumento de organização, onde possui uma agroindústria com capacidade de processar frutas, fazer doces, climatizar a banana, além de caminhões para transporte das mercadorias. Fazem parte da Rede Ecovida de Agroecologia e têm buscado e atingido mercado tanto em Curitiba, quanto em São Paulo. Seus produtos, todos oriundos de Sistemas Agroflorestais de diversas modalidades e idades, mostram a viabilidade da agrofloresta enquanto sistema produtivo e como alternativa às famílias produtoras da região, ao mesmo tempo em que afirmam a vocação florestal dos solos tropicais.

Foto 10 - Agrofloresta, seu Pedro em Barra do Turvo/SP.



Fonte: Foto do autor

Foto 11 - Seu Pedro mostrando a mudança de seu solo em agroflorestal de mais de 10 anos. Barra do Turvo/SP



Fonte: Foto do autor

Projeto importante pela organização na luta pela terra no território é o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Profº Luis David de Macedo, no município de Apiaí, onde organizados pelo Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) o

assentamento foi conquistado após quase 5 (cinco) anos de acampamento, luta e resistência em torno da área e hoje conta com aproximadamente 77 famílias homologadas. Em uma área de 7.000 há, onde mais de 80% é de reserva de mata nativa, conseguiram até hoje infraestruturas como a escola, estradas e energia elétrica (ligada em 2013/14), além de dois tratores e caminhões. O assentamento tem o selo de agricultura orgânica, onde é proibida a prática convencional de agricultura, sendo caso de expulsão da comunidade. Comercializam sua produção em uma Associação própria, quase exclusivamente para o PAA, porém também ainda dependem de vendas a atravessadores.

Foto 12 - Pousio com aveia preta em Apiaí/SP.



Fonte: Foto do autor

Foto 13 - Cultivo de hortaliças na agrofloresta (ao fundo) em Apiaí/SP



Fonte: Foto do autor

O PDS⁶⁷ Alves Teixeira e Pereira, mais conhecido como Guapiruvu, vem da luta de pequenos posseiros do bairro com esse nome que a partir da década de 1960 se organizam e lutam pela regularização de uma área com a premissa de quase dois séculos de convivência entre seus ancestrais e o meio (MELO, s/d). Irão conseguir a imissão de posse das suas terras apenas no ano de 2005 em torno da criação de um assentamento baseado nos preceitos dos PDSs. Tem sua economia voltada principalmente ao cultivo da banana e do palmito pupunha, porém por um longo período, muitos de seus habitantes serão palmiteiros⁶⁸ e demoram a se incorporar à agricultura. Hoje a grande maioria é de pequenos produtores mercantis de banana e se organizam em torno da Cooperagua (Cooperativa Agropecuária de Produtos Sustentáveis do bairro Guapiruvu) e já conseguiram grandes conquistas como estradas, uma agroindústria (para doces, polpas –inclusive da palmeira juçara, e chips de banana), caminhão e trator. Também integram outras cooperativas ligadas ao setor da banana e dos pequenos agricultores da região.

⁶⁷ Projeto de Desenvolvimento Sustentável, onde, segundo o INCRA (2000) permitem respeitar a vocação florestal da região e minimizar o impacto ambiental dos projetos de assentamentos.

⁶⁸ nome dado aos extrativistas ilegais de palmito juçara.

É também neste assentamento que estão experiências importantes de agrofloresta e produção agroecológica da banana que comercializam muitas vezes em conjunto com banana convencional, porém já conseguem comércio para o produto orgânico.

Neste desenho da região, projetos e territórios são disputados entre a forma organizacional que acompanha e cumpre seu papel dentro dos propósitos de acúmulo dos setores capitalistas. Isto é caracterizado, por exemplo, pelas empresas que investem no setor mineral e energético e extraem lucro sobre a exploração do recurso natural e da mão de obra local; na atualidade da bananicultura que cada vez se concentra mais; da aquisição de áreas de empresas com interesses ambientais e especulação imobiliária. Ao mesmo também é caracterizado com o fim do cultivo do chá que, com os volumes e montantes de divisas que gerou para as indústrias e setores capitalistas ligados à cadeia produtiva se retira da região no momento em que cessa a possibilidade do acúmulo, deixando todo um passivo social. É o caso também da mineração que, seguindo as mesmas premissas, deixa passivos ambientais e sociais até hoje não solucionados.

Vale mais uma vez ressaltar o salto positivo e qualitativo da organização em torno dos movimentos MAB e MOAB, já citados anteriormente, na luta e resistência contra os projetos de barragens que para além da temática, organiza as famílias e comunidades em torno de associações, projetos de venda e questões de autonomia e protagonismo das comunidades na luta pela terra e território.

4.5.7 Ensaio sobre as tipologias de Sistemas Agrários na agricultura atual do território

Algumas tipologias no último período entraram em decadência como o caso de produtores de chá e o fim da cadeia produtiva, a coivara com as restrições de leis ambientais, ao mesmo tempo fazendas e pequenos produtores mercantis são o reflexo da agricultura industrial local e emergem formas de organizar em torno de projetos de reforma agrária e da proposta da agroecologia.

Este também seria o momento de aprofundamento do funcionamento de cada tipologia estabelecida. Sendo assim, buscamos nos atentar para questões relacionadas à forma de produção, as condições de circulação de mercadorias, bem como a relação com a natureza, o grupo social a qual pertencem e etc.

Algumas cadeias produtivas cresceram muito como o cultivo de palmito pupunha que se espalhou por todo o território, mas que ainda não há estudos e dados concretos de sua distribuição no território; como o arroz em Iguape, onde o IBGE aponta que em 2014 foram

cultivados 600 há; o plantio de tomate na região de Apiaí, grande concentradora de capitais naquela porção (Foto5); hoje o maior rebanho de bubalinos de São Paulo se encontra na região, se concentrando em alguns municípios (como Barra do Turvo) e sua estrutura estará baseada mais em fazendas, mesmo encontrando rebanhos em pequenos agricultores e voltada para a produção de leite.

Mesmo estas cadeias ocuparem parte do território, não apontaremos estas enquanto tipologias estruturantes na dinâmica territorial para o presente momento de análise, as diluindo dentro das tipologias que apontaremos abaixo.

Foto 14 - Fazenda com produção de tomate no município de Apiaí/SP.



Montagem e adaptação: Maria Dolores Rubio

4.5.7.1 Comunidades tradicionais

As comunidades tradicionais formam a diversidade de populações que habitaram e habitam historicamente o território. Nesta mescla, caiçaras, indígenas, caboclos, ribeirinhos e quilombolas são os responsáveis pela conservação da grande riqueza biológica da região (PINTO, 2014, p. 82).

Desde o litoral, os caiçaras surgem da mescla dos colonizadores com negros e indígenas e continuam na busca por reconhecimento e ocupam toda a costa litorânea do território e suas lutas e resistência em garantir sua reprodução do modo de vida, onde são proibidos de fazer suas roças de coivara, utilizar madeiras para casas e barcos. A atividade principal continua a pesca artesanal nos braços de mar, porém dependem do escoamento de atravessadores em estruturas como Ceasas locais, que distribuem o produto para os grandes centros, principalmente São Paulo. Sendo assim vêem parte de sua relação com a natureza ser quebrada, porém ainda praticando uma pesca artesanal, utilizando o conhecimento tradicional

e mantendo suas formas diversas de relação com o mar.

Os indígenas são o grupo que mais sofreram e sofrem com as pressões sociais desde o período da colonização. Com a chegada dos parques são obrigados a conviver nestas áreas com todas suas restrições. Calcula-se uma população de aproximadamente 400 indígenas sobreviventes, distribuídos em 10 aldeias⁶⁹ da etnia Guarani, pertencentes aos subgrupos Mbyá e Ñandeva. Hoje praticam uma agricultura mais voltada à questão religiosa e de pouca subsistência onde têm uma alta dependência de políticas de órgãos públicos e de setores da igreja. Algumas iniciativas de artesanato para geração de renda são encontradas, porém o extrativismo (principalmente de palmito) continua sendo uma fonte de renda para alguns indivíduos dentro dessas aldeias.

Segundo estudo do Instituto Sociambiental (INSTITUTO SOCIAMBIENTAL, 2013), hoje existem 63 comunidades quilombolas na região (em detrimento de 45 conforme levantamento do Itesp) em diversos estágios de reconhecimento jurídico, desde apenas ainda apontadas⁷⁰, outras em estágio de identificação (já com ato normativo por parte do Estado e/ou certificado da Fundação Palmares), além de outras já reconhecidas, com registro ou título parcial ou integral. Estas comunidades sobrevivem também em diversos estágios organizativos, algumas com associação forte e processos de venda da produção (banana e olerícolas em geral) mais avançados e outras ainda buscam condições básicas para viabilizar uma forma digna de sobrevivência.

Por exemplo, a comunidade do Ivaporunduva, primeiro quilombo reconhecido e com um grau [intermediário-avançado] de organização permitiu a certificação orgânica de sua produção e hoje têm uma boa comercialização do produto, porém ainda dependente de atravessadores em alguns momentos. Também conseguiram uma ponte de concreto para acesso á comunidade, o que melhora o aspecto tanto do acesso á comunidade quanto ao escoamento da produção, que antes dependia de balsa⁷¹ para atravessar o rio. Segundo membros da associação a segunda maior renda da comunidade vem do turismo comunitário, onde a comunidade conta com uma estrutura para recepção de turistas com espaço para alojamento e refeição. Recebem principalmente grupos escolares e universitários.

⁶⁹ Esses números variam com o passar do tempo, devido a algumas mudanças de localização das aldeias pelo território.

⁷⁰ Primeira sinalização de existência do Território Quilombola, ainda sem nenhum ato normativo jurídico vinculado. Considerando apontamento feito pelo Estado ou Movimento Social.

⁷¹ Vale destacar que essa ponte foi a única implantada até hoje apesar de outras tantas comunidades Rio Ribeira acima ainda dependem das balsas para chegarem às cidades.

Ao mesmo tempo, comunidades, como a de Bombas, já citada, ainda luta por ter acesso a energia elétrica e uma estrada de acesso à comunidade. Também cabe destaque para a iniciativa da Cooperquivale que, apesar de toda a dificuldade de gestão da cooperativa e de logística (desde buscar produtos nas comunidades até a entrega), vem buscando sobreviver como forma organizativa das comunidades, porém hoje depende de apenas um projeto de PAA recém aprovado. A produção em sua maioria não advém mais das coivaras, onde algumas experiências de áreas liberadas de roça não deram muito resultado, mas sim dos quintais ou algumas áreas abertas que permaneceram.

Os caboclos de Iporanga hoje lutam pela criação de uma RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável) do bairro Ribeirão dos Camargo, onde veem na criação desta reserva uma oportunidade de poder usufruir da natureza, na sua forma tradicional de uso e convivência, porém, apesar de alguns avanços, não há uma solução clara. O pedido de criação já foi protocolado na Fundação Florestal, com os estudos antropológicos e demais documentos demandados pela instituição, porém a Associação local ainda cobra uma resposta do governo. A comunidade viu seu território ser sobreposto pelo PETAR e com todas suas restrições, vem buscando modos de sobreviver. No ano de 2015 conseguiram a liberação de algumas roças, porém por ser um ano muito chuvoso, muito pouco foi plantado. Ou seja, a produção de subsistência, embora comercializem parte de sua produção, ainda é a principal luta e forma de sobrevivência da comunidade.

Foto 15 - Roça de coivara da Sra. Dirce, na comunidade cabocla do bairro Ribeirão dos Camargo em Iporanga São Paulo.



Fonte: Cedido por Maria Dolores Rubio

Sendo assim, pode-se dizer que o sistema de coivara vive uma crise que vem se alongando desde a década de 1990 e apenas resiste por reproduzir um modo de vida das comunidades e a relação destas com a natureza. Alguns estudos vêm demonstrando a viabilidade dessas roças, enquanto espaço de convivência e sobrevivências das comunidades, mas também em seu aspecto produtivo na diversidade biológica e agrobiodiversidade. Levantamento recente feito pelo Instituto Socioambiental, em parceria com a Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica, diagnosticou em 11 comunidades, a presença de dez variedades de milho, oito de feijão, oito de arroz e 14 variedades de mandioca atualmente cultivadas⁷². Ou seja, estas roças têm um apreço para além da cultura e sobrevivência das comunidades, mas também pela agrobiodiversidade e para a agroecologia no território.

Estudos também buscam apontar que o uso do fogo também não prejudica a biodiversidade do solo, por ser manejado de forma consciente e controlada. Porém, até o momento, não há uma solução que aponte caminhos de convivência entre parques, leis ambientais e sistemas de coivara adotados pelas comunidades tradicionais.

Outra questão percebida pela pesquisa, foi que com a chegada de estradas e uma

⁷² www.socioambiental.org

certa infraestrutura nas comunidades, a possibilidade de entrada no mercado agrícola se torna real. Sendo assim, algumas comunidades vêm conseguindo estruturar agroindústrias artesanais, viabilizar caminhões para entrega da produção (como no caso da comunidade São Pedro, em Eldorado, que conseguiu um caminhão em 2015 pelo projeto Microbacias em parceria com o Governo do Estado de São Paulo) e acessar políticas de compra pública como o PAA e PNAE. Porém ao mesmo tempo vê-se claramente que a hegemonia do processo capitalista de mercado e suas determinantes (expressadas na Revolução Verde) criam processos que os levam, por exemplo, a acentuar a implantação de monoculturas como a do palmito pupunha e a utilizar o pacote de insumos sintéticos, práticas até então muito pouco utilizadas nas áreas de cultivo das comunidades.

4.5.7.2 Pequenos posseiros, caipiras (parte dos ex-produtores de chá e banana)

Este grupo de produtores, remanescentes do período pós-imigração, não serão incorporados pela bananicultura e pelo chá, tampouco, pela lógica da revolução verde (crédito agrícola, monocultura e intensificação no uso de insumos) pelas razões históricas já debatidas. Continuaram até em meados de 1990 praticando uma agricultura de coivara, tendo o extrativismo (de madeira e palmito principalmente) como fonte de renda complementar. Porém também serão atingidos pela legislação ambiental que os impede de desenvolver a coivara. Ao perder a atividade agrícola de subsistência, resta a esse grupo se incorporar ao modelo agrícola comercial (de mercado), procurar por outra atividade (agrícola ou não agrícola), ou trabalhar na ilegalidade, principalmente no extrativismo que ainda persiste no território.

Muitos imigrantes que não conseguem sobreviver aos modos impostos ou se endividam nos comércios locais ou com as cooperativas e indústrias do chá, também irão buscar formas de trabalho que se assemelham mais a este grupo, ao modo camponês ou de vida tradicional no território. Este se assemelha ao processo de recampesinação apontado por Ploeg (2008) como a “expressão moderna para a luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privatização e dependência” (PLOEG, 2008, p.23), apontando com uma reconversão de agricultores empresariais/mercantis para camponeses, na busca de maior autonomia e desenvolvimento de atividades produtivas cada vez mais distanciadas do mercado.

Sendo assim, o processo analisado por Müller (1980) de acentuação da diminuição dos

cultivos de subsistência, ou produção ‘promíscua’ como o próprio autor trabalha, terá continuidade no próximo período. Analisando os dados LUPA e comparando os dois levantamentos, de 1996/97 e 2007/08, vemos a diminuição de aproximadamente 14.000 ha de lavouras temporárias e aproximadamente 1.132 unidades produtivas não foram mais cadastradas desenvolvendo esta agricultura no território. Com certeza, dentro destes dados, estarão pequenos produtores com viés mercantil, porém de atividades que não perduram por muito tempo na região.

Mesmo se reduzirmos pela metade os dois números (área e número de UPAs) não atingirá nem a metade da perda relacionada às culturas permanentes. O questionamento a ser feito é: qual setor teve maiores perdas significativas com as políticas do último período. O das monoculturas (culturas permanentes e pastagem) ou o da agricultura familiar, e camponesa?

Estes agricultores também fizeram parte dos programas de assistência técnica, onde participaram de muitas capacitações e também incorporam o uso de agrotóxicos e adubos sintéticos, adotando a premissa de que “sem veneno não dá”, “sem veneno e adubo na medida não vai” e assim por diante. Estes estão distribuídos em todos os municípios do território e buscam sobreviver na agricultura, porém também não conseguem desenvolver uma agricultura comercial estritamente por ter uma característica de trabalho mais familiar e ainda de subsistência, por ainda terem uma certa relação com a natureza (caça, uso de madeira e medicamentos fitoterápicos) e não conseguem acesso a créditos muitas vezes.

Também são posseiros que não têm a segurança jurídica de sua terra, onde muitos já as ocupam há mais de 30 anos, porém com contratos de posse, contratos de compra e venda de imóveis, apenas com assinaturas reconhecidas em cartório. É, por exemplo, a situação dos moradores do bairro Ribeirão Branco da Mota, no município de Registro que têm um histórico de luta e resistência ali em suas terras, inclusive de conflito com pistoleiros e que até hoje continuam se organizando, produzindo e resistindo em suas terras, porém sem qualquer segurança jurídica sobre a posse da terra, sendo constantemente ameaçados por supostos “donos da terra”.

É neste meio que surgem também experiências exitosas em agroecologia. Experiências como a das agroflorestas em Barra do Turvo e Cananéia que já se espalham em demais regiões do território, bem como de produção agroecológica de banana em Sete Barras e de pequenos produtores organizados pela Cooperativa Família do Vale com sua sede em Registro e da já citada Aovale. Alguns adotam a agroecologia por já terem experiências ruins com o

uso de agrotóxico⁷³, pela opção financeira (a exemplo das compras institucionais que agregam 30% ao valor do produto orgânico) ou pela opção ideológica e de relação da família com a natureza.

Outra realidade para estas famílias é a busca por trabalho externo, onde a renda ou a totalidade da renda não virá da produção agrícola, além de boa parte ter os filhos trabalhando fora da propriedade em atividades não relacionadas com a terra.

A comercialização dos produtos agrícolas deste grupo terá dois caminhos principais: atravessadores e coletiva/organizada. Os atravessadores irão revender os produtos principalmente na estrutura do Ceagesp em São Paulo e as vendas coletivas/organizadas serão caracterizadas pelas vendas praticadas pelas Associações e cooperativas buscando principalmente o mercado de compras institucionais como o PAA e o PNAE.

4.5.7.3 Pequenos produtores mercantis de chá

Conforme já demonstrado anteriormente, parte da produção do chá para as indústrias locais vieram de pequenos produtores que utilizavam mão de obra basicamente familiar. Porém, com a mecanização e intensificação da agricultura, irão incorporar mão de obra externa e industrializar o modo de operar da unidade produtiva. Isto lhes confere a característica de pequenos produtores mercantis, visto que irão produzir exclusivamente chá, ocupando toda a área produtiva e explorarão o trabalho para a obtenção de lucro sobre a venda da folha do chá, onde passam a ser também administradores e não mais trabalhadores diretos⁷⁴.

São unidades produtivas que serão incorporadas pela Revolução Verde, serão atendidos pela assistência técnica clássica, onde alguns entrevistados irão dizer que em sua maioria, essa assistência virá das cooperativas ou atendimento particular a eles. A produção ficava já comprometida com a indústria e/ou cooperativa que também lhes forneciam os insumos, conforme já debatido.

Com a falência da CAC e a desestruturação da cadeia, este grupo será o primeiro a sentir o abandono do capital industrial na agricultura e um certo vácuo após a decadência de um processo de integração dependente, como este.

Hoje o que se vê nessas áreas são capoeiras de floresta em estágio secundário com

⁷³ Os principais descontentamentos citados foram a contaminação da pessoa ou de um parente; agrotóxicos que já não respondem a doenças e percebem que cada vez mais têm que utilizar mais produtos e uma maior dose.

⁷⁴ Com certeza, uma parte destas famílias também trabalhará no cultivo a campo, porém pelas características acima citadas, utilizamos estas premissas para inclui-los neste grupo.

chazais no meio que já não podem ser derrubado. Muitos buscam outro caminho como o cultivo do palmito pupunha e/ou da banana, porém mantendo praticamente as mesmas características e práticas agrícolas. Outra parte acaba “pulando” para a caipirização, ou se recampesinizam na busca de se manter em uma agricultura mais diversificada.

4.5.7.4 Pequenos produtores mercantis de banana

Este grupo ainda sobrevive dentro da cadeia da banana, utilizando de mão de obra familiar, porém com trabalhadores permanentes e temporários em sua produção. Sua inserção no mercado capitalista se dará na exploração da mão de obra e/ou na forma de agricultura praticada totalmente dependente da economia de mercado (insumos e comércio).

Boa parte se aprofundará no uso das tecnologias e adoção de práticas como a pulverização aérea, adubação química e etc., porém também muitos farão um manejo menos intensivo. Estes, segundo conversas e nas entrevistas para o trabalho, estão cada vez mais inviabilizados, principalmente pelo alto custo e baixa produtividade. Suas unidades produtivas se baseiam principalmente no monocultivo, se encontrando muito poucos cultivos temporários alternativos ou criação animal nessas áreas.

Muitos irão confirmar que girou muito dinheiro em torno dessa cadeia na década de 1990, como no relato de um produtor em Sete Barras que disse: “*Com 1(um) hectare de banana, em dois cortes, tirei um carro*”, período o qual ele se referiu como “época de ouro” com as vendas para a capital paulista.

Dependerão também de atravessadores na venda dos produtos. Há algumas iniciativas de organização cooperativa como em Miracatu e Registro, porém são organizações que congregam médios e grandes produtores o que contribui muitas vezes na fluidez de vendas, mas também tira o protagonismo e a possibilidade de organização para além da produção. Há também iniciativa de pequenos produtores como em Sete Barras, já citada no trabalho, que também busca para além do mercado convencional, as compras públicas como o PAA e PNAE.

4.5.7.5 Meeiros

Os meeiros irão praticamente se extinguir após década de 1980 na produção do chá, muito devido à intensificação da agricultura e sua industrialização que faz com que esse grupo ou se torne um trabalhador da fazenda ou busque outras atividades rurais ou não rurais.

4.5.7.6 Assentamentos de Reforma Agrária

A luta pela regularização fundiária no território cria premissas para o debate da forma como se distribuíram as terras no território. Há ainda controvérsias na região, inclusive entre os órgãos oficiais, da quantidade e localização das terras devolutas. Nesse interím também é constante a constatação de grilagens de terras, visto não haver um controle ou programa de legalização das posses de terra, fato já debatido como sendo uma das bandeiras históricas das lutas sociais locais.

Sendo assim, a luta para incluir trabalhadores sem terra e estes poderem acessar um pedaço de terra para sobreviver, também será palco de lutas e resistência, onde destacamos dois projetos: um provém de agricultores posseiros já instalados no local que reivindicam a posse da terra e se torna um assentamento e outro que será fruto da luta contra o latifúndio na região.

Os projetos de assentamento presentes no território, já demonstrados acima, veem mostrando sua viabilidade não só na produção agroecológica, como também na possibilidade de latifúndios e fazendas improdutivas na região poderem dar lugar a um processo de distribuição de terras que assumam responsabilidades sociais e ambientais.

4.5.7.7 Fazendas de chá

Estas fazendas no período pós-ditadura estavam sob controle dos imigrantes que prosperaram com o início do cultivo do chá e adotaram as medidas propagadas pelo governo e suas instituições, mas também por empresas estrangeiras que investem no setor tanto em indústrias como na compra de terras para estabelecimento da cultura.

Acentuam sua participação nas cooperativas, vendem a produção para outras indústrias, além de muitas terem suas próprias indústrias de chá, sendo praticamente tudo comercializado para exportação.

Após a implantação do projeto neoliberal dos anos 1990 a única fazenda e indústria que sobrevive na região, de propriedade da família Amaya, atualmente trabalha a busca de mercado interno, porém, como explicitado anteriormente, sua capacidade produtiva está acima do consumo interno médio de chá preto. Hoje tentam sua inserção no crescente mercado do chá verde.

Com o fim da cadeia produtiva (no começo dos anos 2000) algumas empresas, abandonam a região e a atividade, deixando milhares de hectares de terra abandonados (como

no caso da Fazenda Ouro Verde no município de Pariqueira-Açu), além de ociosidade de grandes estruturas e equipamentos da produção do chá. Atualmente buscam se inserir em outros mercados como da banana e palmito pupunha.

4.5.7.8 Fazendas de banana

No último período, o setor da bananicultura está em alerta devido aos altos custos de produção, principalmente aliado à doença da Sigatoka Negra. Estes processos têm aumentado a concentração da produção da fruta em torno de fazendas ou famílias de fazendeiros que se mantêm no setor e continuam adquirindo novas áreas.

Apesar de sempre serem colocados enquanto geradores de emprego e renda nas áreas rurais dos municípios, hoje muito se cobra a respeito das condições precárias a qual os trabalhadores são submetidos, bem como a questão ambiental na aplicação dos agrotóxicos na pulverização aérea. Esta preocupação se dá principalmente por parte dessas fazendas historicamente ocuparem grandes áreas de várzea do Rio Ribeira.

Uma parte comercializa com atravessadores, porém também muitos fazendeiros têm sua própria estrutura de beneficiamento e logística. Não há formas cooperadas e/ou organizadas de comercialização.

Serão caracterizados pela monocultura da banana, com uso intensivo de adubos e agrotóxicos e pela exploração de mão de obra em todos os setores da cadeia, desde a limpeza e manutenção dos bananais, até no beneficiamento e embalagem. Apesar de os dados do LUPA indicarem que na área agrícola regional há aproximadamente 9.200 trabalhadores assalariados rurais, o setor afirma que há por volta de 40.000 trabalhadores envolvidos na bananicultura.

Sua produção é majoritariamente para o comércio nacional, sendo vendida nos grandes centros como o Ceasa/Ceagesp.

4.5.7.9 Latifúndio

A presença do latifúndio na região vem desde a ocupação colonial e distribuição de terras ao longo de todo o período histórico aqui relatado. Pela questão da não divulgação de dados oficiais ou de uma política de regularização fundiária no território, o latifúndio, enquanto expressão do atraso legal e como parte do avanço capitalista sobre os territórios na região será relacionado ao grilo de terras e ao processo de especulação imobiliária.

Na década de 1950 em diante, com a valorização das terras de várzea para o cultivo da banana, viu o preço da terra nessas áreas subir absurdamente segundo relatos históricos, porém não necessariamente foram adquiridos para fins da produção. Nas décadas seguintes, esse processo se dará com a questão da construção e duplicação da BR-116, e algumas rodovias de ligação regional valorizando as terras do entorno.

Estes se caracterizam por vastas áreas de pastagens e de muito pouca ou quase nula atividade agrícola, utilizando a terra apenas como mercadoria e de especulação no mercado imobiliário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se com o presente trabalho, buscar uma forma de leitura à luz das ciências geográficas que conseguisse compreender o território enquanto um “território usado” e historicamente forjado pelas condições materiais que se efetivam nas relações de produção estabelecidas entre as forças produtivas construindo este “espaço regional”, seguindo as palavras de Harvey (2005).

Optamos pela análise-diagnóstico dos Sistemas Agrários por compreender que sua teoria, enquanto ferramenta de leitura histórica pode vir a ser um instrumento de reflexão sobre as transformações ao longo da história nos territórios, no intuito de trazer à tona considerações importantes para o entendimento dos caminhos adotados na consolidação do sistema capitalista de produção, por considerar não apenas a descrição da história, mas buscar a análise crítica ao inserir as condições sociais fora das fronteiras regionais, suas influências e confluências diretas.

Nestes termos, o desafio lançado foi de buscar como aprofundar o conhecimento sobre o território do Vale do Ribeira na sua história e atualidade, considerando a luta de classes na contradição entre o capital e o trabalho e buscando como estas relações se constituíram na produção e no consumo, na oferta e na procura (por mercadorias e força de trabalho), na produção e na realização, na luta de classes e na acumulação, na cultura e no estilo de vida, “em uma soma de forças produtivas e de relações sociais” (HARVEY, 2005, p. 145).

Sendo assim, uma análise histórica e crítica, dialeticamente deve dialogar entre a totalidade, ou buscar a essência a partir do esforço de reconhecer o movimento histórico da formação da sociedade como um todo, que dentro do contexto histórico dos casos em particular estudados, se cruzarão e se influenciarão.

Nos desafiamos a utilizar, dentro da análise diagnóstico, três pontos principais propostos por Mazoyer (1987): a análise global da região em uma leitura em que nos confirme o território enquanto um espaço de disputa de projetos e convivência histórica; a *análise dos* sistemas de produção no intuito de buscar tipologias e formas de organizar a agricultura naquele período histórico estudado e; a análise da unidade produtiva como forma de conhecer o funcionamento interno das tipologias levantadas.

Podemos apontar que a análise proposta da metodologia trouxe a possibilidade de uma análise histórica, de buscar o conhecimento crítico nas correlações de classe, no estabelecimento de determinadas forças produtivas nas relações de produção forjada entre a luta de classes no território. Essa escolha se torna um desafio ao buscar analisar situações

concretas, de conhecer a essência de determinado movimento na história à luz do olhar dialético.

Sendo assim, os passos de conhecer o território, hierarquizar tipologias no sistema agrário do período e buscar conhecer os porquês das escolhas e formas de agir dentro dessas permitiu, ao mesmo tempo, caminhar entre estas três esferas (análise global, dos sistemas de produção e agroecossistemas) e relacioná-las com o todo no momento de se aprofundar nas particularidades. A maior dificuldade no momento de conhecer as tipologias está no perigoso caminho de poder generalizar o exemplo estudado como sendo majoritário dentro de uma tipologia, ou mesmo a forma de direcionar a entrevista pode não trazer as respostas esperadas para o montante do trabalho.

Por isso, podemos afirmar que o ponto de conhecer a particularidade das tipologias não foi contemplado em sua totalidade primeiramente por conta da escolha apenas da entrevista semi-estruturada que, apesar da acertiva da forma de diálogo, não conseguiu direcionar um conhecimento sistemático da movimentação de mercadorias (internas e externas) e um levantamento sistemático da economia do agroecossistema, porém sim permitiu uma aproximação maior das histórias e das escolhas tomadas pelos entrevistados.

Este desafio colocado teve como palco o Vale do Ribeira em sua porção paulista, uma região que marca os primeiros aglomerados e povoamentos no Estado de São Paulo ao mesmo tempo em que nos últimos períodos continua sendo apontada como a região com menores índices sociais do Estado, em detrimento de possuir 21% de tudo o que restou do Bioma Mata Atlântica nacional, com uma vasta riqueza biológica (inclusive fauna e floras endêmicas) e a maior concentração de comunidades tradicionais do Estado com uma riqueza cultural e produtiva popular e ainda enraizada nas antigas formas de viver da região.

Sem um olhar crítico da história da ocupação e dos conflitos historicamente forjados na disputa por territórios e projetos, seria uma análise estanque e puramente descritiva. Nisso, a teoria e a metodologia de trabalho para leitura dos Sistemas Agrários pode contribuir, principalmente no momento de compreender ocupação do território como um todo. Exemplo disso pode ser dado na análise de que as ações do Estado se deslocam ou se alocam no território com as possibilidades de ganho e acúmulo de determinados setores privados, em detrimento da organização em torno do modo de ser das populações que ali habitam e constroem o conhecimento e a relação com a natureza no território.

Como exemplo, referindo-se ao presente trabalho, podemos utilizar a questão da obra do Valo Grande. Apesar de ser apontada como um dos fatores de desestruturação da cadeia produtiva do arroz no século XIX por acabar com a navegação do Rio Ribeira, principal via

de escoamento da produção, a proposta de sua construção estava diretamente ligada em buscar meios de dinamizar o fluxo dessa mercadoria e fortalecer o acúmulo dos fazendeiros e donos de engenho e comércio na região. Porém, deve-se levar em conta que ao mesmo tempo as movimentações que aconteciam em outras regiões do país, principalmente na produção do café, drenaram os investimentos de capital e mão de obra naquele momento histórico. Ao final do século, viveu-se a ebulição em torno da abolição do trabalho escravo, que desmonta toda a estrutura regional direcionada ao acúmulo em torno da cultura do arroz (que era escravocrata), ao mesmo tempo em que a massa de trabalhadores imigrante vindoura se direciona em quase sua totalidade para a produção do café.

Esta estagnação da crise do arroz também forja a figura do caipira que, ao não se incorporar às premissas e dinâmicas sociais (e mercantis) da época e já adaptado às condições da região criam sua própria forma de sobrevivência e subsistência, suas manifestações culturais e de trabalho diretamente relacionados com a natureza que têm sua importância até os dias atuais.

Ou seja, colocar apenas um fator como desencadeador da desestruturação de uma cadeia produtiva que dava as relações sociais de produção e delimitava as forças produtivas na região não nos daria a visão das mudanças nessas dinâmicas em sua essência e muito menos nos permitira visualizar as consequências desse processo como, por exemplo, a figura do caipira ou mesmo uma melhor compreensão sobre a vinda de imigrantes para o território.

A leitura proposta nos permitiu perceber que a circulação de mercadorias se altera com a vinda dos imigrantes no início do século XX, que traz consigo as condições para uma nova relação de produção e circulação (de trabalho e mercadorias) no momento em que o Brasil se abria para a industrialização. A agricultura ganharia seu papel neste momento histórico abrindo as premissas para a implantação da Revolução Verde, que na região será baseada nas mercadorias do chá e da banana. O enraizamento dessa industrialização, em conjunto com o crescimento das cidades para permitir essa circulação (de trabalho, capital e mercadoria) também virá com a implantação de estruturas fixas e sociais na região como o Hospital Regional, a abertura e ligação de São Paulo ao Sul pela BR-116 que utilizariam a força de trabalho de muitos camponeses posseiros (ou caipiras). Estes, por perdem suas terras nas dívidas deixadas pelo ciclo do arroz ou por não terem as condições materiais de arcar com as condições que a banana e o chá exigiam (monocultura, investimentos em insumos, mão de obra externa), terão que buscar “trabalho acessório” como pontuou Kautsky (1986), ou seja, uma renda não agrícola.

Outra questão que se buscou foi como as formas de luta e resistência presentes no

território permitiram ou não territorializar determinadas ações e/ou práticas que possam, no centro do enfrentamento entre projetos e classes, forjar novos espaços de convivência na relação ser humano-natureza em contraposição à exploração do capital sobre o trabalho e os recursos naturais.

Nesse intuito pudemos constatar a resistência das comunidades tradicionais que ainda mantém sua forma de vida ligada à roça de coivara, que mesmo passando pelas transformações históricas do território, com projetos e tendências totalmente contraditórias a esse modo de vida. Sendo assim, parte dessas famílias vão trabalhar na cidade ou nas fazendas e outra parte resiste em suas comunidades. Mesmo com a sobreposição de Unidades de Conservação nas matas e áreas de roça preservadas por estas famílias, a agrobiodiversidade local com variedades de plantas que já passaram por gerações são mantidas e, ainda produtivas e adaptadas à região e à coivara, resistem em sua cultura e muito têm a contribuir na construção do conhecimento agroecológico no território.

Sem compreender as formas de distribuição de terras, desde as sesmarias, passando pela Lei de Terras e o Estatuto da Terra, não dá para compreender o porquê de sempre as terras estarem nas mãos de oligarquias ou setores ligados ao capital comercial, industrial e atualmente do capital financeiro em detrimento de espaço de disputa, que culmina em luta por terra e projetos que busquem uma maior convivência com a forma de produzir alimentos e toda a peculiaridade natural e social do território. Isso faz compreender também como um dos fatores que culmina na vinda de assentamentos que, aliados à luta por terra, se colocam enquanto protagonistas de uma nova forma de lutar, se organizar e enxergar a natureza.

A resistência da população local contra grandes projetos ligados à mineração e ao setor energético, materializados na presença de movimentos sociais que já resistem há mais de 20 anos é mais uma consequência dessa territorialização do capital e suas estruturas no território. Tendo consciência que esses processos que acabariam com o estilo de vida de toda a extensão do Rio Ribeira, organizaram-se e até o presente momento conseguiram frear o processo, onde continuam no embate e debate sobre qual Vale do Ribeira querem e o que querem para suas terras e das futuras gerações do território.

Sendo assim, a acumulação capitalista no território se dará nas estruturas criadas pela e para o agronegócio e da mineração. No setor agrícola, além da exploração da cultura da banana, a especulação imobiliária e o crescimento da aquisição de áreas de florestas para compensação ambiental ou mesmo pelos pagamentos de serviços ambientais conflituam com a não segurança jurídica e social dos pequenos produtores, posseiros e camponeses que ainda buscam sua sobrevivência no setor.

A mineração sempre se fez presente no desenho do território. Após o ciclo do ouro, a mineração assumiu importância a partir da década de 1940 e também faz parte dos projetos de expansão das malhas viárias e ferroviárias da região da época e, nos dias atuais, vem sendo questionada pelos passivos ambientais já deixados pela exploração, mas também pela continuidade de contaminação nas áreas próximas a Cajati, o aparecimento de câncer nessas áreas e também na crescente exploração da região do Alto Vale, principalmente em Itaoca e Adrianópolis (PR).

A mineração com sua exploração feita por multinacionais, como a Vale em Cajati, continua sua lucratividade e rendimento a ser enviado para outras localidades que não o território, sendo que os municípios com essa exploração continuam com seus índices sociais na mesma média regional, ao mesmo tempo índices ambientais bem abaixo. Se contarmos a disputa por terra para a efetivação desses projetos, é um fator a se preocupar visto o montante de pedidos de lavras no território que sobrepõe terras de comunidades e pequenos produtores da região, além de áreas das Unidades de Conservação na região. É um setor que tem previsão de aumento de sua capacidade produtiva no território e deve ser mais estudado e compreendido localmente.

Programas de assistência técnica rural criaram importantes processos locais no meio popular, porém hoje ela se encontra sucateada, com número de técnicos insuficiente para um programa de real atendimento às demandas e um planejamento estratégico da agricultura com perspectiva popular e sustentável no território. Há que considerar que vivemos um momento histórico de esgotamento da assistência técnica clássica, que surgiu nos períodos de implantação da Revolução Verde com o intuito de disseminá-la e consolidá-la enquanto política agrícola. Podemos considerar que ela atinge seu objetivo e hoje esta assistência é praticamente desmontada e, na verdade, assumida pelas empresas revendedoras de agrotóxicos e outros insumos. Mostra mais uma vez que, na perspectiva do capital, ao se encerrar um ciclo pioneiro, enquanto dinamizador do capital privado, o Estado não desempenha mais papel preponderante no desenvolvimento do setor.

O aparecimento maior de Cooperativas no último período também demonstra a possibilidade e ao mesmo tempo necessidade de uma organização dos pequenos produtores locais. Importante é construir uma leitura crítica da lição com a integração e total subsunção dos agricultores à Cooperativa Agrícola de Cotia na “época de ouro” da banana e do chá. Uma estrutura que, com fins estritamente mercantis, colocou o lucro e o acúmulo nas mãos da classe dominante em detrimento de uma possibilidade de organização da grande quantidade de caipiras, posseiros e camponeses que, apesar de ser maioria em termos numéricos

continuaram subjugados ao modo de ser da agricultura convencional de mercado que em um primeiro sintoma de crise não consegue se recuperar e até hoje não deu as respostas necessárias para inclusão e mudanças substanciais na vida rural do território.

As agroflorestas na região há mais de 15 anos buscam formas de convivência entre natureza e produção agrícola e mostram a viabilidade do cultivo agroflorestal ao mesmo tempo em que confirma a tendência florestal de nossa agricultura tropical. Demostram que da agrofloresta nasce a organização cooperativa que hoje, como exemplo a Cooperafloresta conta com mais de cem sócios, com uma agroindústria instalada e demais benfeitorias e veículos. Tudo em volta da agrofloresta e organização dos pequenos posseiros e quilombolas que buscam comercializar também em formas alternativas como a Rede Ecovida e redes de venda direta de produtos agroecológicos.

Assim, nas estruturas organizativas de pequenos produtores, camponeses e comunidades tradicionais se faz presente a possibilidade do debate e consolidação da agroecologia enquanto proposta que aponte para transformações sociais duradouras na estrutura agrária e produtiva, num caminho que beneficie tanto o ser humano quanto a natureza em uma relação dialógica.

A regularização fundiária, gargalo que sempre foi apontado como um dos maiores fatores das diferenças sociais na região e tem sua raiz nas primeiras ocupações, continua sem solução plausível para o momento, mesmo ainda existindo grilagem de terras, conflitos por terra e interesses diversos sobre áreas de remanescentes florestais e de reservas minerais. Ao mesmo tempo reforça a necessidade e possibilidade da organização de camponeses e comunidades tradicionais pela luta por terra e fortalece o aparecimento de movimento de contestação e luta pela distribuição das terras que, como demonstrado pela nossa pesquisa, continua concentrada em toda a porção do território.

Dessa forma podemos caracterizar que a atualidade das forças produtivas foi sendo forjada tanto em função de uma consolidação territorial do modo capitalista de produção, na atuação do Estado em garantir as condições materiais para reprodução da classe dominante, como também se relacionam na disputa de projetos e formas de conviver, se organizar e relacionar com a natureza, que não apenas coexistem, senão resistem à exclusão histórica e contribuem na formação e caracterização do território.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, D. Pobreza rural e conservação da Mata Atlântica no processo de transformação do sistema de produção agrícola caboclo: História agrária do município de Iguape, Vale do Ribeira-SP. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. 2003.
- ANDRADE, P. O. Valo Grande causa danos no litoral de São Paulo. Revista Pesquisa FAPESP, Edição online. 2014. Acessado em janeiro de 2015.
- AOKI, A. Os japoneses e a teicultura no município de Registro-SP: A produção do espaço como resultado de um processo econômico e migratório. Maringá: 2011.
- ALMEIDA, L. F. R. Espaço e capitalismo: algumas reflexões sobre a territorialidade burguesa. Margem, n. 2, 1993.
- BERNARDELLI, M.L.F.H. O caráter urbano das pequenas cidades da região canavieira de Catanduva-SP em *SPOSITO, M.E.B; WHITACKER, A.M. (Orgs). Cidade e Campo: relações e contradições entre o urbano e o rural – 2ed. - São Paulo : Expressão Popular, 2010.*
- BERNSTEIN, H. Dinâmicas de classe e mudança agrária. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- CADERNO DE INFORMAÇÕES SOBRE A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL (UGRHI-11- 2008-2011) - Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul CBH-RB, 2008-2011.
- CLAUS JUNIOR, C. Breve estudo sobre a situação fundiária e registraria da comarca de iguape-Sp. Oficial de registro de imóveis, títulos e documentos e registro civil de pessoas jurídicas da Comarca de Iguape-SP, 2010.
- DEFFONTAINES, J.-P. ; BROSSIER, J. Système agraire et qualité de l’eau. Natures Sciences Sociétés, Paris, v. 8, n. 1, p.14-25, 2000. Mazoyer (1986).
- DELGADO, G. C. Cad. Dif. Tecnol. Brasília, 2(1). 1985
- DELGADO, G. C. O Que Significa a Economia política do Agronegócio no Brasil Atual. Mimeo. 2000.
- DUARTE, M. G. Conflitos fundiários e meio ambiente: estudos de caso do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga –Vale do Ribeira – SP. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. 2012
- FERNANDES, B. M. Os campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. Em MOLINA, M (Org). Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. – Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.
- FOSTER, J. B. A Ecologia de Marx – Materialismo e Natureza. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2005.
- FREITAS, L. C. Materialismo Histórico-Dialético: pontos e contrapontos, Em “II Seminário Nacional - O MST e a Pesquisa”, ITERRA. 2007.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Terra e Cidadãos: aspectos da ação de regularização fundiária no Estado de São Paulo - 2. ed. rev. e ampl. - São Paulo. 2000.

GALVANESE, Carolina and FAVARETO, Arilson. Dilemas do planejamento regional e as instituições do desenvolvimento sustentável. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2014, vol.29, n.84.

GERMER, C.M. As forças produtivas e a revolução social revisitadas – mimeo. 2006.

GIACOMINI, Conflito, identidade e territorialização: Estado e Comunidades Remanescentes de Quilombos do Vale do Ribeira de Iguape-SP. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP. 2010.

INSITITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CIDADANIA DO VALE DO RIBEIRA. Projeto “Elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira e Implantação de Projetos Socioambientais Prioritários”. Fundo Nacional do Meio Ambiente. 2005.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Plano Diretor para recomposição florestal visando à conservação de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio ribeira de Iguape e litoral sul. Contrato FEHIDRO 018/2010. Relatório. 2014.

GAUGLITZ, E.C.A. Os agrotóxicos e seus efeitos sobre o trabalhador rural. Trabalho de conclusão de curso- Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP). Registro/SP. 2011.

GRAZIANO DA SILVA, J. O que é questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 1980.

GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G (Orgs.). Ecología, campesinado e historia. Madrid, Ediciones La Piqueta. 1993.

GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. Sobre a evolução do conceito de campesinato. Expressão popular. São Paulo. 2005.

LOMBARDI, A. C., MOURA, L. H. G. Análisis Diagnóstico de un agroecosistema : El caso dela Asentamiento Previo Oziel Alves II. Editorial Académica Española. 2013

KHATOUNIAN, C. A. A reconstrução ecológica da agricultura. Agroecológica, 2001.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1974.

MAZOYER, M. Pour des projets agricoles légitimes et efficace: théorie et méthode d'analyse des systèmes agraires. In: Land reform, land settlement and cooperatives. FAO, 1992-93

MAZOYER, M. L. Dynamique des systèmes agraires. In: RAPPORT de synthèse du Comité Dynamique Systèmes Agraires. Paris: Ministère de la Cooperations; Ministère de la Recherche et de l'Enseignement Superieur. 1986.

MAZOYER & ROUDART. Historia das Agriculturas do Mundo. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: NEAD. 2010.

MIGUEL, L. A. Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários, Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2009.

MIGUEL, L. A., MAZOYER, M., ROUDART, L. Abordagem Sistêmica e Sistameas Agrários . In. MIGUEL, L. A.(Org.) Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários; SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MÜLLER, G. Estado, estrutura agrária e população – Estagnação e Incorporação regional. Vozes/CEBRAP, no. 32, 1980.

MUNIZ. C. M. Agrotóxico e saúde humana: uma questão de saúde pública na bananicultura. Trabalho de conclusão de curso- Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP). Juquiá/SP. 2011.

MURILLO, E. P. Estudo toponímico do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, Petar: historicidade e etnicidade nos aspectos conceituais dos nomes de lugar. Tese de doutorado. Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2013

NEVES, W. A.; OKUMURA, M. M. M. Afinidades biológicas de grupos pré-históricos do vale do rio Ribeira de Iguape (SP): uma análise preliminar. Rev. Antropol. vol.48 no.2 São Paulo. 2005.

PAULO NETO, J. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PETRONE, P. A Baixada do Ribeira: Estudo de Geografia Humana. São Paulo: FFCLUSP. boletim n. 14. 1966.

PINTO, Maria Ap. Mendes. MOAB: A saga de um povo. Movimento dos Ameaçados por Barragens/Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras. 2014.

PIVETTA, M. Eu nasci dez mil anos atrás. Revista Pesquisa FAPESP. Ed 112. 2005.

PLOEG, J. V. Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática. 1993.

SANFELICE, J. L. – Dialética e investigação em educação. In: LOMBARDI, J. C. ; SAVIANI, D. (orgs.) (2005) – “Marxismo e Educação; debates contemporâneos”. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR. 2005.

SANTOS, K.M. P. A atividade artesanal com fibra de bananeira em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira(SP) – Piracicaba. Dissertação de mestrado. Escola Superior de Agricultura

Luiz de Queiroz. 2005.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século 21. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEVÁ FILHO, A. O.; KALINOWSKI, L.M. Transposição e hidrelétricas: o desconhecido Vale do Ribeira (PR-SP). Estud. av. vol.26 no.74. São Paulo 2012.

SAVIANI, D. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação. vol. 12, n. 34. 2007.

SAQUET, M. A. Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Expressão Popular. 2011.

SAKURAI, Célia. Imigração Tutelada, os Japoneses no Brasil. Tese Doutorado em Antropologia. Universidade Estadual de Campinas: Unicamp, Campinas. 2000

VELASQUEZ, Cristina. Quilombolas. In: Almanaque Brasil Socioambiental 2008. São Paulo: ISA. 2007.

SCATAMACCHIA, M.C.M.; DEMARTINI, C.M.C.; PRESTES, M.P.; GRANERO, A.C. Arqueologia da primeira casa de fundição de ouro do Brasil, Iguape, SP. R. Museu Arq. Etn., São Paulo, n. 22. 2012.

STEDILE, J. P. A questão agrária no Brasil: O debate tradicional. São Paulo: Expressão Popular. 2005.

TSUKAMOTO, Ruth Youko. A Teicultura no Brasil: Subordinação e Dependência. Tese de Doutorado em Geografia – Universidade de São Paulo, São Paulo. 1995

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E DE CLASSE

- 1) Apresentação dos fundamentos do trabalho;
- 2) Histórico da entidade e atuação na região;
- 3) Quantidade de agricultores que trabalha;
- 4) Histórico da região – percepção da ocupação histórica do território
 - a. Problemas sociais
 - b. Regularização fundiária
 - c. Atuação do Estado na região
- 5) Atualidade da agricultura na região – uma leitura da situação após anos 80
- 6) Números da atualidade
 - a. Inovações tecnológicas propostas
 - b. Experiências em agroecologia
- 7) Visão para o desenvolvimento da região
- 8) Agroecologia enquanto novo paradigma para a agricultura local

ANEXO B – ROTEIRO PARA ENTREVISTA DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS E ESTUDOS DE CASO

- 1) História da Família
 - a. história e trajetória da família até o momento;
 - b. força de trabalho na unidade produtiva;
 - c. relação com organizações sociais.

- 2) Sobre a Unidade Produtiva
 - a. meios de produção disponíveis (instalações e equipamentos),
 - b. acesso a recursos externos;
 - c. principais cultivos e produtos.

- 3) Sobre os Sistemas Produtivos
 - a. itinerários técnicos, consórcios e desenho dos cultivos,
 - b. problemas e dificuldades técnicas;
 - c. tamanho da produção e seu destino.

- 4) Processamento dos produtos e armazenamento

- 5) Atividades complementares- religiosidade, atividades culturais, trabalhos externos.